



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO
MESTRADO ACADÊMICO

Robson de Paula Vazes

**MIGRAÇÕES SUL-SUL: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO
MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS**

CAMPO GRANDE – MS

2026

Robson de Paula Vazes

**MIGRAÇÕES SUL-SUL: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO
MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado Acadêmico) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia na Área de Concentração: Integração, Território e Ambiente.

Linha de Pesquisa: Produção, circulação e desenvolvimento territorial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia
Heloiza Conte

CAMPO GRANDE – MS

2026

V497m Vazes, Robson de Paula

Migrações Sul-Sul: A inserção de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande-MS / Robson de Paula Vazes. – Campo Grande, MS: UEMS, 2026.
192 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2026.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Heloiza Conte.

1.Imigração venezuelana - Campo Grande (MS). 2. Mobilidade do Trabalho 3. Precarização do trabalho. 4. Operação Acolhida 5. Geografia da população. I. Conte, Cláudia Heloiza. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. III. Título.

CDD 23 ed. 331.6287

Robson de Paula Vazes

**MIGRAÇÕES SUL-SUL: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO
MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS**

Essa Dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Campo Grande, 24 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cláudia Heloiza Conte

Orientadora

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Walter Guedes da Silva

Avaliador Interno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

Avaliador Externo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Aos venezuelanos e venezuelanas que, desafiando a “mobilidade forçada” e as incertezas do caminho, escolheram o território sul-mato-grossense para reescrever suas histórias. Dedico esta pesquisa a vocês, que sustentam com dignidade suas famílias através do trabalho árduo nos frigoríficos, no comércio e nos serviços desta capital. Que este estudo sirva como um instrumento de visibilidade para suas trajetórias, reafirmando que nenhum ser humano é ilegal e que a busca por uma vida digna é um direito universal que não conhece fronteiras.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Cláudia Heloiza Conte, expresso minha profunda gratidão. Agradeço pelo apoio incondicional em todas as etapas deste processo, pelas valiosas e incontáveis horas dedicadas à correção e orientação deste texto, pelas sugestões precisas que nortearam meu caminho e pelo generoso empréstimo de livros que fundamentaram minha base teórica. Sua condução segura foi essencial para a conclusão desta etapa.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Walter Guedes da Silva, que me acompanha desde a graduação, e o Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, agradeço pelas importantes considerações e críticas construtivas realizadas durante o exame de qualificação. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento teórico e metodológico desta pesquisa.

Ao meu marido, Pedro, meu companheiro de vida, pelo amor, paciência e apoio irrestrito ao longo dessa jornada acadêmica. Um agradecimento especial pela compreensão e suporte durante meu período de mobilidade internacional na Argentina, assumindo sozinho o cuidado do nosso lar e dos nossos amados filhos pets — nossos gatos e cachorros — permitindo que eu me dedicasse integralmente aos estudos.

À minha grande amiga e parceira de estudos no PPGEQ, Márcia Ferreira. Obrigado pelas dicas valiosas, pelos conselhos sensatos e pelas palavras de ânimo nos momentos de cansaço. Agradeço imensamente pela confecção de parte do material cartográfico que ilustra este trabalho e, de forma especial, pela companhia durante nossa viagem de estudos à Argentina, em que também tivemos a presença maravilhosa da nossa amiga Ilciléia.

Ao meu amigo Douglas D'Angelo, companheiro de jornada desde os tempos da graduação. Sua amizade e disponibilidade foram essenciais, especialmente pelo auxílio técnico na extração e tratamento dos dados da RAIS, sem os quais a análise quantitativa desta dissertação não seria possível.

Ao Professor João Fábio, pela confiança e pela oportunidade ímpar de atuar no Programa UEMS Acolhe. A vivência prática no acolhimento linguístico não apenas enriqueceu minha formação humana, mas proporcionou a base empírica e a sensibilidade necessárias para a construção desta pesquisa.

À Presidente da Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG), pela gentileza e abertura com que sempre me recebeu. Agradeço a disponibilidade em conceder a entrevista

e por compartilhar as vivências e lutas da comunidade venezuelana, trazendo a realidade concreta para as páginas deste trabalho.

Aos gestores dos órgãos públicos — Fundação Social do Trabalho (Funsat), Superintendência Regional do Trabalho (MTE) e Ministério Público do Trabalho (MPT) — pela disponibilidade e transparência ao concederem as entrevistas que estruturaram a dimensão qualitativa desta dissertação. Agradeço a abertura institucional e por compartilharem suas vivências técnicas e políticas sobre a governança migratória, permitindo-me compreender, sob a ótica de quem intermedeia, regula e fiscaliza, as complexas dinâmicas de inserção do trabalhador venezuelano no mercado de trabalho da capital.

Por fim, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Agradeço pelo suporte institucional, pela infraestrutura disponibilizada e pelo ambiente acadêmico estimulante, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Expresso minha especial gratidão pela concessão da bolsa de estudos, auxílio fundamental que garantiu as condições materiais necessárias para minha dedicação à pesquisa. Todo o apoio recebido ao longo desta jornada de mestrado foi decisivo para o meu amadurecimento profissional e para a concretização deste ciclo acadêmico.

“A estruturação da sociedade capitalista como uma sociedade do trabalho está em crise. O capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente. Esta categoria tem sido historicamente reconhecida como estrutural nas economias do Sul.” (Becker, 1997, p.324)

RESUMO

A Venezuela enfrenta uma profunda crise que desencadeou um dos maiores êxodos da história recente da América Latina. Fatores como a hiperinflação, a escassez de alimentos e a instabilidade política levaram milhões de venezuelanos a buscar refúgio em países vizinhos, consolidando o Brasil como um destino importante através da fronteira norte. Em resposta, o Estado brasileiro instituiu a "Operação Acolhida", cuja estratégia de interiorização redistribuiu logisticamente essa população pelo território nacional. Contudo, essa dinâmica suscita um problema central: a transformação de um fluxo essencialmente humanitário em uma engrenagem de "mobilidade forçada", onde esses sujeitos desterritorializados acabam sendo convertidos em um "exército industrial de reserva" funcional para as demandas de trabalho do capitalismo periférico. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a territorialização e a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande-MS, investigando as contradições entre a política de "migração dirigida" e a precarização da força de trabalho no contexto do capitalismo periférico. Fundamentada na abordagem neomarxista, especificamente nos conceitos de "mobilidade forçada" e "exército industrial de reserva", a investigação adotou uma metodologia quali-quantitativa. A metodologia fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com foco no levantamento e processamento de microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no período de 2018 a 2024, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre 2018 e 2025. A etapa qualitativa envolveu entrevistas semiestruturadas com gestores da Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG), Programa UEMS Acolhe, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Fundação Social do Trabalho (Funsat). Os resultados apontam um crescimento exponencial dos vínculos formais na capital, saltando de 26 em 2018 para 1.309 em 2024. A análise dos dados revelou uma nítida divisão territorial do trabalho: enquanto o interior de Mato Grosso do Sul absorve essa mão de obra na agroindústria frigorífica, Campo Grande a concentra no setor de serviços e comércio varejista (supermercados), segmentos marcados por alta rotatividade. O migrante venezuelano foi transformado em elemento funcional para o capitalismo local: essencial para a operação de setores intensivos, mas mantido em instabilidade laboral que dificulta sua plena territorialização. A "acolhida", portanto, esbarra nos limites da estrutura econômica, que absorve a força de trabalho, mas resiste em acolher plenamente o cidadão.

Palavras-chave: Migração Venezuelana; Mobilidade do Trabalho; Operação Acolhida; Campo Grande-MS; Precarização.

RESUMEN

Venezuela enfrenta una profunda crisis que ha desencadenado uno de los mayores éxodos de la historia reciente de América Latina. Factores como la hiperinflación, la escasez de alimentos y la inestabilidad política han llevado a millones de venezolanos a buscar refugio en países vecinos, consolidando a Brasil como un destino importante a través de la frontera norte. En respuesta, el Estado brasileño instituyó la "Operação Acolhida", cuya estrategia de interiorización redistribuye logísticamente a esta población por el territorio nacional. Sin embargo, esta dinámica suscita un problema central: la transformación de un flujo esencialmente humanitario en un engranaje de "movilidad forzada", donde estos sujetos desterritorializados terminan siendo convertidos en un "ejército industrial de reserva" funcional para las demandas de acumulación del capitalismo periférico. En este contexto, el objetivo general de esta investigación es analizar la territorialización y la inserción de los inmigrantes venezolanos en el mercado de trabajo en Campo Grande-MS, investigando las contradicciones entre la política de "migración dirigida" y la precarización de la fuerza de trabajo en el contexto del capitalismo periférico. Fundamentada en el enfoque neomarxista, específicamente en los conceptos de "movilidad forzada" y "ejército industrial de reserva", la investigación adoptó una metodología cuali-cuantitativa. La metodología se fundamentó en investigación bibliográfica y documental, con enfoque en la recopilación y procesamiento de microdatos de la Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), en el período de 2018 a 2024, y del Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre 2018 y 2025. La etapa cualitativa involucró entrevistas semiestructuradas con gestores de la Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG), Programa UEMS Acolhe, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) y Fundação Social do Trabalho (Funsat). Los resultados apuntan a un crecimiento exponencial de los vínculos formales en la capital, saltando de 26 en 2018 a 1.309 en 2024. El análisis de los datos reveló una clara división territorial del trabajo: mientras el interior de Mato Grosso do Sul absorbe esta mano de obra en la agroindustria frigorífica, Campo Grande la concentra en el sector de servicios y comercio minorista (supermercados), segmentos marcados por una alta rotatividad. El migrante venezolano fue transformado en un elemento funcional para el capitalismo local: esencial para la operación de sectores intensivos, pero mantenido en una inestabilidad laboral que dificulta su plena territorialización. La "acogida", por lo tanto, choca con los límites de la estructura económica, que absorbe la fuerza de trabajo, pero se resiste a acoger plenamente al ciudadano.

Palabras clave: Migración Venezolana; Movilidad del Trabajo; Operación Acogida; Campo Grande-MS; Precarización.

ABSTRACT

Venezuela is facing a profound crisis that has triggered one of the largest exoduses in the recent history of Latin America. Factors such as hyperinflation, food shortages, and political instability have led millions of Venezuelans to seek refuge in neighboring countries, establishing Brazil as an important destination through its northern border. In response, the Brazilian State established the "Operação Acolhida" (Operation Welcome), whose interiorization strategy logistically redistributes this population across the national territory. However, this dynamic raises a central problem: the transformation of an essentially humanitarian flow into a mechanism of "forced mobility," where these deterritorialized subjects end up being converted into a functional "industrial reserve army" for the accumulation demands of peripheral capitalism. In this context, the general objective of this research is to analyze the territorialization and insertion of Venezuelan immigrants in the labor market in Campo Grande-MS, investigating the contradictions between the "managed migration" policy and the precarization of the workforce in the context of peripheral capitalism. Grounded in a neo-Marxist approach, specifically the concepts of "forced mobility" and "industrial reserve army," the investigation adopted a qualitative-quantitative methodology. The methodology was based on bibliographic and documentary research, focusing on the collection and processing of microdata from the *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS), from 2018 to 2024, and the *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados* (CAGED), between 2018 and 2025. The qualitative stage involved semi-structured interviews with managers from the *Associação Venezuelana em Campo Grande* (AVCG), *Programa UEMS Acolhe*, *Ministério do Trabalho e Emprego* (MTE), *Ministério Público do Trabalho* (MPT), and *Fundação Social do Trabalho* (Funsat). The results indicate an exponential growth of formal employment ties in the capital, jumping from 26 in 2018 to 1,309 in 2024. Data analysis revealed a clear territorial division of labor: while the interior of Mato Grosso do Sul absorbs this workforce in the meatpacking agribusiness, Campo Grande concentrates it in the services and retail trade sector (supermarkets), segments marked by high turnover. The Venezuelan migrant has been transformed into a functional element for local capitalism: essential for the operation of intensive sectors, but maintained in labor instability that hinders full territorialization. The "welcome" process, therefore, faces the limits of the economic structure, which absorbs the labor force but resists fully welcoming the citizen.

Keywords: Venezuelan Migration; Labor Mobility; Operation Welcome; Campo Grande-MS; Precarization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição espacial dos migrantes venezuelanos na América Latina e Caribe	83
Figura 2: Fronteira entre Brasil e Venezuela, entre as cidades de Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uaiare (Venezuela)	86
Figura 3: Imigrantes venezuelanos em situação de rua - Pacaraima/RR - 2018	89
Figura 4: Imigrantes venezuelanos em situação de rua - Praça Simón Bolívar - Boa Vista/RR-2018	89
Figura 5: Imigrantes venezuelanos em situação de rua - Praça Simón Bolívar (vista aérea) - Boa Vista/RR - março de 2018	89
Figura 6: Abrigo Pintolândia (Boa Vista/Roraima)	93
Figura 7: Abrigo Janokoida (Pacaraima/Roraima)	93
Figura 8: Deslocamentos assistidos de venezuelanos pela Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)	95
Figura 9: deslocamentos dos venezuelanos pela estratégia de interiorização da Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)	96
Figura 10: Perfil dos venezuelanos atendidos na estratégia de interiorização da Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)	97
Figura 11: Inauguração do primeiro prédio da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Campo Grande, no ano de 1914	109
Figura 12: Locomotiva e vagões estacionados no pátio da estação de Campo Grande	109
Figura 13: Área comercial na Rua 14 de Julho. Década de 1920. No primeiro plano, Casa Haddad	110
Figura 14: Vista parcial de Campo Grande. À esquerda, prédio do antigo Terminal Rodoviário (1982)	114
Figura 15: Sala do Imigrante, situada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Campo Grande-MS	123
Figura 16: Espaço do Saber do Imigrante	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Fronteira entre Brasil e Venezuela - Pacaraima (Roraima/BR) e Santa Elena de Uiaeren (Bolívar/VE)	24
Mapa 2: Mapa de Localização de Campo Grande-MS	105
Mapa 3: Traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e conexões regionais	108
Mapa 4: Trajetória da rota migratória venezuelana: da fronteira em Pacaraima (RR) à cidade de Campo Grande (MS)	120
Mapa 5: Espacialização da força de trabalho venezuelana no território brasileiro (Novembro/2025)	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de pessoas abrigadas por abrigo na Operação Acolhida	92
Tabela 2: Distribuição dos vínculos formais ativos de venezuelanos por Unidade da Federação (2024)	145
Tabela 3: Especialização Produtiva dos Venezuelanos: Campo Grande versus Interior de MS (2024)	148
Tabela 4: Evolução do estoque de vínculos ativos de venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2024)	150
Tabela 5: Evolução histórica dos vínculos formais de venezuelanos nos 10 principais setores econômicos de Campo Grande-MS (2018-2024)	151
Tabela 6: Movimentação de Trabalhadores Venezuelanos em Campo Grande - MS (2018-2025)	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paralelo entre as abordagens neoclássicas e neomarxistas em migração	37
Quadro 2: Classificação dos Órgãos que compõem a Operação Acolhida	91
Quadro 3: Modalidades de Interiorização da Operação Acolhida	94
Quadro 4: Correlação entre gargalos identificados em Campo Grande-MS e propostas aprovadas na 2ª COMIGRAR (2024)	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do Saldo Migratório de Venezuelanos nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul (2018-2025)	99
Gráfico 2: Evolução da movimentação de venezuelanos nas fronteiras de Mato Grosso do Sul por gênero (2018-2025)	100
Gráfico 3: Evolução do estoque de vínculos ativos de venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2024)	150
Gráfico 4: Dinâmica de Admissões e Desligamentos de Venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2025)	153

LISTA DE SIGLAS

- ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- AD: Acción Democrática
- ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
- ANC: Assembleia Nacional Constituinte
- AVCG: Associação Venezuelana em Campo Grande
- BRICS: Bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAAE: Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
- CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CANTV: Companhia Anônima Nacional Telefones de Venezuela
- CBRV: Constituição Bolivariana da República da Venezuela
- Cedami: Centro de Apoio aos Migrantes
- CEHS: Comitê de Ética com Seres Humanos
- Celpe-Bras: Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
- Cemigrar-MS: Conferência Estadual de Migrações, Refugiados e Apátridas
- CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
- CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- Cetremi: Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante e População de Rua
- CIA: Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
- CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha
- CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
- CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CNDH: Conselho Nacional de Direitos Humanos
- CNE: Conselho Nacional Eleitoral

- CNIg: Conselho Nacional de Imigração
- CNJ: Conselho Nacional de Justiça
- CNS: Conselho Nacional de Saúde
- COMIGRAR: Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
- CONARE: Comitê Nacional para os Refugiados
- CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- COPEI: Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
- CPF: Cadastro de Pessoas Físicas
- CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social
- CTV: Confederacion de Trabajadores de Venezuela
- CVP: Corporação Venezuelana do Petróleo
- DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- DPU: Defensoria Pública da União
- DPU/RR: Defensoria Pública da União em Roraima
- EUA: Estados Unidos da América
- FBI: Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação)
- FEDEAGRO: Federação das Associações Rurais da Venezuela
- FEDECAMARAS: Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción
- FEDENAGAS: Federação Nacional dos Ganhadores de Gado
- FEGALAGO: Federação dos Ganhadores de Gado de Lago
- FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FIEMS: Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- FUNSAT: Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
- Funtrab: Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul

- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRACED: Instituto Brasileiro de Cidadania e Ação Social
- Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- INTI: Instituto Nacional de Tierras
- IPRI: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
- ISN: Instituto Nacional de Nutrição
- ITS: Sistema de Tráfico Internacional
- MAS: Movimento ao Socialismo
- MDB: Movimento Democrático Brasileiro
- MDS: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- MEC: Ministério da Educação
- Mercosul: Mercado Comum do Sul
- MJSP: Ministério da Justiça e Segurança Pública
- MME: Ministério das Minas e Energia
- MPPRE: Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores
- MPT: Ministério Público do Trabalho
- MS: Mato Grosso do Sul
- MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
- MUD: Mesa da Unidade Democrática
- MVR: Movimento Quinta República
- NOB: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- OBMigra: Observatório de Migrações Internacionais
- OEA: Organização dos Estados Americanos
- OIM: Organização Internacional para as Migrações

- ONU: Organização das Nações Unidas
- OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- PCdoB: Partido Comunista do Brasil
- PCV: Partido Comunista da Venezuela
- PDVSA: Petróleos de Venezuela S. A.
- PF: Polícia Federal
- PIB: Produto Interno Bruto
- PIN: Programa de Integração Nacional
- PLAC: Português como Língua de Acolhimento
- PPGEO: Programa de Pós-Graduação em Geografia
- PRIMT: Programa de Inclusão ao Mercado de Trabalho
- PROEC: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
- PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
- PSUV: Partido Socialista Unido da Venezuela
- PT: Partido dos Trabalhadores
- R4V: Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela
- RAIS: Relação Anual de Informações Sociais
- RCLE: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
- RCTV: Rede Caracas de Televisão
- RNM: Registro Nacional Migratório
- RR: Roraima
- SEAD: Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos
- Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SECCG: Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande
- Senac: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
- SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

- Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- Senat: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- Sesc: Serviço Social do Comércio
- SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
- SESI: Serviço Social da Indústria
- Sest: Serviço Social do Transporte
- SIDOR: Siderúrgica do Orinoco
- SUDECO: Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- TAC: Termo de Ajuste de Conduta
- TCP: Tratado de Comércio dos Povos
- TJRR: Tribunal de Justiça de Roraima
- TSJ: Tribunal Supremo de Justiça
- UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- UF: Unidade da Federação
- UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UFRR: Universidade Federal de Roraima
- UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas
- UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
- URD: União Republicana Democrática
- US\$: Dólar Americano
- USP: Universidade de São Paulo
- VES: Vaga de Emprego Sinalizada

SUMÁRIO

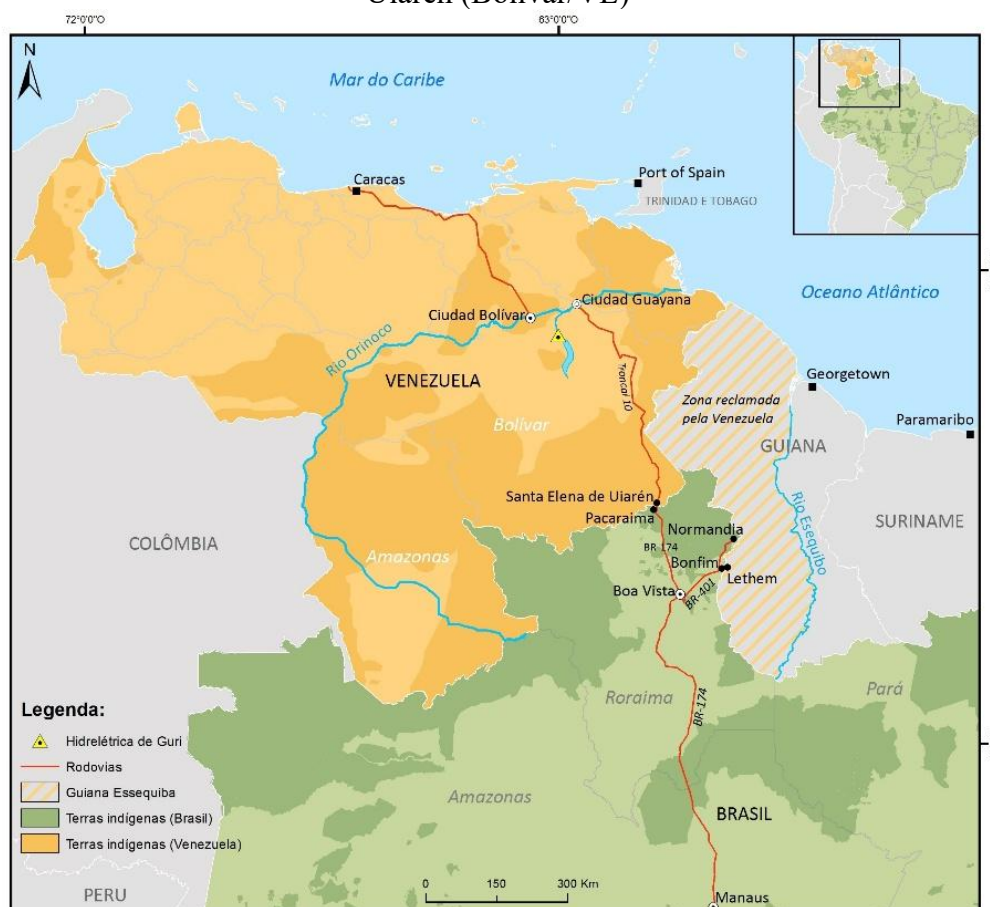
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1: AS MIGRAÇÕES HUMANAS E A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO	31
1.1 MIGRAÇÕES: CONCEITOS EM DIÁLOGO.....	32
1.2 MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS: DIFERENÇAS CONCEITUAIS ...	39
1.2.1 Refugiados e Apátridas	41
1.3 A MOBILIDADE DO TRABALHO: COMPREENDO O CONCEITO	43
1.4 O TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE.....	47
CAPÍTULO 2 - A VENEZUELA E A CRISE MULTIDIMENSIONAL: DO RENTISMO PETROLEIRO À DIÁSPORA.....	51
2.1 A VENEZUELA NO PERÍODO DE 1908 A 1958	52
2.2 ASCENSÃO E QUEDA DO PACTO DE PUNTO FIJO (1958-1998).....	59
2.3 A VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHÁVEZ (1999-2012).....	65
2.4 GOVERNO MADURO: O COLAPSO ECONÔMICO, A OFENSIVA IMPERIALISTA E A DIÁSPORA CONTÍNUA.....	73
CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA MIGRATÓRIA E INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS: A OPERAÇÃO ACOLHIDA NO BRASIL.....	79
3.1 O PROCESSO MIGRATÓRIO DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL.....	79
3.2 A RESPOSTA BRASILEIRA: ESTRUTURA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	90
3.3 MODALIDADES E ESTRATÉGIAS DE INTERIORIZAÇÃO	94
3.4 MATO GROSSO DO SUL NA ROTA DA INTERIORIZAÇÃO.....	98
CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS	104
4.1 CAMPO GRANDE-MS E AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: UM BREVE HISTÓRICO.....	105

4.1.1. Fim do século XIX e a primeira década do século XX: frente pecuarista e início do núcleo urbano	106
4.1.2. 1910–1950: ferrovia, urbanização inicial e imigração internacional.....	108
4.1.3. 1950 a 1970: expansão da fronteira agrícola, modernização agrária e correntes Sul/Sudeste–Centro-Oeste	112
4.1.4. O ano de 1977 como marco de um novo período: capital estadual e diversificação de origens.....	113
4.2 CAMPO GRANDE NA REDE MIGRATÓRIA: CONEXÕES, FLUXOS E A DINÂMICA SUL-SUL NO SÉCULO XXI	116
4.3 ENTRE O ACOLHIMENTO E A CIDADANIA: ATORES SOCIAIS NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS	122
4.3.1 A Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG): Redes de Solidariedade e a Gestão das Migrações Dirigidas	123
4.3.2 UEMS Acolhe: integração linguística e inserção social	127
4.4 MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS E A INSERÇÃO LABORAL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS	131
4.4.1 Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego	132
4.4.2 Atuação do Ministério Público do Trabalho.....	136
4.4.3 Atuação da Fundação Social do Trabalho (Funsat).....	139
4.4.4 Trajetórias de trabalho e (re)territorialização dos venezuelanos em Campo Grande-MS.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	181

INTRODUÇÃO

A Venezuela, nação historicamente reconhecida como uma potência energética na América Latina, atravessa uma crise multidimensional que reconfigurou a demografia do continente. A deterioração das condições econômicas e sociais, marcada pela hiperinflação, escassez de insumos básicos e instabilidade política, desencadeou um fluxo massivo de venezuelanos em busca de sobrevivência nos países vizinhos. O Brasil, nesse contexto, consolidou-se como um destino estratégico através da fronteira norte, especificamente pelo município de Pacaraima-RR (conforme mapa 1), inserindo-se na complexa dinâmica das migrações Sul-Sul. Diferente dos fluxos históricos voltados ao Norte Global, esse movimento ocorre entre países do Sul Global, impulsionado não pela busca de acumulação, mas pela estrita necessidade de reprodução da vida diante de crises sistêmicas na origem.

Mapa 1 - Fronteira entre Brasil e Venezuela - Pacaraima (Roraima/BR) e Santa Elena de Uaiaren (Bolívar/VE)



Fonte: Carneiro (2026).

Como resposta estatal a essa pressão humanitária concentrada em Roraima, o governo brasileiro instituiu a "Operação Acolhida" (Lei nº 13.684/2018). Essa política

transcendeu o assistencialismo emergencial na fronteira ao estruturar-se fundamentalmente na estratégia de interiorização. Esse mecanismo logístico redistribuiu os migrantes pelo território nacional, configurando uma "migração dirigida" que aloca essa força de trabalho disponível em regiões com maior dinamismo econômico, atendendo simultaneamente a demandas humanitárias e de mercado.

É nesse cenário que o estado de Mato Grosso do Sul se insere na rota da interiorização da Operação Acolhida, figurando entre os cinco principais destinos dessa política no Brasil. Conseqüentemente, Campo Grande-MS, capital e polo de serviços do estado, tornou-se um nó estratégico nessa rede de redistribuição populacional. O município passou a absorver um contingente expressivo de imigrantes venezuelanos, integrando-os a setores específicos do mercado de trabalho local que demandam mão de obra intensiva. Esse processo revela-se, portanto, como um fenômeno de múltiplas escalas, onde as dinâmicas globais de deslocamento forçado se entrelaçam com as estratégias locais de recepção.

Contudo, essa dinâmica suscita um problema central: a transformação de um fluxo essencialmente humanitário em uma engrenagem de "mobilidade forçada", onde esses sujeitos desterritorializados acabam sendo convertidos em um "exército industrial de reserva" funcional para as demandas de acumulação do capitalismo periférico. Diante dessa configuração territorial, a questão central que orienta esta investigação é: De que maneira ocorre a territorialização e a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho de Campo Grande-MS, e quais são as contradições que se estabelecem entre a política de "migração dirigida" e a precarização da força de trabalho no contexto do capitalismo periférico?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é: Analisar a territorialização e a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande-MS, investigando as contradições entre a política de "migração dirigida" e a precarização da força de trabalho no contexto do capitalismo periférico. Para alcançar tal propósito, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- 1: Discutir a dinâmica da mobilidade espacial do trabalho como elemento estrutural da acumulação capitalista, utilizando os conceitos de "mobilidade forçada" e "exército industrial de reserva" para compreender a funcionalidade da exploração da força de trabalho migrante;

- 2: Compreender a formação social e econômica da Venezuela, do rentismo petrolífero à crise multidimensional contemporânea, identificando os fatores estruturais e

geopolíticos que configuraram a diáspora recente não como escolha, mas como um processo de mobilidade forçada;

- 3: Examinar a governança migratória brasileira consubstanciada na "Operação Acolhida", analisando a estratégia de interiorização como um mecanismo de "migração dirigida" que redistribuiu logisticamente a força de trabalho para atender demandas regionais, inserindo o Mato Grosso do Sul nessa rota;

- 4: Investigar a absorção da força de trabalho venezuelana em Campo Grande-MS, analisando a dinâmica de estoque e movimentação de vínculos formais, no período de 2018 a 2025, confrontando os dados estatísticos e as narrativas institucionais.

A relevância científica e social desta pesquisa reside na necessidade urgente de compreender as novas dinâmicas das migrações Sul-Sul, retirando o foco exclusivo das regiões de fronteira imediata (como Roraima) para analisar os impactos da interiorização no Centro-Oeste brasileiro. Nesse sentido, a escolha do recorte temporal de 2018 a 2025, justifica-se por tratar-se do período de institucionalização e operacionalização da "Operação Acolhida", marco da política de interiorização que impulsionou o fluxo migratório para o estado de Mato Grosso do Sul.

Essa delimitação permite analisar a evolução do fenômeno em Campo Grande, partindo de uma presença incipiente no início do período para um crescimento exponencial de vínculos empregatícios ao final da série histórica. Ademais, a pesquisa ganha atualidade política ao dialogar com as diretrizes e propostas aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR) (Brasil, 2024), confrontando os gargalos locais de inserção no mercado de trabalho com as demandas prioritárias da governança migratória nacional.

O estudo investiga como a "Operação Acolhida", enquanto política de Estado, operacionaliza a chamada "migração dirigida" (Baeninger et al., 2021), transformando o fluxo humanitário em força de trabalho funcional para o desenvolvimento regional. Ao eleger o município de Campo Grande-MS como recorte analítico, a pesquisa preenche uma lacuna na literatura sobre a territorialização de migrantes em cidades médias e capitais regionais, desvelando as contradições entre a gestão logística do governo federal e a realidade local de inserção em um mercado de trabalho marcado pela precarização.

A fundamentação teórica desta dissertação alicerça-se na abordagem neomarxista, contrapondo-se às visões neoclássicas que reduzem o ato de migrar a uma escolha individual racional. O fio condutor da argumentação ancora-se no conceito de "mobilidade forçada"

proposto por Gaudemar (1977), compreendendo o deslocamento não como liberdade, mas como uma imposição estrutural para a sobrevivência da força de trabalho. Dialoga-se diretamente com Marx (2013) para interpretar a funcionalidade dessa massa de trabalhadores como um "exército industrial de reserva" em escala internacional, essencial para a acumulação de capital nos países receptores.

No que tange as dimensões sociopolíticas e territoriais dessa inserção, a pesquisa mobiliza as contribuições de Sayad (1998), desvelando os paradoxos da condição de imigrante frente ao "pensamento de Estado", e de Haesbaert (2004), fundamental para a análise dos processos de desterritorialização e reterritorialização precária. No contexto específico da governança migratória brasileira, o trabalho fundamenta-se nos estudos de Baeninger (2018; et al. 2021), utilizando o conceito de "migração dirigida" para explicar a gestão estatal do fluxo venezuelano.

Para atender aos objetivos propostos, a investigação adotou uma abordagem de natureza quali-quantitativa, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas complementares: pesquisa bibliográfica e documental, levantamento e análise de dados estatísticos, e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas.

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico para a construção da base teórica sobre a mobilidade do trabalho e a formação social venezuelana. A pesquisa documental complementa a análise por meio da consulta a relatórios de organizações internacionais, dados estatísticos de órgãos governamentais e documentos oficiais relacionados às políticas migratórias e trabalhistas em sites especializados sobre a temática. Foram utilizadas fontes estratégicas como: a Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V); o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com ênfase nas bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com destaque para as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR); o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), entre outros.

A segunda etapa, de caráter quantitativo, consistiu no levantamento e sistematização de dados estatísticos oficiais para traçar o perfil da inserção laboral. Foram utilizadas duas

fontes principais: a RAIS (2018-2024), para a análise do estoque de vínculos formais; e o CAGED (2018-2025), para a análise dos fluxos de admissão, desligamento e rotatividade. O recorte temporal da análise estatística respeita a disponibilidade oficial de cada base, permitindo captar desde o início da Operação Acolhida até o cenário mais recente.

A terceira etapa compreendeu a pesquisa de campo qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores estratégicos na governança migratória em Campo Grande. As entrevistas foram realizadas de maneira transversal com amostragem não probabilística, com perguntas semiestruturadas. Antes da execução desta etapa foi submetido e aprovado (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética nº 84787424.6.0000.8030) o roteiro de perguntas ao Comitê de Ética com Seres Humanos (CEHS), com questões subjetivas. Nestas entrevistas buscou-se entender como se dá o processo de acolhimento dos imigrantes venezuelanos no município de Campo Grande – MS e a inserção no mercado de trabalho.

A perspectiva teórico-metodológica de análise dos dados e informações resultantes das entrevistas foi a de Análise do Conteúdo. O público-alvo foi de representantes de entidades públicas e civis. A entidade civil escolhida foi a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG). Como entidades públicas o foco foi a Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat), que atua como agência de emprego e encaminhamento ao mercado de trabalho formal; a Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS e a Superintendência Regional do Trabalho de Campo Grande, instituições que atuam para regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores, garantindo o cumprimento das leis e normas vigentes no país. Ainda como entidade pública, foi entrevistada a coordenação do Projeto UEMS Acolhe, tendo em vista o papel social do projeto no acolhimento dos imigrantes venezuelanos.

Ressalta-se que, visando compreender a perspectiva do setor privado diante da expressiva concentração de trabalhadores venezuelanos nos segmentos de comércio varejista e na indústria de abate, evidenciada pelos dados estatísticos, buscou-se incluir na pesquisa a participação de grandes empregadores locais. Foram realizadas tentativas formais de contato com gestores do “Grupo Pereira” (representativo do setor supermercadista) e da “JBS” (representativa do setor frigorífico), dada a relevância estratégica dessas corporações na absorção dessa força de trabalho em Campo Grande. Contudo, apesar dos esforços empreendidos para obter autorização e realizar as entrevistas, ambas as empresas declinaram o convite para participar da investigação. Dessa forma, a análise das dinâmicas de contratação pelo viés da

demanda baseou-se nos dados oficiais da RAIS e CAGED e nos relatos institucionais dos órgãos públicos de intermediação e fiscalização.

Adicionalmente, cumpre justificar a ausência de escuta direta aos trabalhadores venezuelanos nesta investigação, decisão pautada em rigorosos impeditivos ético-legais. Conforme preconiza a Resolução CNS nº 510 de 2016, refugiados e migrantes em situação de crise humanitária são classificados como grupos de alta vulnerabilidade. A submissão de pesquisas com esse público ao Comitê de Ética exige protocolos de segurança que demandariam do pesquisador a responsabilidade integral e o custeio de assistência psicológica imediata, caso as entrevistas desencadeassem danos imateriais ou a rememoração de traumas do deslocamento.

Somou-se a isso a inviabilidade burocrática de apresentar, ainda na fase de submissão do projeto, os Termos de Anuência assinados previamente pelos participantes, exigência incompatível com a volatilidade residencial e a mobilidade característica dessa população. Diante dessas barreiras, optou-se metodologicamente por analisar a condição desses trabalhadores através da mediação das redes de apoio (AVCG e UEMS Acolhe) e dos dados oficiais, garantindo a proteção dos sujeitos sem comprometer a análise crítica de sua inserção laboral.

A pesquisa contou também com a técnica de observação participante, decorrente da atuação direta do pesquisador como ministrante no projeto de extensão UEMS Acolhe (Polo MTE), o que permitiu o acesso a dados empíricos sobre a dinâmica de sala de aula e as dificuldades cotidianas relatadas pelos migrantes no processo de aprendizagem e regularização documental.

Para operacionalizar esta investigação, a dissertação está estruturada em quatro capítulos, organizados de modo que cada um atenda a um dos objetivos específicos propostos, convergindo, em sua totalidade, para o alcance do objetivo geral. Dessa forma, a organização capitular obedece ao método do materialismo histórico-dialético, estruturando-se em um movimento analítico que parte da totalidade para a particularidade, do abstrato para o concreto pensado.

O primeiro capítulo contextualiza as migrações humanas e a mobilidade espacial do trabalho, apresentando os conceitos fundamentais e as principais abordagens teóricas, com destaque para a perspectiva neomarxista e ao conceito de "mobilidade forçada" (Gaudemar, 1977), essenciais para a compreensão crítica do fenômeno.

O segundo capítulo realiza uma análise histórico-estrutural da formação social venezuelana, percorrendo desde a consolidação do rentismo petrolífero no século XX até a

ascensão e crise do projeto bolivariano. A discussão avança para o colapso econômico sob o governo de Nicolás Maduro e culmina na análise da ofensiva imperialista de 2026, marcada pela intervenção militar dos Estados Unidos e a instauração de uma transição política coercitiva. Examina-se como essa conjuntura de instabilidade política e asfixia econômica atua como motor contínuo para a diáspora venezuelana, configurando a produção de uma superpopulação relativa em escala internacional.

O terceiro capítulo dedica-se à governança migratória brasileira diante desse fluxo, analisando a estruturação da "Operação Acolhida". Discute-se a transição de uma chegada emergencial para um fluxo gerido pelo Estado, detalhando os eixos de ordenamento de fronteira, acolhimento e, fundamentalmente, a estratégia de interiorização. Investiga-se como as modalidades de interiorização distribuem essa força de trabalho pelo território nacional, inserindo o Mato Grosso do Sul na rota das migrações dirigidas.

Por fim, o quarto capítulo altera a escala de análise para o nível local, investigando a territorialização e a inserção laboral dos venezuelanos em Campo Grande-MS. Examina-se o papel de atores sociais, como a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e o projeto UEMS Acolhe, bem como a atuação de órgãos públicos — Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat) — na mediação entre a oferta de mão de obra migrante e as demandas do capital local, evidenciando as tensões entre acolhimento humanitário e a precarização do trabalho.

Em síntese, a narrativa inicia-se pela discussão teórica (Capítulo 1) e pelas determinações macroestruturais da crise (Capítulo 2), transita pela gestão política do fluxo em nível nacional (Capítulo 3) e culmina na análise da realidade concreta local (Capítulo 4). Essa dialética escalar permite demonstrar que a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho de Campo Grande não é um evento isolado, mas o resultado de múltiplas determinações: o ponto de chegada de uma “mobilidade forçada” transnacional e de uma “migração dirigida” pelo Estado brasileiro. Ao articular essas dimensões, a investigação não se restringe a descrever a presença venezuelana na capital, mas avança na explicação das contradições políticas e econômicas que regem as condições de sua territorialização e de sua absorção pelo capital local.

CAPÍTULO 1: AS MIGRAÇÕES HUMANAS E A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO

As migrações contemporâneas representam um dos fenômenos mais complexos da atualidade, exigindo uma abordagem multidimensional para sua compreensão. A mobilidade de pessoas, um traço marcante da história humana, é intrinsecamente ligada à busca por melhores condições de vida, segurança e subsistência. Desde a expansão dos homínidos para fora da África até os fluxos atuais, o espaço geográfico tem sido moldado por esses movimentos populacionais.

Historicamente, as migrações moldaram civilizações e impérios, promovendo a troca de ideias e técnicas, mas também resultando em lutas por hegemonia, fugas de perseguições e busca por mercados de trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo e a Revolução Industrial, houve um intenso êxodo rural, impulsionando o surgimento e a expansão das cidades, mas também gerando segregação espacial e precarização das condições de vida.

A compreensão das migrações pode ser aprofundada por duas principais correntes teóricas: a neoclássica e a neomarxista. A abordagem neoclássica, que prevaleceu até os anos 1970, focava nos fatores econômicos, vendo a migração como uma decisão individual e racional para maximizar ganhos, muitas vezes desconsiderando fatores não-econômicos e a não-espontaneidade dos movimentos. Em contraste, a abordagem neomarxista, que ganhou espaço a partir dos anos 1970, analisa a migração como uma "estratégia capitalista de mobilidade forçada", impulsionada por estruturas econômicas e pela necessidade de acumulação de capital.

Para atender ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, este capítulo propõe-se a discutir a dinâmica da mobilidade espacial do trabalho como elemento estrutural da acumulação capitalista, utilizando os conceitos de "mobilidade forçada" (Gaudemar, 1977) e "exército industrial de reserva" (Marx, 2013) para compreender a funcionalidade da exploração da força de trabalho migrante. A análise dialoga com autores que compreendem o deslocamento não apenas como um movimento demográfico voluntário, mas como uma estratégia de reprodução do capital.

Primeiramente, o primeiro subcapítulo, intitulado "Migrações: Conceitos em Diálogo", examinará as diversas definições de migração, estabelecendo um ponto de partida para a análise do fenômeno. Em seguida, o subcapítulo "Migrantes, Refugiados e Apátridas: Diferenças Conceituais", distinguirá as nuances entre esses termos, essenciais para uma compreensão jurídica e humanitária das diversas situações de deslocamento. O terceiro

subcapítulo, “A Mobilidade do Trabalho: compreendendo o conceito”, abordará a complexidade da mobilidade da força de trabalho nas sociedades capitalistas e suas implicações para os trabalhadores. Por fim, o último subcapítulo, “O Trabalho enquanto mercadoria e a exploração do trabalhador migrante”, faz uma breve análise crítica da mercantilização do trabalho e as formas de exploração que afetam, em particular, os trabalhadores migrantes.

1.1 MIGRAÇÕES: CONCEITOS EM DIÁLOGO

O movimento de pessoas pelo mundo é uma das marcas mais profundas da história humana, pois “o homem é uma criatura móvel” (Beaujeu-Garnier, 1971, p. 199), então naturalmente o homem é um ser migrante. Antes de tratar especificamente do conceito de migrante, é necessário entender o conceito de migração. Para Becker (1997, p.323) “a migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico.”

Segundo Castles e Miller (2014), a migração é um movimento populacional que implica a mudança de residência, seja dentro de um país (migração interna) ou entre países (migração internacional). Já na visão de Nolasco (2016, p.3) a migração pode ser definida como “a deslocação de seres humanos no espaço e tempo que, percorrendo pequenas ou grandes distâncias, no decorrer de um curto ou longo período de tempo, mudam de residência”.

As definições apresentadas ressaltam a dimensão espacial do fenômeno migratório, seja numa escala regional (ou nacional), seja numa escala internacional. No entanto, as migrações não se limitam a deslocamentos físicos, elas envolvem também transformações sociais, culturais e econômicas tanto para os migrantes quanto para as sociedades de origem e de destino. Baeninger (2012), amplia essa perspectiva ao destacar que as migrações são processos dinâmicos e multidimensionais, influenciados por fatores como desigualdades socioeconômicas, conflitos políticos, mudanças ambientais e redes sociais. Para a autora, a migração não é apenas um movimento, mas um processo que envolve decisões, estratégias e adaptações, tanto individuais quanto coletivas (Baeninger, 2012). Essa visão ressalta a importância de considerar as migrações como fenômenos sociais abrangentes, que não podem ser reduzidos a simples deslocamentos populacionais.

As formações territoriais, ao longo dos séculos, mostram como as migrações, espontâneas ou forçadas, desenharam o retrato atual das sociedades contemporâneas. O

movimento dos indivíduos, que remonta a tempos pré-históricos, vem prosseguindo incessantemente durante milhares de anos, e a atual distribuição do homem pela superfície da terra muito deve a isso” (Beaujeu-Garnier, 1971, p. 199).

Desde os primórdios da humanidade, as pessoas se deslocam por diversos motivos, como a busca por alimentos, melhores condições de vida, segurança ou outros motivos. É importante considerar todas essas dimensões para compreender o fenômeno migratório de forma completa. Neste sentido, Abdo (2020, p.09) afirma que:

Não é possível tratar o processo migratório de maneira simplista e somente através de uma perspectiva pós-moderna. Isso porque a humanidade, desde que se tem conhecimento, se move e os motivos são os mais diversos. Da necessidade de se buscar alimentos, que movimentou milhares de pessoas por diversas regiões do mundo, passando por questões de ordem psicológica e chegando aos deslocamentos que, sobremaneira, serviram para povoar o Planeta.

Santos (1996) destaca que o espaço geográfico é, antes de tudo, um produto do movimento da sociedade. As grandes diásporas humanas, desde a expansão dos homínidos para fora da África, há 70 mil anos, até os fluxos contemporâneos, são testemunhos dessa relação constitutiva. Conforme argumenta Hobsbawm (1994), a trajetória histórica da humanidade pode ser compreendida, fundamentalmente, por meio dos movimentos migratórios. Segundo o autor, os processos de consolidação de impérios, economias e diferentes culturas são resultados diretos desses deslocamentos populacionais ao longo do tempo.

Na Antiguidade, os fenômenos migratórios moldaram civilizações, como atestam as grandes invasões bárbaras que reconfiguraram o Império Romano ou a expansão islâmica medieval. La Blache (1954), já observava que as rotas de migração são também rotas de troca de ideias e técnicas, destacando o papel das mobilidades humanas no desenvolvimento econômico e cultural. Becker (1997, p.319), ainda destaca que:

Desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento: lutam pela hegemonia de novos territórios, fogem de perseguições étnicas e repressões múltiplas, vislumbram a possibilidade de terras e mercados de trabalho mais promissores, ou simplesmente perambulam em busca de tarefas que lhes assegurem a mera subsistência.

Beaujeu-Garnier (1971, p. 199) colabora ao explicar que as correntes de migrações humanas determinaram o povoamento de diversas áreas do planeta:

Temos em primeiro lugar a função do centro asiático de difusão; dali, as grandes invasões para oeste propagaram-se pela Europa, donde os primeiros movimentos para leste povoaram as Américas ao mesmo tempo que

movimentos para sudoeste infiltraram-se pela África e pela bacia do Mediterrâneo.

A autora segue explicando como as migrações constituíram a formação territorial, sobretudo a partir do século XVI, dos continentes Africano, Americano e da Oceania. Trata-se da abordagem do fenômeno enquanto receptáculo dos emigrantes europeus, ao que ela chama de “invasões” e que explica a “complexidade racial de certas partes do mundo” (Beaujeu-Garnier, 1971, p. 199). Essa visão é ampliada pelo antropólogo Lévi-Strauss (1996), para quem as migrações são como um laboratório da diversidade cultural, processo visível na formação das sociedades latino-americanas, onde fluxos forçados (processo de escravidão dos povos africanos) e voluntários (como as imigrações europeias) se entrelaçaram. É destes processos de deslocamentos humanos que muitos povoados e cidades foram surgindo ao longo dos séculos e construindo o caminho antrópico do homem no espaço geográfico, muitas vezes à custo de sangue e escravidão dos povos colonizados.

Na perspectiva do espaço urbano, Sposito (1988) aborda a relação entre o capitalismo e a urbanização, destacando como os movimentos migratórios foram fundamentais para o surgimento e a expansão das cidades. Com o desenvolvimento do capitalismo, especialmente a partir da Revolução Industrial, houve uma intensa migração de pessoas do campo para as áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Esse êxodo rural foi impulsionado pela mecanização da agricultura, que reduziu a necessidade de mão de obra no campo, bem como pela concentração de indústrias e serviços nas cidades (Sposito, 1988).

Os fluxos migratórios do campo para as cidades contribuíram para o crescimento acelerado, e às vezes desordenado, das cidades. A concentração de pessoas nas áreas urbanas também estimulou a demanda por infraestrutura, habitação e serviços, o que, por sua vez, impulsionou a consolidação das cidades como centros de poder e produção. No entanto, esse processo também trouxe desafios, como a segregação espacial, a precarização das condições de vida da população e a intensificação das desigualdades sociais, características marcantes da urbanização capitalista. Assim, os movimentos migratórios não apenas moldaram o surgimento das cidades, mas também influenciaram sua dinâmica social e econômica (Sposito, 1988).

As teorias sobre migração podem ser agrupadas em diferentes correntes, cada uma enfatizando e analisando aspectos específicos do fenômeno. Uma das abordagens que vigorou até os anos de 1970 foi a neoclássica, que considera os fatores econômicos como

determinantes dos fluxos migratórios, ou como Becker (1997, p.323) afirmou, “dentro de uma visão predominantemente descritiva e dualista”. Segundo essa perspectiva, os indivíduos migram em busca de melhores oportunidades de emprego e renda, movidos por cálculos racionais de custo-benefício.

A teoria neoclássica tem suas raízes nos trabalhos de autores como Sjaastad (1962), que propôs o conceito de investimento em capital humano para explicar as migrações. Sjaastad (1962) argumenta que a migração seria uma forma de investimento que os indivíduos fazem para maximizar seus ganhos ao longo da vida, levando em consideração os custos e benefícios associados ao deslocamento. Deve-se considerar que essa abordagem ignora o fato de que nem sempre as migrações acontecem de maneira espontânea ou por fatores econômicos.

Outro autor da teoria neoclássica é Todaro (1969), que discute a migração rural-urbana baseado em expectativas de renda. Segundo Todaro (1969) os migrantes tomam decisões com base nas diferenças salariais esperadas entre as áreas de origem e destino, e pela maior probabilidade de encontrar emprego. Isso incentivou um grande fluxo de trabalhadores das áreas rurais para as áreas urbanas, segundo o autor, em busca de maior empregabilidade.

Essa visão neoclássica foi amplamente utilizada até meados dos anos 1970 para explicar os fluxos migratórios em países em desenvolvimento, ou do chamado Sul-Global, onde as disparidades econômicas entre o campo e a cidade são mais significativas. Becker (1997, p.323) traça um panorama dessa abordagem neoclássica:

Estudavam-se os movimentos migratórios especialmente através da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. Do ponto de vista espacial, a análise estatística de fluxos (linhas) e de aglomerações (pontos) era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida com o decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças sócio-econômicas exógenas (Becker, 1997, p. 323).

A teoria neoclássica tem sido criticada por sua visão simplista e por negligenciar outros fatores, como questões culturais, políticas e sociais. Portes (1997), por exemplo, argumenta que a migração não pode ser reduzida a uma decisão individual baseada em cálculos econômicos, pois está inserida em contextos sociais e históricos mais amplos. De fato,

reduzir a migração a deslocamentos populacionais ligados apenas à fatores econômicos, não contempla de maneira abrangente, a complexidade dos fenômenos e fluxos migratórios.

Somente a partir dos anos de 1970 que outra abordagem ganha espaço no debate: a abordagem neomarxista. Nesse cenário, surge elementar a contribuição teórica de Gaudemar (1977). Na visão do autor, o que ocorre na verdade é uma “estratégia capitalista de mobilidade forçada” (Gaudemar, 1977, p. 17). Essa nova concepção destaca-se como resposta aos fluxos populacionais, que cada vez mais são determinados por estruturas econômicas que ultrapassam a esfera das decisões pessoais.

Atualmente, os fluxos migratórios possuem como característica marcante a sua heterogeneidade. As razões que fomentam as migrações contemporâneas são multicausais, ligadas, muitas vezes, a questões de sobrevivência, não sendo fruto de uma mera vontade do indivíduo, mas da falta de opções diante de uma situação de guerra, violência social, crise econômica ou ambiental. No entanto, independentemente dos motivos que impulsionam o ser humano a migrar e deixar o seu país de origem, verifica-se que os deslocamentos populacionais guardam estreita relação com o mundo do trabalho, já que para um migrante se estabelecer no país de destino, torna-se imprescindível a busca por um emprego que garanta a sua subsistência e de sua família (Oliveira; Moreno, 2022, p. 415).

Nessa perspectiva, os movimentos migratórios não decorrem simplesmente de escolhas autônomas, mas de pressões sistêmicas impostas pela dinâmica do capitalismo global. As disparidades econômicas entre regiões, expressas na expectativa de melhores rendimentos nos centros urbanos, funcionam como mecanismos invisíveis que direcionam e condicionam a mobilidade humana. Dessa forma, a migração se revela menos como uma opção livre e mais como uma estratégia de sobrevivência em um contexto de desigualdades socioeconômicas (Gaudemar, 1977).

A abordagem neomarxista desloca teoricamente o eixo de análise dos fatores individuais para as determinações macroeconômicas, mostrando como o sistema produtivo contemporâneo gera necessariamente fluxos populacionais que atendam às suas demandas por mão-de-obra flexível e de baixo custo. A migração, portanto, transforma-se em um fenômeno vinculado à reprodução do capital, onde a aparente liberdade de movimento oculta relações de dependência e coerção econômica. Segundo Becker (1997), a crise do modelo de sociedade pautado no trabalho permite que o capital se reestruture ao selecionar a mão de obra em territórios que ofereçam maior rentabilidade. Isso ocorre devido ao crescimento expressivo da população excedente, um fenômeno que o autor identifica como uma característica estrutural das economias do Sul.

Nessa esteira, a análise de Becker (1997, p.324) dialoga diretamente com a crítica à racionalidade neoclássica. Ao identificar a existência de “estoques de população excedente” como um elemento estrutural nas economias periféricas, a autora desmonta a ideia da livre escolha individual como motor primário das migrações. Isso implica reconhecer que os deslocamentos contemporâneos não configuram apenas movimentos demográficos espontâneos, mas a disponibilização de uma força de trabalho que, desterritorializada e pressionada pela urgência da sobrevivência, torna-se funcionalmente atraente e barata para o capital nos polos de destino, sustentando o argumento de que a mobilidade é gerida conforme a conveniência da acumulação.

Retomando a questão das migrações, Martins (2002, p.78) argumenta que "as migrações contemporâneas são profundamente marcadas pelas assimetrias entre países centrais e periféricos, resultantes de processos históricos de colonização e exploração". O autor ressalta a importância de considerar o contexto histórico e estrutural em que ocorrem as migrações, destacando o papel do capitalismo global e das relações de dependência entre países.

A partir da breve abordagem das principais correntes do pensamento sobre migração, o quadro 1 a seguir apresenta de forma sistematizada uma síntese com os principais elementos definidores:

Quadro 1: Paralelo entre as abordagens neoclássicas e neomarxistas em migração

Abordagem Neoclássica	Abordagem Neomarxista
<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos; - Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo; pretensamente neutro e apolítico. 	<p><i>Decisão de migrar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.
<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres; - Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração 	<p><i>Significado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado de um processo global de mudanças. - Expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.
<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno; - Enfoque causal, isolado e pontual das migrações; 	<p><i>Metodologia:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo; - Enfoque dialético; - Considera a trajetória dos grupos sociais.

- Considera as características individuais dos migrantes.	
<i>Categoria de análise:</i> O indivíduo.	<i>Categoria de análise:</i> Os grupos sociais.
<i>Dimensão espaço-temporal:</i> - Deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos). - Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual.	<i>Dimensão espaço-temporal:</i> - Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos e ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados. - Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.

Fonte: Becker (1997, p. 344). Adaptado pelo autor.

Verifica-se, como já discutido anteriormente que, a visão neoclássica entende a migração como uma decisão individual e racional, onde pessoas se deslocam livremente em busca de melhores oportunidades, ignorando fatores estruturais como desigualdades e exploração. Já a perspectiva neomarxista critica essa ideia, mostrando que a migração é um movimento forçado pelas dinâmicas do capitalismo, que desloca trabalhadores conforme as necessidades do mercado, mantendo relações desiguais de poder.

Enquanto a abordagem neoclássica analisa a migração de forma isolada, com foco nas escolhas individuais, a neomarxista a estuda como um processo histórico e estrutural, ligado à divisão internacional do trabalho. A primeira abordagem ajuda a entender motivações imediatas, enquanto a segunda revela as forças sistêmicas por trás dos fluxos migratórios. Uma análise mais completa deveria considerar ambas as perspectivas, reconhecendo que a migração não é apenas uma escolha pessoal, mas também um fenômeno moldado por condições econômicas e sociais mais amplas. Para este estudo, a abordagem neomarxista será adotada para análise dos fluxos migratórios.

No âmbito da discussão contemporânea dos fluxos migratórios, Becker (1997, p.320) afirma que, “A conjugação dessa nova geografia político-econômica com situações de extrema miséria na África e América Latina originou fluxos migratórios de magnitude considerável, caracterizando o fenômeno migratório dos anos 90”. Desses fluxos migratórios, emigram pessoas para diversas partes do mundo, e ao entrarem nos novos territórios, juridicamente são categorizadas entre: imigrantes, refugiados ou apátridas. Entender as diferenças conceituais de cada um desses termos é importante para esta discussão, e será o tema do próximo subcapítulo.

1.2 MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS: DIFERENÇAS CONCEITUAIS

A definição de Beaujeu-Garnier (1971) sobre migração como "movimento espacial contínuo" abre caminho diante das contribuições teóricas recentes. Sayad (1998) nesta perspectiva propõe uma visão humanizada, onde o migrante carrega consigo sua identidade sociocultural e política quando adentra em um novo país. Maguid (2017, p.112), por sua vez, analisa os processos identitários dos migrantes sul-americanos na Argentina, mostrando como "a identidade migrante é performativa, construída na tensão entre memória e adaptação".

Para seguir com a discussão sobre migrações é importante entender os conceitos de imigrante, emigrante e refugiado. Em relação ao conceito de imigrante, Abdo (2020, p.09) ao buscar a etimologia da palavra, explicita que, "imigrar é o resultado da união de *"migrare"* (que significa mudar de residência ou condição) com o elemento *in*, que em latim significa "para dentro". Ou seja, sob a ótica do país receptor, trata-se da pessoa que chegou para residir em seu território, seja por tempo determinado ou definitivamente.

Já o conceito de emigrante, também numa análise etimológica, vai no sentido "da junção do verbo *emigrare* (*migrare*, "mudar de residência ou condição" com o elemento "e", uma preposição do latim que significa 'para fora')" (Abdo, 2020, p.09). Então, o emigrante seria o indivíduo que está saindo de seu país de origem para residir em outro país ou nação, por tempo determinado ou de maneira definitiva.

Apesar desse entendimento sobre as diferenças conceituais entre o imigrante e o emigrante serem de fácil compreensão em primeiro momento, ao adicionar outros elementos nesses conceitos, a análise torna-se mais complexa. Um dos aspectos centrais da análise de Beaujeu-Garnier (1971) é a distinção entre o migrante internacional e o nacional. o migrante internacional é aquele que atravessa fronteiras entre países, enfrentando obstáculos como leis de imigração, diferenças culturais e barreiras linguísticas:

A migração internacional engloba àqueles movimentos migratórios que envolvem travessia de uma ou mais fronteiras, não só entre Estados adjacentes como, às vezes, de um continente para outro [...] Ao atravessarem fronteiras políticas, os emigrantes deixam traços de sua passagem nos registros dos postos existentes em ambos os lados das linhas divisórias (Beaujeu-Garnier, 1971, p.201).

Esse tipo de migração inclui desde trabalhadores em busca de melhores condições econômicas até refugiados que fogem de conflitos ou perseguições. O caso dos refugiados será melhor debatido posteriormente. A autora discorre sobre as dificuldades enfrentadas

pelos migrantes internacionais quando adentram em novos territórios nacionais, onde em muitos casos, nunca mais retornarão para seus países de origem (Beaujeu-Garnier, 1971).

Já o migrante nacional desloca-se dentro do mesmo território, muitas vezes do campo para as cidades, em um processo conhecido como êxodo rural, ou entre regiões com distintas oportunidades de emprego e qualidade de vida. Esse fluxo interno é influenciado por desigualdades regionais, políticas governamentais e a concentração de serviços em áreas urbanas (Beaujeu-Garnier, 1971).

A perspectiva de Canclini (2004, p.78) sobre os migrantes latino-americanos como "sujeitos fronteiriços que encarnam a hibridação cultural" oferece uma contribuição fundamental para compreendermos a complexidade das identidades migrantes no século XXI. Ao caracterizar os migrantes como sujeitos fronteiriços, Canclini (2004) não se refere apenas à sua condição geográfica de atravessar fronteiras nacionais, mas principalmente à sua capacidade de habitar permanentemente um espaço liminar entre culturas, línguas e pertencimentos.

Esta noção é particularmente relevante no contexto latino-americano, onde, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2021), aproximadamente 58% dos migrantes desenvolvem estratégias identitárias híbridas, criando formas de ser e estar no mundo, e que transcendem as categorias nacionais tradicionais.

A ideia da "hibridação cultural" proposta por Canclini (2004), vai além da simples combinação de elementos culturais, revelando um processo ativo de negociação e recriação identitária. Os estudos de Margolis (2013) sobre brasileiros em Nova York e de Maguid (2017) sobre sul-americanos em Buenos Aires, demonstram que os migrantes desenvolvem competências culturais específicas que lhes permitem por exemplo, circular entre sistemas culturais distintos, adaptando-se a contextos diversos sem necessariamente abandonar suas referências originárias e estabelecer pontes transnacionais que conectam comunidades geograficamente distantes através de práticas culturais compartilhadas.

Esta abordagem é importante para superar visões simplistas que visualizam o migrante como mero portador de uma cultura "pura" de origem ou como sujeito passivo no processo de assimilação. Como argumenta Bhabha (1994), é precisamente neste espaço entre culturas que emergem as formas mais ricas e criativas de produção cultural contemporânea. A seguir serão discutidos os conceitos de refugiado e apátrida e apresentadas suas características e diferenciações.

1.2.1 Refugiados e Apátridas

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro 1948, estabeleceu em seu Artigo 1º que, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 2025, p. 04). No Artigo 2º segue a discussão:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (ONU, 2025, p. 04)

Alguns anos depois, a ONU (1951, p.02), através da Convenção de Genebra de 1951, define refugiado:

O termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa [...] que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Em um contexto histórico de pós segunda Guerra Mundial, onde milhares de pessoas migraram em busca de refúgio, o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ACNUR), precisou normatizar e atualizar as leis que regiam as políticas migratórias de refugiados, sobretudo no Continente Europeu, que vivia um momento ainda de tensão, que perdurou pelas décadas seguintes com a Guerra Fria.

O capitalismo do pós-guerra estava sedento de mão de obra e exigia mobilidade humana. Os países europeus, por outro lado, queriam vigiar as suas fronteiras e fazer uma distinção entre os seus próprios cidadãos, a quem ofereciam cada vez mais direito e benefícios, e os estrangeiros. Por isso, existia — e continua a existir — uma tensão intrínseca entre as exigências do capitalismo e o Estado-nação no que dizia respeito à imigração. Após 1950, a imigração em massa começou como uma necessidade econômica, mas depressa se tornou um problema cultural e político que trouxe à superfície o racismo ainda enraizado na sociedade europeia. (Mazower, 2014, p. 367).

A Declaração Universal (1948) e a Convenção de Genebra (1951) são analisadas por Sayad (1998) como respostas ambíguas, porque reconhecem direitos, mas não garantem pertencimento. Santos (2003) por sua vez, desenvolve a crítica ao argumentar que o cosmopolitismo jurídico convive com particularismos nacionais excludentes.

Já Arendt (1951) fundamenta esta visão ao descrever o refugiado como aquele que perdeu não apenas um território, mas seu lugar no mundo. Esse fenômeno de perda do território, ou de desterritorialização, é fundamentado por Haesbaert (2005, p.36), quando o autor explica que “o migrante “indocumentado”, [...] “ilegalmente situado num país distinto do seu, é, nessa perspectiva, um indivíduo desterritorializado [...] no sentido político das garantias mínimas asseguradas no interior do território do Estado-Nação.”

Para o contexto latino-americano é criada a Declaração de Cartagena sobre Refugiados (Acnur, 1984), que representa um marco fundamental no desenvolvimento do direito internacional humanitário na América Latina. Resultado de um contexto regional marcado por conflitos armados e crises de deslocamento na América Central, o documento ampliou o conceito de refugiado estabelecido pela Convenção de Genebra (1951), incorporando a noção de "violação generalizada dos direitos humanos" como motivo para concessão de refúgio.

No caso brasileiro, existe a Lei de Migração (13.445/2017), que tenta superar contradições jurídicas, mas esbarra na herança autoritária do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 2017). A pesquisadora mexicana Velasco (2007) mostra como leis similares na América Latina combinam avanços formais com práticas securitárias. Ainda nesse contexto migratório, existem as pessoas consideradas apátridas. Segundo Franco (2017, p. 111):

O apátrida é um ser humano sem registro da sua existência, do seu nome, da sua família, sem uma identidade perante os demais membros da comunidade e do Estado. Sem essa identidade, não tem acesso a qualquer documentação e, por conseguinte, é impedido de acessar serviços de saúde, educação e o mercado de trabalho.

Franco (2017, p.111), ainda complementa a questão com a discussão acerca dos fluxos migratórios dos apátridas: “Mais grave ainda, o apátrida não tem o direito de se locomover livremente, seja porque não tem documentos para viajar, seja porque corre o risco de ser impedido de retornar, caso deixe seu local de origem”. Essa realidade atinge um significativo contingente populacional. De acordo com o relatório estatístico do ACNUR, em junho de 2024 existiam 4,4 milhões de apátridas (ACNUR, 2025).

Abdo (2020, p.78) conceitua apátrida no sentido de que "a ausência de documentos transforma pessoas em fantasmas burocráticos" Nesta perspectiva, deve-se considerar que

Arendt (1951, p.301) já alertava que "a privação da nacionalidade equivale à privação da humanidade".

Diante desta realidade apontada, Mbembe (2016, p.178) traz uma nova perspectiva a esta análise: "o apátrida é o *homo sacer* contemporâneo, cuja vida pode ser eliminada sem que isso constitua sacrifício". A partir da discussão e diferenciação dos conceitos de migrante, refugiado e apátrida, a seguir será abordado o conceito de mobilidade do trabalho. Este conceito se coloca como base para a compreensão do processo migratório dos venezuelanos para o Brasil, especialmente para o entendimento da inserção dos venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande -MS, tema que será debatido no quarto capítulo.

1.3 A MOBILIDADE DO TRABALHO: COMPREENDO O CONCEITO

A mobilidade do trabalho é um fenômeno central nas sociedades capitalistas, refletindo tanto as exigências do mercado quanto as crises oriundas dessa dinâmica. De acordo com Marx (2013) e Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho não se limita ao deslocamento geográfico, mas abrange mudanças entre setores, ocupações e modalidades de emprego, sendo instrumentalizada pelo capital para garantir acumulação e flexibilidade. No entanto, essa mobilidade é profundamente contraditória: enquanto para o capital significa eficiência, para os trabalhadores muitas vezes implica precariedade, desenraizamento e perda de direitos.

Gaudemar (1977) argumenta que o trabalho, ao ser mercantilizado, perde sua autonomia, submetendo-se às flutuações do capital. A mobilidade da força de trabalho é essencial para o sistema, pois permite ajustar a oferta à demanda, especialmente em crises econômicas — momentos em que, como aponta Marx (2013), o capital se reconfigura para intensificar a exploração. Essa dinâmica gera alienação: o trabalhador, tratado como "peça" substituível, vê-se desconectado do fruto de seu trabalho e de suas raízes sociais (Gaudemar, 1977).

A dualidade da mobilidade é evidente, pois para alguns, ela oferece oportunidades de ascensão; para a maioria, significa insegurança e sacrifícios, como migrar para empregos precários em contextos hostis (Piore, 1979). O Estado, longe de ser neutro, frequentemente atua para facilitar essa mobilidade em favor do capital, flexibilizando leis trabalhistas e aprofundando a vulnerabilidade dos trabalhadores (Gaudemar, 1977).

A globalização acentuou essas assimetrias e neste sentido, Santos (2001) e Sassen (2014) mostram como os fluxos migratórios são direcionados por uma divisão internacional do trabalho que concentra riqueza nos países centrais e precariza os periféricos.

Trabalhadores de regiões pobres são compelidos a migrar para preencher lacunas em empregos desvalorizados, onde os migrantes ocupam postos rejeitados pela população local, perpetuando sua marginalização (Piore, 1979).

Harvey (2005) reforça que, a acumulação de capital é um evento geográfico dependente da mobilidade espacial da mão de obra. No entanto Santos (2001), apresenta outra perspectiva ao apontar que essa mobilidade é marcada por segregações urbanas e políticas excludentes, que ignoram os direitos dos trabalhadores em nome da eficiência econômica. Haesbaert (2004) e Raffestin (1993) lembram que os trabalhadores recriam territorialidades mesmo em contextos de mobilidade forçada, resistindo à lógica desumanizante do capital.

A mobilidade do trabalho é, assim, um pilar do capitalismo, mas também um campo de conflitos. Se, por um lado, garante a acumulação de capital, por outro, revela suas contradições: promete progresso, mas gera desigualdade; exige flexibilidade, mas nega segurança. Como sintetiza Gaudemar (1977), a história do capitalismo é a história da mercantilização do trabalho e de sua mobilidade — uma história que, para ser transformada, exige repensar não apenas as dinâmicas econômicas, mas as próprias bases da justiça social (Santos, 2006).

Para além da economia, a mobilidade envolve dimensões subjetivas. Antunes (1999) e Sennett (2000) destacam que a instabilidade no trabalho corrói identidades e laços sociais, enquanto Dejours (1992) enfatiza a busca por reconhecimento como motivador de mudanças. A migração, muitas vezes temporária e cíclica (Piore, 1979), é uma estratégia de sobrevivência, sustentada por redes familiares que amenizam seu custo humano — mas não anulam o desgaste de viver entre territórios.

Esse contexto de incertezas para o trabalhador se agravou no Brasil devido a promulgação da Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017), que alterou profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, sob o discurso de modernizar as relações de trabalho e gerar empregos. No entanto, suas mudanças concretas consolidaram um modelo de precarização estrutural, beneficiando o capital em detrimento dos trabalhadores. O governo Michel Temer implementou uma série de ações, desde a reforma trabalhista até cortes orçamentários em programas sociais e recursos para pesquisa, além de privatizações. Essas medidas evidenciam a imposição de um projeto neoliberal que, ao beneficiar um grupo seletivo da população brasileira, certamente acentuará as desigualdades e incentivará o uso privado do território nacional (Santos e Rossini, 2018).

Ao flexibilizar direitos, enfraquecer sindicatos e ampliar a terceirização, a reforma reforçou a lógica histórica do capitalismo analisada por Marx (2013) e Gaudemar (1977), de que a força de trabalho deve ser móvel, barata e descartável, adaptando-se às necessidades do mercado enquanto os custos sociais recaem sobre os mais vulneráveis. Entre as principais mudanças da Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017), destacam-se a prevalência do negociado sobre o legislado, que permitiu acordos individuais abaixo dos direitos garantidos por lei, e a ampliação da terceirização para todas as atividades, o que fragmentou ainda mais as relações de emprego.

A criação do trabalho intermitente institucionalizou a insegurança, transformando o trabalhador em uma reserva de mão de obra disponível apenas quando conveniente ao empregador. Além disso, a reforma restringiu o poder sindical, dificultando o financiamento de entidades trabalhistas e limitando sua capacidade de negociação coletiva. Jornadas de trabalho mais extensas, intervalos reduzidos e bancos de horas sem compensação justa tornaram-se comuns, aumentando a exploração sem garantias de remuneração adequada.

Os impactos foram ainda mais severos para os trabalhadores imigrantes e pobres, que já enfrentavam condições precárias antes da reforma. Sem redes de proteção e muitas vezes submetidos a situações de informalidade, esses grupos viram sua vulnerabilidade aumentar com a flexibilização das leis. A ameaça de demissão sem justa causa, a dificuldade de acesso à Justiça do Trabalho e a perda de direitos básicos, como férias e 13º salário, aprofundaram a desigualdade. Como aponta Piore (1979), a mobilidade dentro de um sistema capitalista tem um lado sombrio, revelando disparidades cruéis, pois para uma pequena parcela, a reforma trouxe suposta "flexibilidade"; para a maioria, significou instabilidade, rotatividade e renda insuficiente.

A reforma não resolveu o desemprego estrutural, mas acelerou a precarização. O Estado, neste contexto, usou seu poder para facilitar a exploração, como já destacava Gaudemar (1977), ao criar um marco legal que desregulamentou direitos em nome da "competitividade". O resultado foi o aumento da informalidade, da rotatividade e do trabalho degradante, especialmente para mulheres, jovens, negros e imigrantes — grupos historicamente marginalizados no mercado de trabalho.

Deste modo, a Reforma Trabalhista de 2017, não representou um avanço, mas um retrocesso civilizatório, que naturalizou a perda de direitos em nome dos interesses do capital. Ela reforçou a dinâmica descrita por Marx (2013), em que o trabalhador é reduzido a uma

mercadoria, facilmente substituível e cada vez mais alienado de seus direitos e condições dignas.

Ainda no ano de 2017, houve no Brasil a promulgação da Lei de Migração nº 13.445, que “dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (Brasil, 2017). A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) trouxeram impactos significativos aos trabalhadores imigrantes no Brasil pós-2017, refletindo mudanças nas dinâmicas socioespaciais e jurídicas.

Do ponto de vista geográfico, a nova legislação migratória de 2017, inspirada no princípio da acolhida humanitária, como destacado por Baeninger et al. (2021), facilitou a regularização documental, permitindo maior mobilidade espacial e inserção no mercado de trabalho formal. No entanto, a Reforma Trabalhista de 2017, ao flexibilizar direitos como jornada de trabalho e terceirização, criticada por Krein e Oliveira (2019), ampliou a precarização, atingindo especialmente imigrantes em setores informais ou subcontratados, como construção civil e serviços domésticos.

Sayad (1998) já alertava que a condição do imigrante está intrinsecamente ligada à sua exploração como "trabalhador descartável". No Brasil, a combinação entre uma política migratória mais aberta e uma legislação trabalhista fragilizada, aprofundou esse paradoxo, ou seja, enquanto a Lei de Migração reconhece direitos sociais básicos, a Reforma Trabalhista reduz garantias, reforçando vulnerabilidades, como bem analisa Cavalcanti (2020) no contexto da migração venezuelana para o Brasil.

Garcia (2019), neste contexto ressalta que a Reforma Trabalhista fragilizou instrumentos como a Justiça do Trabalho, dificultando a defesa contra abusos, enquanto a Lei de Migração, apesar de avanços, não impediu a persistência de xenofobia institucional. Assim, os imigrantes após o ano de 2017 enfrentam uma dualidade: maior acesso ao território, com menor proteção social, evidenciando a contradição entre integração formal e marginalização econômica. Assim, o imigrante torna-se um trabalhador com alta vulnerabilidade, pois ao chegar em um novo país, pela necessidade de sobrevivência, tende a aceitar empregos de baixa remuneração. Assim, o trabalho do migrante passa a ser tratado como uma mercadoria, sendo explorado ao máximo, de modo a extrair o maior lucro possível, sob condições salariais péssimas, como veremos no próximo subcapítulo.

1.4 O TRABALHO ENQUANTO MERCADORIA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE

A transformação do trabalho em mercadoria é um dos eixos centrais da crítica marxista ao capitalismo. Marx (2013) define a força de trabalho como uma mercadoria especial, cujo valor de uso reside em sua capacidade de gerar mais-valia, isto é, um excedente apropriado pelo sistema capitalista. Esse processo, longe de ser natural, é fruto de uma separação histórica entre os trabalhadores e os meios de produção, condicionando-os a vender sua força de trabalho para sobreviver (Marx, 2013). A mobilidade do trabalho nesse contexto, não é uma escolha livre, mas uma resposta às exigências de acumulação do capital, marcada por contradições profundas.

No capitalismo, o trabalho é tratado como uma mercadoria. Nesta perspectiva, Gaudemar (1977) destaca que, ao ser transformado em mercadoria, o trabalho perde sua autonomia, pois sua existência passa a depender inteiramente das necessidades do capital. Isso significa que o valor do trabalhador é reduzido ao que ele pode produzir, ignorando sua humanidade, suas aspirações e sua capacidade criativa. Quando alguém vende sua força de trabalho, não está apenas oferecendo horas de serviço, mas também renunciando parte de sua liberdade e identidade.

Enquanto Smith (1985) e Ricardo (1985) enxergavam a mobilidade do trabalho como um mecanismo de eficiência econômica, Marx (2013) revela seu caráter exploratório, o trabalhador vê-se alienado do fruto de seu trabalho e submetido à precarização. Essa lógica se intensifica no neoliberalismo, onde a flexibilização e a reestruturação produtiva, de acordo com Lessa (2011) e Thomaz Jr. (2006) — transformam a mobilidade em uma imposição, não em uma oportunidade.

A mobilidade do trabalho reflete também as assimetrias do sistema mundial. Furtado (1974) e Menezes (2015) mostram como migrações — sejam internas, como no caso dos nordestinos no Brasil, ou transnacionais, como a dos venezuelanos — são respostas ao desenvolvimento desigual. Os "pássaros de passagem" de Piore (1979), simbolizam essa condição precária, ou seja, trabalhadores utilizados quando úteis, descartados quando conveniente e sem direitos.

Castells (1999) e Fernandes (1978) destacam que esses fluxos são atravessados por hierarquias de classe, raça e gênero. Mulheres e negros, por exemplo, enfrentam duplas jornadas e marginalização, como analisa Perpetua (2013). Bomtempo (2009) critica a falta de políticas que protejam trabalhadores migrantes, enquanto Ribeiro e Léda (2004) denunciam

como a precarização é naturalizada. Soma-se a isso, a financeirização da economia, que de acordo com Thomaz Junior (2006), aprofunda essa dinâmica, transformando o trabalho em um ativo especulativo.

A mercantilização do trabalho é, assim, um pilar do capitalismo, mas também um campo de conflitos. Se, por um lado, o sistema reduz o trabalhador a uma mercadoria móvel e descartável, por outro, as resistências — desde sindicatos até redes informais de migrantes — mostram que a luta por dignidade persiste. Como lembra Marx (2013), a história do trabalho não é apenas a da sua dominação, mas também de seu potencial.

A movimentação espacial da mão de obra constitui um elemento essencial da estrutura capitalista. Conforme analisado por Marx (2013), o sistema é movido pela busca incessante por novos mercados, o que compele a classe dominante a expandir suas operações por todo o planeta. Dessa forma, a circulação de trabalhadores pelo mundo não é um fenômeno isolado, mas uma consequência direta da necessidade de reprodução e crescimento do capital. Essa dinâmica cria um exército industrial de reserva transnacional, no qual migrantes, refugiados e apátridas ocupam um lugar de extrema vulnerabilidade:

[...]população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2013, p. 858).

A análise de Marx (2013) sobre a "população trabalhadora excedente" oferece a chave interpretativa para compreender a função estrutural dos fluxos migratórios no capitalismo contemporâneo. Ao constituírem um exército industrial de reserva em escala global, migrantes, refugiados e apátridas não são apenas sujeitos deslocados, mas tornam-se peças funcionais à acumulação, representando o "material humano" disponível e vulnerável que permite ao capital ajustar-se às demandas de valorização sem pressionar os salários. Assim, a mobilidade forçada descrita por Gaudemar (1977), assegura que essa população pertença ao capital "de maneira absoluta", convertendo a desterritorialização (Haesbaert, 2004) e a urgência da sobrevivência em vantagens competitivas para os setores que demandam mão de obra intensiva, barata e disciplinada.

Nesta perspectiva, Thomaz Júnior (2010) analisa como a migração sul-americana no contexto do agronegócio brasileiro ilustra a subordinação do trabalhador migrante às cadeias globais de valor. Mbembe (2016), por sua vez, dialoga com essa análise ao mostrar que o migrante indocumentado é colocado em uma zona de indistinção entre a vida e a morte, onde sua força de trabalho pode ser extraída até o esgotamento. Sayad (1998) complementa que a ilegalidade não é um acidente, mas uma condição necessária para a superexploração do trabalhador migrante.

Nesse contexto de subordinação às cadeias globais de valor, emerge um fenômeno específico que aprofunda a precarização do trabalho migrante qualificado: o “*brain waste*” que traduzindo seria o “desperdício de cérebros”. Farivar et al. (2022) definem o desperdício de cérebros como a subutilização das habilidades de imigrantes que possuem formação superior ou vasta experiência profissional, mas que, no país de destino, são inseridos em ocupações de baixa complexidade ou que exigem níveis de qualificação inferiores aos que detêm.

Sob a ótica neomarxista, esse desperdício não é um erro sistêmico, mas uma funcionalidade da divisão internacional do trabalho: o país receptor apropria-se de uma força de trabalho complexa, cujo custo de reprodução (educação e formação) foi pago pelo país de origem e a consome como força de trabalho simples, maximizando a extração de mais-valia absoluta e relativa em setores que, conforme a lógica apontada por Antunes (1999), se aproveitam da instabilidade e da precarização estrutural para submeter o trabalhador às necessidades do capital.

Essa dinâmica impacta diretamente a capacidade de fixação do trabalhador no território. Farivar et al. (2022) utilizam a teoria do enraizamento social (*social embeddedness*) para explicar que a integração do migrante depende do equilíbrio entre três pilares: vínculos (*links*), ajuste (*fit*) e sacrifício. Quando ocorre o *brain waste*, há uma ruptura no “ajuste” entre as competências do indivíduo e a função exercida, gerando frustração e fragilizando o enraizamento social.

É possível estabelecer aqui um diálogo teórico direto com o conceito de territorialização proposto por Haesbaert (2004). Se territorializar-se envolve o domínio (político-econômico) e a apropriação (simbólica-cultural) do espaço, o trabalhador subutilizado vivencia uma “territorialização precária”: ele está fisicamente presente no território produtivo, mas, ao ter sua identidade profissional apagada e sua força de trabalho desvalorizada, é impedido de exercer controle sobre suas condições de vida. O desenraizamento (*lack of social*

embeddedness) descrito por Farivar et al. (2022) manifesta-se, na visão de Haesbaert (2004), como uma desterritorialização vivida, onde a instabilidade laboral impede a construção de vínculos duradouros e impulsiona a contínua mobilidade espacial em busca de reconhecimento.

Nesse sentido, Sayad (1998) explicita que estudar as migrações é refletir sobre a condição humana em seu estado primitivo— feita de perdas, esperanças e reconstruções infinitas. Contudo, sob a ótica do materialismo histórico, essa reconstrução não ocorre no vazio, mas inserido nas determinações do capital que transformam o trabalhador em mercadoria e o impulsionam através das fronteiras. O desafio teórico que permanece, portanto, é compreender como essas dinâmicas globais de acumulação e expropriação se materializam em territórios específicos no século XXI.

O próximo capítulo, portanto, dedica-se a essa materialização, a partir da análise histórico-estrutural da formação social venezuelana. A discussão partirá das raízes do rentismo petrolífero e da ascensão do projeto bolivariano para compreender como a crise econômica interna, agravada pela ofensiva imperialista que culminou na intervenção de janeiro de 2026, produziu condições para a diáspora. Examina-se, assim, como a Venezuela transitou de um país receptor de imigrantes para o epicentro de uma "mobilidade forçada" que reconfigura a força de trabalho na América Latina e Caribe.

CAPÍTULO 2 - A VENEZUELA E A CRISE MULTIDIMENSIONAL: DO RENTISMO PETROLEIRO À DIÁSPORA

Após as discussões teóricas sobre as migrações humanas e a mobilidade do trabalho apresentadas no capítulo anterior, este capítulo dedica-se a compreender a formação social e econômica da Venezuela, do rentismo petrolífero à crise multidimensional contemporânea, identificando os fatores estruturais e geopolíticos que configuraram a diáspora recente não como escolha, mas como um processo de mobilidade forçada. Parte-se da premissa de que o deslocamento massivo de população observado na última década não é um evento espontâneo ou isolado, mas o resultado de um processo histórico-estrutural de longa duração. Para entender a atual diáspora, é imperativo analisar a formação social e econômica do país, marcada profundamente pela dependência do petróleo e pelas disputas geopolíticas que culminaram na recente intervenção estrangeira.

A análise aqui proposta investiga as raízes da "mobilidade forçada" (Gaudemar, 1977), demonstrando como a fragilidade de uma economia baseada no rentismo petrolífero, somada a sanções externas e instabilidade política, destruiu as condições materiais de existência da classe trabalhadora venezuelana. Para tanto, a discussão percorre momentos cruciais da história venezuelana. Inicialmente, aborda-se o período de 1908 a 1958, no subcapítulo 2.1, examinando a consolidação de um modelo econômico extrativista que atrelou o desenvolvimento nacional aos interesses de empresas estrangeiras.

Em seguida, no subcapítulo 2.2 analisa-se a ascensão e queda do Pacto de Punto Fijo (1958-1998), período em que a bonança petrolífera da chamada "Venezuela Saudita" atraiu imigrantes de diversas partes do mundo, configurando o país como uma nação receptora. A discussão avança no subcapítulo 2.3 para a Era Chávez (1999-2012), momento de ruptura que buscou reverter a lógica neoliberal e redistribuir a renda petroleira, mas que também acirrou as tensões com as elites locais e com os Estados Unidos.

Por fim, no subcapítulo 2.4, examina-se o Governo Maduro (2013-2026), período marcado pelo colapso dos preços do petróleo, pela 'guerra econômica' e pela ofensiva imperialista que resultaram em uma emigração em massa. O foco deste capítulo reside em explicitar os motivos históricos, políticos e econômicos que provocaram esse movimento, aplicando a lente teórica do materialismo histórico discutida no capítulo anterior. Busca-se responder como a Venezuela tornou-se o epicentro de uma "mobilidade forçada" (Gaudemar, 1977), demonstrando que esse deslocamento não decorre de escolhas individuais ou cálculos

racionais, premissas da abordagem neoclássica, mas de determinações estruturais que convertem o cidadão venezuelano em força de trabalho excedente para o capital global, validando a abordagem neomarxista de que a migração é uma estratégia de acumulação e não um ato de livre vontade.

2.1 A VENEZUELA NO PERÍODO DE 1908 A 1958

Maringoni (2009) enfatiza que desde o processo de independência da Espanha, em 1811, a Venezuela viveu diversos momentos de instabilidade política. Após a morte de Simón Bolívar em 1830, as oligarquias regionais intensificaram a luta pelo poder, levando à desintegração da Grã-Colômbia (Venezuela, Colômbia e Equador), o grande ideal de unificação de Bolívar. A ordem colonial só foi completamente derrubada com a Guerra Federal (1859-1863), uma guerra civil que foi um divisor de águas na busca pela democratização da sociedade venezuelana (Maringoni, 2009).

Nesse período pós-independência, a Venezuela “tinha sua economia baseada na monocultura, ou seja, como a maioria dos países latinoamericanos vivia da agricultura com destaque para o cacau e o café” (Silva, 2022, p.32). Maringoni (2009, p.43) também relata que:

No início do século XX, a Venezuela era um país agrícola, despovoado e pobre, com reduzida importância no cenário internacional. A geografia era, em grande parte, desconhecida por parte dos moradores das regiões próximas ao litoral e as estradas eram poucas e ruins. A dívida pública equivalia a quatro vezes o orçamento nacional. Fazendeiros e exportadores concentravam o grosso da riqueza, o que condenava a maioria da população – 85% vivendo em zonas rurais – a uma miséria crônica.

O período entre 1908 e 1958 foi decisivo para a solidificação da Venezuela como um "petro-Estado" e para a emergência de governos que centralizavam o poder em torno do controle da riqueza petrolífera. Em 1908 assume o poder o General Juan Vicente Gómez (1908-1935), após um golpe de estado. “Seu primeiro ato foi pedir a “proteção” militar norte-americana para estabilizar o governo. A contrapartida foi abrir o país ao capital estrangeiro” (Maringoni, 2009, p.44). Nesse período em que Gómez assume, já havia o conhecimento sobre as reservas de petróleo em território venezuelano:

O petróleo fora descoberto na província de Táchira, em 1878. Somente quatro décadas mais tarde teve início uma intensa disputa pelas riquezas do subsolo por parte de empresas britânico-holandesas, em especial pelo consórcio Royal Dutch Shell, que começou a fazer prospecções na região do lago Maracaibo, na região noroeste do país. Em sua esteira, vieram outras, entre elas a Standard Oil of New Jersey. (Maringoni, 2009, p.44)

Coronil (2002, p.90) detalha como a demanda global por petróleo no início do século XX, contribuiu para formar o cenário ideal para Gómez estabelecer um modelo econômico baseado na exploração do petróleo:

La expansión de la economía mundial a inicios del siglo XX creó una demanda mundial. El petróleo se convirtió en la mercancía central del sistema capitalista cuando la Primera Guerra Mundial demostró la superioridad de los vehículos motorizados y la producción masiva de automóviles comenzó a redefinir formas de producción y consumo, al tiempo que re-configuraba la estructura misma del espacio social en el mundo moderno.

A produção em massa de automóveis, impulsionada pela relevância internacional do petróleo, provocou profundas redefinições nas formas de produção e consumo. Além disso, essa nova realidade automotiva reconfigurou a própria estrutura do espaço social no mundo moderno, impactando desde o planejamento urbano até a mobilidade de pessoas e mercadorias (Coronil, 2002). Maringoni (2009, p. 45), argumenta sobre a articulação política entre o Governo Gómez e as empresas estrangeiras:

As empresas estrangeiras arrancaram do general Gómez uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições definidas de concessões, royalties e cobrança de impostos. Em contrapartida, o Estado seria o inequívoco proprietário das jazidas, além de receber 15% do total produzido.

Durante o governo Gómez, a Venezuela abriu suas portas para empresas petrolíferas britânicas e americanas, tornando-se uma fonte vital de abastecimento para os países industrializados do norte (Fernández, 2019). Em 1920, a Shell perfurou um poço em La Rosa, na bacia do Maracaibo, com produção média de 100 mil barris de petróleo por dia. No ano seguinte, a exploração se intensificou com a descoberta do imenso campo de Mene Grande, o que desencadeou uma verdadeira "corrida do ouro negro" na Venezuela (Maringoni, 2009).

Em apenas oito anos, a produção de petróleo na Venezuela disparou. De modestos 1,4 milhão de barris, o país saltou para 137 milhões de barris no final da década de 1920 (Maringoni, 2009). Em 1928, a Venezuela fornecia quase um terço da produção total da Shell e da Gulf, e mais da metade da Standard Oil de Indiana (Fernández, 2019). Essa dinâmica fez da Venezuela o segundo maior produtor mundial de petróleo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A partir desse ponto não havia como voltar atrás: essa imensa riqueza, vinda do "ouro negro", transformou a Venezuela, a pátria de Bolívar, em uma economia

predominantemente extrativista e fortemente dependente da importação de bens industrializados (Maringoni, 2009).

Essa configuração gerou um mercado consumidor local impulsionado por importações, já que não havia uma indústria nacional para suprir a demanda (Coronil, 2002). Essa nova dinâmica econômica levou o país a uma dupla dependência dos Estados Unidos, tanto na exportação de petróleo quanto na importação de produtos industrializados, conforme afirma Salgado (2018, p.59):

Desde a descoberta das primeiras jazidas de petróleo na Venezuela no início do século XX as empresas estadunidenses se fizeram presente em território do país para drenar os recursos naturais ali presentes. Dessa forma, historicamente, existe uma grande proximidade entre os dois países, sendo que, enquanto a Venezuela cede o petróleo, os EUA vendiam seus produtos industrializados para a sociedade venezuelana. Obviamente, tal dinâmica privilegiava os EUA, que vendiam produtos com valor agregado maior do que o petróleo venezuelano, que ainda precisava ser refinado pelas empresas estadunidenses.

A exploração petrolífera representou uma grande chance de enriquecimento para o General Gómez e seu círculo íntimo. Eles rapidamente criaram uma empresa de fachada para gerenciar os negócios, lucrando com a exploração do petróleo. Vale ressaltar que o general já era o maior proprietário de terras do país, consolidando ainda mais seu poder e influência com a ascensão do petróleo (Maringoni, 2009). Era lucrativo manter esse modelo econômico, pois tanto as empresas estrangeiras exploradoras quanto o próprio governo lucravam.

Ao avançar do Governo Gómez, já “no final da década de 1930, as empresas estrangeiras controlavam 85% da extração petrolífera da Venezuela, sendo 50% pela Standard Oil e 35% pela Shell” (Ferreira, 2012, p.48). Gómez se manteve no poder até sua morte, em 1935. “Os generais Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945), seus sucessores, iniciaram um movimento de liberação da economia, mas mantiveram o poder nas mãos dos militares (Silva, 2022, p.32).

A partir da morte de Juan Vicente Gómez, a Venezuela iniciou uma fase de transição política. Eleazar López Contreras (1935-1941) ascendeu ao poder e permitiu o retorno de exilados políticos, muitos eram comunistas, o que impulsionou a organização política no país. Contreras foi o primeiro a buscar uma política econômica mais abrangente, visando ativar a economia e, em particular, a indústria não petrolífera.

Para isso, o Governo Contreras estabeleceu instituições como o Banco Industrial de Venezuela, em 1937, criou leis sobre aduanas (1936), o Banco Central (1939), e uma lei

trabalhista (1936), assentando as bases de um Estado nacional com uma política de "*siembra del petróleo*", ou seja, de semear o petróleo (Maringoni, 2009; Ferreira, 2012; Silva, 2022).

Em relação às questões trabalhistas, após alguns episódios de greves no Governo Contreras, houveram “alguns avanços, do ponto de vista dos trabalhadores, foram conquistados, como direito de greve, jornada de 8 horas, férias remuneradas, descanso semanal e direito de organização sindical” (Maringoni, 2009, p.49).

No entanto, o impulso à industrialização enfrentou um obstáculo significativo: um acordo comercial com os Estados Unidos em 1939, que concedeu vantagens aduaneiras a produtos industriais americanos em troca da integração das exportações venezuelanas, majoritariamente petróleo. Apesar disso, durante a Segunda Guerra Mundial, a Venezuela conseguiu desenvolver uma breve política de "substituição das importações", abastecendo-se de produtos industriais produzidos nacionalmente, visto que o mercado americano não conseguiu suprir totalmente essa necessidade.

Esta condição externa e as condições internas da renda petroleira sob controle estatal, possibilitaram que o país alavancasse seu processo de industrialização, dependente e tardia, diretamente integrado ao capital estrangeiro monopolizado e ao mercado internacional do petróleo e, portanto, submetido a eles e aos seus interesses (Silva, 2022, p.33).

Isaías Medina Angarita (1941-1945) sucedeu Contreras no governo do país, em uma “eleição indireta para a escolha do sucessor de López Contreras, realizada pelo Congresso em abril 1941” (Maringoni, 2009, p.49) e manteve a política de impulso produtivo industrial e agrícola. Seu governo destacou-se pela abertura democrática, legalizando partidos políticos que estavam na ilegalidade, como a *Acción Democrática* (AD), e concedendo liberdade de imprensa e de organização sindical. O processo de urbanização continuou acelerado durante o Governo Angarita, conforme afirma Silva (2022, p.34):

A ampliação da política inspirada em *sembrar el*¹ petróleo do presidente Contreras e a política de diversificação da economia gerou um acelerado processo de urbanização. Isso significa que em pouco mais de quarenta anos da instalação da indústria petroleira, o país sofreu um intenso processo migratório “interno” que encheu as cidades e esvaziou o espaço rural. Assim, na década de 1950, mais da metade da população vivia nos grandes centros urbanos.

Outro destaque da gestão de Angarita foi a promulgação da lei do Petróleo em 1943 e a lei agrária em 1945, limitando os monopólios petroleiros e os grandes proprietários de

¹ Semear o petróleo, seria utilizar dos recursos provenientes da atividade de exploração do petróleo para diversificação da economia, no contexto venezuelano.

terras. objetivando o planejamento de uma reforma da estrutura agrária. Em relação a Lei do Petróleo, ou como ficou mais conhecida a “Lei de Hidrocarbonetos de 1943”, Maringoni (2009, p.51), destaca:

Aproveitando-se da conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, a administração pública deu curso a um tenso processo de negociações com as empresas estrangeiras. Obteve novos contratos de concessão, com maiores imposições do Estado diante das companhias, estabelecendo seu prazo de vigência em quarenta anos. Uniformizou-se o regime destas e os royalties estatais passariam de 15 para 16,6%, o que equivalia dizer que de cada seis barris produzidos, um pertenceria ao Estado. Ao mesmo tempo, conseguiu-se das empresas que uma parcela maior do produto fosse refinada em território venezuelano. Era notório o caráter nacionalista da legislação.

A Lei dos Hidrocarbonetos de 1943 torna-se um marco regulatório na política econômica da Venezuela, dando maior controle estatal ao Estado Venezuelano sobre as suas reservas petrolíferas. A consolidação do petróleo como principal força motriz da economia levou ao surgimento de novos grupos políticos e sociais. Contudo, o governo de Medina Angarita foi deposto por um golpe civil-militar em 1945, com o apoio da Acción Democrática (AD) (Silva, 2022).

Maringoni (2009) destaca que no plano político, uma Assembleia Constituinte, ao final de 1946, estabeleceu o voto direto e secreto para todos, sem distinção de sexo. Posteriormente, em dezembro de 1947, ocorreram as eleições diretas para a Presidência da República, na qual concorreram três candidatos: Rómulo Gallegos (Acción Democrática - AD), Rafael Caldera (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente - COPEI) e Gustavo Machado (Partido Comunista de Venezuela - PCV). Rómulo Gallegos, da Acción Democrática (AD), foi eleito com 74% dos votos válidos (Maringoni, 2009). “Gallegos foi eleito presidente, porém após nove meses, seu governo caiu através de mais um golpe de Estado, encabeçado por seus próprios apoiadores dentre eles destaca-se o General Marcos Pérez Jiménez” (Silva, 2022, p.34).

Militares estiveram no governo por quatro anos, até que o General Marcos Pérez Jiménez assumiu a presidência, no ano de 1952. A gestão do Governo Jiménez na Venezuela (1952-1958) marcou um período, considerado por Coronil (2002) e Maringoni (2009), como de caráter ditatorial, que seguiu a um golpe de Estado em 1948.

Inicialmente, o governo militar tolerou alguma atividade política e sindical, com disputas internas sobre a continuidade das regras institucionais ou um endurecimento contra a oposição. A ditadura teve início em 1952, após Pérez Jiménez não reconhecer os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, que davam vitória à União Republicana

Democrática (URD) de Jóvito Villalba. “Tem início a ditadura de fato, com a volta da tortura, das prisões arbitrárias, das perseguições ferozes e da adoção da violência como arma política” (Maringoni, 2009, p.58).

“Assim, se em 1927, o petróleo representava 76% das exportações, em 1948 este percentual atingia 96% do total de produtos venezuelanos vendidos no mercado externo” (Cordova, 1977, p. 141). O Governo de Pérez Jiménez utilizou os excedentes da crescente atividade petrolífera para financiar obras públicas grandiosas, como a modernização de Caracas na década de 1950. O governo também investiu em infraestrutura estratégica, como siderurgia (rio Orinoco), hidreletricidade (rio Caroni) e indústria petroquímica (Morón), buscando lançar as bases de um capitalismo de Estado e aumentar seu poder político. Durante esse período, o PIB cresceu em média 7% ao ano (Maringoni, 2009).

O Governo Jiménez impôs uma dupla ruptura na política petrolífera: relaxou a busca por maior participação estatal nos lucros das transnacionais e promoveu novas concessões, embora estas fossem nominalmente mais favoráveis ao Estado. O investimento estrangeiro triplicou entre 1951 e 1957, com os Estados Unidos da América responsáveis por quase 70% do total. Essa dinâmica aprofundou a dependência da Venezuela em relação ao mercado estadunidense, tanto para a exportação de petróleo quanto para a importação de bens industriais. A Venezuela tornou-se o sexto maior mercado consumidor de produtos industrializados estadunidenses em 1957, mesmo com apenas sete milhões de habitantes (Ferreira, 2012).

No que tange à classe trabalhadora, o Governo Jiménez manteve uma forte contenção do movimento da classe operária. Criou o Movimento Sindical Independente, estancou aumentos salariais iniciados em 1945, proibiu e reprimiu greves (Ferreira, 2012). Além disso, promoveu uma política de imigração de trabalhadores europeus que, segundo Coronil (2002), serviu para conter as reivindicações trabalhistas. Além disso “se permitió al FBI y la CIA que llevaran a cabo actividades de vigilancia en Venezuela para contribuir a erradicar la influencia comunista en el movimiento obrero” (Coronil, 2002, p.207). Tanto o FBI quanto a CIA espionavam o movimento sindical petrolífero no intuito de “combater” o comunismo em território venezuelano.

“A crise do perezjimenismo esteve associada à reversão do ciclo expansivo do capital a qual produziu uma contração fiscal em espiral que fez o setor empresarial sentir-se pressionado pelos credores ou mesmo ameaçado de falência” (Ferreira, 2012, p. 53,54). No final de 1957, a oposição ao governo, antes restrita a setores de centro e esquerda, cresceu. O desgaste do governo também se manifestou pela percepção de que a economia não conseguia

sustentar investimentos acelerados, levando a uma crise fiscal que afetou diversos setores privados ligados ao Estado (Ferreira, 2012). “Até mesmo um setor expressivo da burguesia se colocou contra o governo, por conta da situação difícil da economia” (Maringoni, 2009, p. 60).

No entanto, a permanência de Pérez Jiménez no poder foi fortemente impulsionada pela sua proximidade com o governo dos Estados Unidos. Naquele período, os EUA financiavam diversas políticas e governos na América Latina com um objetivo claro: conter o avanço do comunismo na região. Essa parceria estratégica foi crucial para a sustentação do Governo Jiménez (Silva, 2022). Maringoni (2009, p.58), é enfático sobre essa questão:

O capital financeiro expandiu sua atividade e o regime de Pérez Jimenez passou a exibir no plano internacional sua face pretensamente moderna. Contava para isso com o beneplácito norte-americano, patrocinador de diversas ditaduras amigas no continente, como a de Anastácio Somoza, na Nicarágua, Rafael Trujilo, na República Dominicana, Fulgencio Batista, em Cuba, e Manuel Odría, no Peru.

As articulações contra o Governo Jiménez se intensificaram com o Partido Comunista da Venezuela (PCV) e a URD, buscando uma ação conjunta. Essa frente, denominada Junta Patriótica, foi posteriormente integrada pelas lideranças do Acción Democrática (AD) e do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), formando um crescente movimento antiditatorial.

Em Nova York, em dezembro de 1957, Rômulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (COPEI) e Jóvito Villalba (URD), juntamente com o empresário Eugenio Mendoza, reuniram-se para traçar as bases de um governo de transição sem a participação do PCV. “A exclusão da principal força de esquerda, o PCV, não foi acidental: desejava-se uma transição sem sustos para um regime civil, com eleições diretas, que isolasse os setores mais radicalizados do movimento popular.” (Maringoni, 2009, p.59). O Pacto de Nova York, resultado desse encontro, seria o embrião do Pacto de Punto Fijo.

O evento que culminou na queda de Pérez Jiménez foi uma greve geral em 21 de janeiro de 1958 e uma insurgência militar na madrugada do dia seguinte. “Pérez Jiménez caiu em meio a uma ebulição popular, em 23 de janeiro de 1958. Greves e manifestações de rua tomaram conta de Caracas” (Maringoni, 2009, p.61). Pérez Jiménez percebeu a insustentabilidade de sua situação e fugiu do país, resultando na tomada do poder por uma Junta Militar (Ferreira, 2012). Esse evento marcou o fim de uma era e o início do regime do Pacto de Punto Fijo, que será discutido na sequência.

2.2 ASCENSÃO E QUEDA DO PACTO DE PUNTO FIJO (1958-1998)

Após a queda do Governo Jiménez em 1958, abriu-se caminho para a construção de um novo arranjo político na Venezuela. O Pacto de Punto Fijo, assinado pelos três maiores partidos da época – Ação Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e União Republicana Democrática (URD) –, estabeleceu as bases para os próximos governos, com um sistema de revezamento no poder e a exclusão de forças consideradas "antissistema", como o Partido Comunista da Venezuela (PCV).

A estabilidade desse sistema democrático fundamentava-se em um “pacto de conciliação” entre as elites, operando sob um sistema bipartidário com reduzida diferenciação ideológica. Sua sustentação foi garantida pela incorporação de outros atores relevantes, como as Forças Armadas, a Igreja e o setor empresarial, visando à sua plena institucionalização (Villa, 2005). “Dessa maneira, o referido acordo garantiu uma paz social e contribuiu para a imagem da Venezuela como um dos países em desenvolvimento com maior solidez” (Silva, 2022, p.35).

As lideranças de direita, notadamente da Ação Democrática (AD) e do Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), em alinhamento com setores empresariais, consideravam que a manutenção de boas relações com os Estados Unidos seria crucial para a conformação do futuro governo. Avaliavam, ademais, a necessidade de emitir sinais favoráveis a Washington em um período de intensa Guerra Fria, particularmente no contexto americano (Valente, 2013). Aproveitando-se da conjuntura favorável aos seus interesses, os Estados Unidos expressaram que a estratégia de exclusão da esquerda do processo político era vista com aprovação e que contava com o apoio necessário da Casa Branca (Silva, 2022). Valente (2013, p.03) acrescenta sobre essa articulação da direita contra o Partido Comunista da Venezuela:

Com isso, movimentos sindicais de esquerda, alguns setores militares de baixo escalão e especialmente o Partido Comunista da Venezuela passaram a ser vistos como forças opositoras e, mesmo tendo colaborado de forma decisiva, especialmente em combates de guerrilha no interior para a queda do regime, foram expulsos da aliança e muitos de seus membros mortos, presos ou exilados.

Diferentemente da subordinação explícita da indústria nacional à divisão internacional do trabalho operada por Pérez Jiménez, o Pacto de Punto Fijo propunha a ampliação da indústria nacional mediante uma aliança com o imperialismo, que implicava a contenção das demandas trabalhistas como contrapartida (Ferreira, 2012). Essa articulação ainda se

desdobrou para as esferas dos poderes legislativo e judiciário, conforme aponta Maringoni (2009, p. 64):

O Pacto de Punto Fijo se desdobraria num novo acordo, em 1968, segundo o qual a AD e a Copei repartiriam as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como a presidência de diversas comissões legislativas, de acordo com os resultados obtidos nas urnas. O acerto se estenderia a outros postos decisivos da direção do Estado, como a seleção de membros para a Corte Suprema de Justiça e a indicação do procurador-geral da República.

O Pacto de Punto Fijo pode ser compreendido em três fases distintas. A primeira fase, de 1959 a 1973, ocorreu sob os governos de Rômulo Betancourt (1959-1964), Raúl Leoni (1964-1969) e o primeiro mandato de Rafael Caldera (1969-1974). A segunda fase, estendendo-se de 1974 a 1989, coincidiu com o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) e as gestões de Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989). Por fim, a terceira fase, de 1989 a 1998, assistiu ao retorno de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera à presidência, ambos governos proeminentes nas etapas anteriores do acordo.

Apesar de ser um período inicial do Pacto de Punto Fijo, o governo Betancourt já sinalizava uma política petrolífera mais independente (Silva, 2022). As frequentes tentativas de empresas norte-americanas e europeias de baixar os preços do petróleo no mercado global causaram insatisfação na Venezuela e em outros países exportadores. Para evitar a perda de divisas, Betancourt, mesmo sob a manifesta desaprovação dos Estados Unidos, uniu-se aos países árabes na criação da Organização dos países exportadores de petróleo (Opep) em 1960 “Além da Venezuela, a formação da entidade contou com a participação decisiva de representantes da Arábia Saudita, do Iraque, Irã e Kwait” (Maringoni, 2009, p.63). Essa organização visava proteger os preços do petróleo da influência de grandes corporações e países importadores (Valente, 2013).

Em relação a Opep, Maringoni (2009, p.63) reforça que “um de seus objetivos foi acordar uma política destinada à manutenção de preços estáveis, entre outros meios, pela regulação da produção, sublinhava a resolução inicial da nova organização”. Essa regulação da produção fica evidente quando “em 1973, após entendimentos na OPEP, os países exportadores começam a diminuir a produção” (Neves, 2010, p.57), de modo que os preços dos barris subissem no mercado internacional.

Na sequência, foi estabelecida a Corporação Venezuelana do Petróleo (CVP), a primeira estatal a atuar em todas as etapas da indústria petrolífera, desde a exploração até a comercialização. Nos anos seguintes novas leis foram promulgadas, expandindo o controle

estatal para a produção de gás e derivados de hidrocarbonetos (Maringoni, 2009). A partir do empenho venezuelano para a fundação da Opep, torna-se mais evidente a distinção entre diferentes abordagens dentro da política externa do país em relação ao petróleo. Por um lado, a diplomacia petrolífera venezuelana, ao aprofundar laços com Estados então considerados rivais de Washington e ao promover a formação de um cartel que gerava preocupação aos Estados Unidos, sinalizava uma busca por maior autonomia e controle sobre seus recursos² (Valente, 2013).

Por outro lado, a política externa geral da Venezuela mantinha um forte alinhamento político com os EUA durante a Guerra Fria, demonstrando uma clara disposição em posicionar o país como um baluarte latino-americano no combate ao comunismo. Assim, coexistiam na política venezuelana orientações por vezes divergentes: uma de cunho econômico-estratégico, buscando a defesa de seus interesses petrolíferos, e outra de caráter geopolítico-ideológico, alinhada à contenção da influência soviética (Valente, 2013).

A segunda fase do Pacto (1974-1989) abrangeu os governos de Carlos Andrés Pérez (primeiro mandato: 1974-1979), Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989). Este período foi marcado por uma intensificação em relação a dependência dos recursos petrolíferos, que, ao valorizar o câmbio, impulsionou um significativo aumento das importações (Silva, 2022). A década de 1970 é marcada pelo aumento dos preços dos barris de petróleo. Maringoni (2009, p. 65), comenta esse período:

O auge da bonança petroleira durou dez anos. Começou em 1973, quando os países da Opep pressionaram os preços, que praticamente quadruplicaram ao longo desse ano e mais uma vez triplicaram até o fim da década, após a Revolução Iraniana, em 1979. [...] Esse período coincidiu com o primeiro mandato presidencial de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), lembrado pela população como “os bons tempos”.

Em 1976, o Governo Pérez inicia um processo de nacionalização da indústria, “criou-se a Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA). As quinze concessionárias privadas existentes no país – entre elas a Exxon, a Shell e a Mobil – logo integraram seu organograma, atuando como filiais no negócio” (Maringoni, 2009, p.66). Tal ação permitiu que a ascendente oligarquia petrolífera obtivesse lucros ainda maiores a partir da receita gerada por esse recurso, particularmente após o aumento dos preços no mercado internacional (Silva, 2022).

² Neste sentido é importante considerar que as maiores empresas produtoras de petróleo e detentoras das maiores reservas globais são estatais. Cerca de três quartos das reservas mundiais estão sob o controle de companhias nacionais. Isso demonstra que o petróleo é, antes de tudo, uma questão estratégica de segurança e interesse nacional (Neves, 2010).

Sobre esse período, Valente (2013, p. 07) aponta: “Com dinheiro sobrando e um aumento notório do bem-estar das classes médias e da elite, o país chegou a ser chamado durante seu governo de “Venezuela Saudita”. A frase “Tá barato, dá-me dois” (Silva, 2022, p.38), tornou-se um emblema venezuelano nesse período. Contudo, a década de 1980 fez com que essa frase deixasse de fazer sentido para descrever a realidade do povo venezuelano.

O primeiro fator foi que, mesmo a substancial entrada de divisas petrolíferas não era mais capaz de sustentar a estabilidade macroeconômica nacional, em decorrência do aumento exponencial da dívida externa herdada do governo Pérez: “O grande endividamento fez com que em 1983 o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente, gerando uma crise econômica sem precedentes no país” (Valente, 2013, p.07). Em 28 de fevereiro de 1983, durante o Governo Campíns, a moeda venezuelana, o Bolívar, sofreu uma drástica desvalorização em relação ao dólar. Esse evento, que marcou a deterioração do quadro econômico do país, “ficou conhecido como *viernes negro*³” (Silva, 2022, p.39).

Maringoni (2009, p. 67 e 68) detalha esse momento da gestão do Governo Campíns:

O presidente da República, o copeiano Luís Herrera Campíns (1979-1984), fora obrigado a desvalorizar abruptamente a moeda nacional, o bolívar, como culminância de um processo que incluía, nos últimos anos, a queda substancial dos preços do petróleo, a disparada da dívida pública, que fora multiplicada por dez entre 1974 e 1978, e o aumento dos juros para empréstimos internacionais. Rapidamente, a cotação do dólar saltou de 4,70 para 7 bolívares. Estima-se que US\$ 8 bilhões tenham saído da Venezuela ao longo daquele ano. O desemprego avançou aos saltos, dando início a uma crise material e de valores que acabou se mostrando irreversível. Era o epílogo dos bons tempos.

O declínio econômico venezuelano na década de 1980 impactou significativamente a capacidade redistributiva do regime, revelando que a eficácia política do Pacto de Punto Fijo estava intrinsecamente ligada à performance do modelo rentista petrolífero. Durante a “década perdida” dos anos 1980, a América Latina como um todo enfrentou uma grave crise econômica, o que influenciou profundamente as escolhas neoliberais adotadas pelas elites políticas na região. No contexto venezuelano, a situação foi agravada pela queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 1984 e pelo aumento dos encargos da dívida externa (Villa, 2005).

A fase final do Pacto, de 1989 a 1998, marcou o retorno de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera à presidência, ambos governaram o país em períodos anteriores ao acordo.

³ A Sexta-feira Negra foi o dia em que o bolívar, a moeda venezuelana, sofreu uma desvalorização cambial drástica em relação ao dólar.

“Pérez foi eleito com base numa plataforma que prometia ao país a recuperação econômica e medidas nacionalistas, como as implementadas no seu primeiro mandato, durante o qual a indústria do petróleo foi nacionalizada e criada a PDVSA” (Silva, 2022, p.39).

Contudo, neste segundo mandato Pérez assume a presidência com o seguinte quadro econômico: inflação de 40,3% ao ano, o desemprego alcançava dois dígitos e o salário real havia despencado (Maringoni, 2009). Inicia sua gestão com uma aproximação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com objetivo de fazer um empréstimo de US\$4,5 bilhões. Na contrapartida, iniciou um pacote de ações impopulares, relatados por Maringoni (2009, p.70):

O pacote incluía desvalorização da moeda nacional, o bolívar, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, esses reajustes chegaram também a 100%. Nada disso havia sido ventilado durante a campanha.

Como consequência destas medidas, teve início as manifestações populares “quase imediata e em 27 de fevereiro 1989 protestos na região metropolitana de Caracas ganharam rápido vulto e chegaram até a capital venezuelana” (Silva, 2022, p. 40,41). Villa (2005, p.156) também aborda esse episódio:

O primeiro forte sintoma da instabilidade política do sistema democrático venezuelano foi o então denominado *Caracaço*, de 27 de fevereiro de 1989, e que se constituiu de uma reação militar repressiva dirigida ao protesto de setores mais pobres da população (vindos dos cerros e os ranchos de Caracas, como são conhecidas as favelas na Venezuela) contra as medidas neoliberais de Pérez. Nesse acontecimento morreram aproximadamente trezentas pessoas, de acordo com dados oficiais, e mais de mil segundo fontes extra-oficiais.

Com o *Caracaço* houve uma crescente movimentação contrária ao Governo Pérez. Em 4 de fevereiro de 1992, o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías liderou uma rebelião armada contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Embora essa tentativa tenha sido frustrada, obteve considerável apoio em todo o país. Pérez conseguiu resistir tanto ao *Caracaço* quanto às tentativas de golpe de Chávez. No entanto, as múltiplas crises haviam gerado profundas fissuras e divisões, levando-o a sucumbir diante de escândalos de corrupção, com seu impeachment em 1993 (Silva, 2022).

O último governo do Pacto de Punto Fijo é marcado pelo “retorno de Rafael Caldera” que “só foi possível por ter se filiado ao partido Movimento ao Socialismo (MAS)” (Silva,

2022, p.41), Porém, mesmo que Caldera tenha adotado essa estratégia política para se eleger, aliando-se a um partido de esquerda, manteve as políticas econômicas do seu antecessor, estreitando relações com o FMI e aprofundando o neoliberalismo econômico (Pedroso, 2014).

Em março de 1994, Caldera concede liberdade aos presos políticos que atentaram contra o Governo Pérez em 1992. Entre os libertos estava Hugo Chávez, aquele que viria a ser seu futuro rival político. Dentre as principais medidas tomadas em seu segundo mandato destacam-se a redução dos gastos com políticas sociais, a abertura do setor petrolífero ao capital internacional e a privatização de empresas estatais (Pedroso, 2014).

“O custo de vida alcançou 70,8% e, em 1995, a inflação chegou a 103% ao ano, patamar até então inédito para os padrões venezuelanos” (Maringoni, 2009, p.105). Em 1998, o Pacto de Punto Fijo, que esteve em vigor por quatro décadas, encontrava-se completamente esgotado, sem perspectiva de recuperação que não implicasse em seu término (Silva, 2022).

Contudo, é notável que apesar do agravamento das condições, o arcabouço do pacto democrático não foi inicialmente alvo de questionamentos profundos. Isso pode ser atribuído à percepção de prosperidade gerada por três décadas de abundância petrolífera, que mesmo em face da corrupção governamental, garantia a satisfação de certas necessidades de infraestrutura e serviços sociais, minimizando o engajamento político de parte da população.

Ferreira (2012), ao examinar a classe trabalhadora no contexto do capitalismo dependente petrolífero-rentista, argumenta que embora a democracia representativa tenha permitido avanços sociais limitados, ela não conseguiu reverter a lógica da dependência. Ferreira (2012) e Coronil (2002) convergem na ideia de que a abundância do petróleo criou uma cultura rentista que, ao invés de promover o desenvolvimento sustentável, fomentou a corrupção e a desigualdade social, minando as bases da própria democracia.

A crise do final dos anos 1980 e a implementação de políticas neoliberais, sobretudo na década de 1990, aprofundaram as desigualdades e aumentaram a pobreza, evidenciando o esgotamento do modelo rentista e a falência do Pacto de Punto Fijo em promover desenvolvimento (Ferreira, 2012). Esta percepção das consequências sociais e econômicas da dependência converge com o que Maringoni (2009) descreve como o "pano de fundo" para a ascensão do chavismo, que se apresentaria como uma alternativa à crise do modelo pontofijista.

Foi neste cenário de profunda crise institucional do modelo de desenvolvimento e do financiamento estatal que a alternativa proposta pelo Movimento Quinta República (MVR) e a candidatura de Hugo Chávez se tornaram eleitoralmente viáveis. Sua campanha centrou-se no combate à pobreza, na promoção da inclusão social e na política de transferência de renda, assegurando-lhe, dessa forma, êxito no pleito e sua eleição como Presidente da República da Venezuela.

2.3 A VENEZUELA NO GOVERNO HUGO CHÁVEZ (1999-2012)

A Venezuela não seria mais a mesma após o ano de 1999. O governo de Hugo Chávez, que se estendeu de 1999 a 2013, não apenas redefiniu a trajetória do país, mas se estabeleceu como um marco histórico fundamental na política venezuelana e latino-americana. Segundo Valente (2013, p.11), a administração do Governo Chávez, alicerçada na "Revolução Bolivariana", buscou transformar radicalmente as estruturas políticas, econômicas e sociais venezuelanas, em profundo contraste com o período anterior, do Pacto de Punto Fijo (1958-1998). “A chegada de Chávez ao governo sacramentava a falência do sistema institucional e partidário, cujas raízes haviam sido fincadas em 1958” (Maringoni, 2009, p.113).

As eleições de dezembro de 1998 marcaram a primeira vitória presidencial de Hugo Chávez, que garantiu o cargo com 56,2% dos votos (Villa, 2005). A ascensão de Chávez ao poder marcou o início de uma era de transformações. “Chávez representava para a esquerda latino-americana a perspectiva da resistência aos ventos do neoliberalismo do Consenso de Washington” (Azeredo, 2003, p.145).

Chávez chegou à presidência da Venezuela em meio a uma profunda crise social, política e econômica. Chávez tinha um objetivo claro: transformar a maneira como as políticas públicas eram formuladas, priorizando as demandas sociais. No entanto, ele não ignorou a importância do capital internacional, essencial para um país tão dependente da exportação de petróleo (Salgado, 2018). Valente (2013, p. 1 e 2) apresenta pontos interessantes acerca desse contexto político:

Por mais de quatro décadas, os governos que passaram pelo Palácio Miraflores ficaram conhecidos por seus alinhamentos em relação aos Estados Unidos, especialmente na questão fundamental de quase todo período: a Guerra Fria e o combate ao comunismo. Chávez não somente rompeu com uma alternância de poder de 40 anos entre dois partidos, mas também ao assumir o país dez anos após a queda do Muro de Berlim retirou a Venezuela, tanto da antiga da lógica bipolar que não fazia mais sentido, mas que resistia agonizante, tanto quanto da política neoliberal, esta unipolar e típica da hegemonia americana dos anos 90, usada como receita ortodoxa de salvação de uma economia à beira do precipício.

Um de seus primeiros e mais significativos atos foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), aprovada por referendo em abril de 1999, responsável em redigir uma nova Constituição Federal. “As forças chavistas obtiveram esmagadora maioria na ANC, elegendo 125 deputados, enquanto a oposição só conseguiu eleger seis” (Villa, 2005, p. 162).

A nova Constituição foi aprovada em referendo popular no dia 15 de dezembro, com 71% dos votos (Maringoni, 2009). A Constituição alterou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela (Silva, 2022) e previa novas eleições para o mesmo ano, cujos mandatos seriam de 6 (seis) anos” (Bastos; Óbregon, 2018, p.05).

O saldo político mais significativo da Constituição Bolivariana da Venezuela (CBRV), reside na ampliação dos mecanismos de participação social na política. Isso foi alcançado por meio de instrumentos de participação direta e semidireta, aplicáveis a todos os cinco poderes constituídos: Executivo, Legislativo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão, e em todas as esferas, do nível local ao nacional (Ferreira, 2012).

Pela primeira vez a Venezuela reconheceu formalmente os direitos dos povos indígenas, quitando uma antiga dívida social e concedendo-lhes a dignidade da plena cidadania. A nova constituição também ampliou os direitos ambientais e os direitos sociais. São lançadas as bases para a transformação do Poder Judiciário e uma reorganização dos poderes públicos, que agora incluem o Poder Cidadão. Este último é composto pela Procuradoria e pela recém-criada Defensoria do Povo. Além disso, a constituição inaugura novas formas de democracia participativa, incorporando diversas modalidades de referendo ao texto constitucional (Lander, 2002).

No campo econômico, Chávez não tinha um cenário favorável em 1999. “A recessão do ano anterior se aprofundava, provocando uma queda de 7,2% do PIB” (Maringoni, 2009, p.116). Um dos fatos para essa recessão era a queda dos preços dos barris de petróleo que “à época de sua eleição em 1998” estava “a cerca de US\$ 10 o barril” (Neves, 2010, p.66).

O primeiro lance audacioso do novo governo no plano econômico foi promover, em Caracas, a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da Opep, entre 27 e 28 de setembro de 1999. Estavam presentes o presidente da Argélia, da Indonésia, do Irã, da Nigéria, do Qatar, dos Emirados Árabes, da Arábia Saudita, do Iraque, da Líbia e do Kuwait (Maringoni, 2009, p.117)

Essa reaproximação com os países membros da Opep foi decisiva para a recomposição dos preços dos barris, com “preços, entre US\$ 22 e US\$ 28 o barril, variável de acordo

com o volume de produção obtido” (Maringoni, 2009, p. 118). A Opep, que perdera ao longo dos anos sua importância geopolítica, praticamente ressurgia quatro décadas após sua formação, tendo o Governo Chávez como protagonista. Valente (2013, p.11), comenta sobre a percepção dos Estados Unidos em relação a essa articulação política de Chávez nos primeiros anos de seu mandato:

A aproximação que Chávez promoveu ainda nos primeiros dois anos de seu governo com países como Líbia e Iraque, fortes desafetos de Washington para a articulação de políticas conjuntas de petróleo, chegou a ser anunciada pela mídia internacional como um ato hostil e provocador de desavença. De fato, foram gestos que aumentaram a desconfiança da Casa Branca em relação a um líder do qual já não gostava. No entanto, por si só não poderia ser considerada como responsável, isoladamente, pelo distanciamento entre os dois países que se tornará notório a partir de 2002.

No ano de 2000 foram convocadas novas eleições na Venezuela, onde Chávez venceu, com 60% dos votos. Um fato interessante dessas eleições foi novamente a ausência de representantes dos partidos AD e Copei, tendo como principal candidato oponente, “Francisco Árias Cardenas, da Causa R, também representante de forças revolucionárias de esquerda, antigo e futuro aliado do governo” (Neves, 2010, p. 66).

A segunda grande ação do Governo Chávez na economia ocorreu em novembro de 2001, por meio de um pacote de 49 leis pontuais. Essas leis foram editadas pelo presidente da República, que utilizou uma Lei Habilitante, mecanismo semelhante às medidas provisórias brasileiras. Essencialmente, um decreto aprovado pela Assembleia Nacional permitiu que o presidente legislasse sem a necessidade de aprovação parlamentar direta para essas intervenções. Essas leis indicaram uma radicalização do governo de Chávez e o início de um período antineoliberal (Ellner, 2003).

Dessas 49 leis aprovadas, duas merecem destaque: a Lei de Terras e a Lei de Hidrocarbonetos. A Lei de Terras buscou submeter o parcelamento das terras subutilizadas, com o objetivo de promover uma redistribuição e uso mais eficiente do solo (Ellner, 2003). Maringoni (2009, p.119) reforça que, “a lei é especialmente rigorosa com as terras ociosas, cujos proprietários devem provar sua utilização ou processos de melhorias ali estabelecidas”. Neves (2010) complementa que a Lei de Terras foi importante para futuramente o Governo Chávez dar seguimento às políticas públicas com objetivo de formar a base para uma reforma agrária, através do Instituto Nacional de Tierras (INTI).

Ley de Tierras criou o Instituto Nacional de Tierras/INT e deu início a uma Reforma Agrária que desencadeou um conflito envolvendo as grandes organizações de produtores (FEDENAGAS, FEDEAGRO, FEGALAGO etc.), camponeses e o Estado. Os primeiros reivindicavam que as terras que

o Estado utilizou para a Reforma eram, na verdade, privadas e produtivas. No entanto, muitas destas terras foram apropriadas por essas iniciativas privadas ao longo de décadas à revelia do Estado e, portanto, os proprietários não detinham a documentação necessária para evitar a desapropriação. Essas federações receberam amplo apoio da maior organização empresarial do país, a FEDECAMARAS (Baptista, 2011, p.42).

Outra lei viria a trazer grande repercussão: a Lei dos Hidrocarbonetos. A nova Lei de Hidrocarbonetos proposta por Chávez, estabeleceu a propriedade majoritária do Estado de todas as companhias mistas encarregadas de operações petrolíferas, a fim de reverter o programa neoliberal da "Abertura Petrolífera" da administração do Governo Caldera, seu antecessor (Ellner, 2003).

O objetivo de Chávez com a Lei dos Hidrocarbonetos era de diminuir drasticamente a autonomia da Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) frente ao poder público, uma tendência que se consolidou na década de 1990, quando a privatização da estatal chegou a ser cogitada. O texto legal também especifica o reajuste nos valores de *royalties* e impostos que o Estado, na condição de seu único proprietário, passaria a receber (Maringoni, 2009). Esse pensamento é reforçado por Baptista (2011, p.42) quando afirma que “representou um fortalecimento do controle estatal sobre a produção petroleira”.

Assim, a Lei de Hidrocarbonetos materializou o controle estatal sobre a atividade petrolífera por meio do Ministério das Minas e Energia. A legislação garantia que as receitas provenientes dos hidrocarbonetos seriam direcionadas para o financiamento de áreas como: saúde, educação, fundos de estabilização macroeconômica e investimento produtivo. O objetivo era assegurar uma conexão robusta entre o petróleo e a economia nacional, em prol do bem-estar da população, sobretudo a parcela mais pobre (Maringoni, 2009). Todavia, a promulgação das 49 leis aprovadas, gerou um cenário de instabilidade política na Venezuela, conforme relata Moreira (2018, p.66):

Agindo dessa maneira, mesmo tendo ampla maioria na Assembleia Nacional para aprovar qualquer medida, Chávez, a um só tempo, mobilizou contra o governo os principais setores com interesses consolidados do país: empresários, aglutinados na poderosa Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción (FEDECAMARAS), proprietários de terras, grupos dedicados à pesca industrial e o influente estamento petroleiro, além dos meios de comunicação. Os sindicatos, com fortes vínculos com os partidos políticos tradicionais, também se mobilizaram contra o governo.

Nesse processo, a grande mídia privada desempenhou um papel crucial. Ela uniu a oposição a organizações ligadas às classes média e alta da sociedade, além da elite petrolífera, para iniciar uma campanha massiva. Essa campanha acusava o governo de Chávez de

tentar eliminar a propriedade privada e de buscar implementar um regime nos moldes do modelo cubano na Venezuela (Lopes, 2011).

Um dos principais focos da disputa entre o governo bolivariano e seus opositores girou em torno da PDVSA, a estatal petrolífera venezuelana. A diretoria da empresa, composta em grande parte por funcionários de carreira, não apoiava as políticas aprovadas pelo governo (Maringoni, 2009). Figuras importantes da PDVSA chegaram a convocar abertamente paralisações contra o governo. Diante dessa resistência, o presidente Hugo Chávez, em um movimento decisivo no domingo, 7 de abril de 2002, durante seu programa "Aló Presidente", demitiu sete gerentes do alto escalão da PDVSA ao vivo na televisão. Essa ação foi vista como um ataque intencional para a elite ligada à PDVSA e serviu para intensificar ainda mais as tensões (Maringoni, 2009).

A FEDECAMARAS e a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) convocaram uma passeata que terminou em violência, levando a cúpula militar a exigir a renúncia de Chávez. Após várias manifestações, Chávez foi deposto em 11 de abril de 2002. Imediatamente, Pedro Carmona, então presidente da FEDECAMARAS, assumiu o poder, dissolveu a Assembleia Nacional e formou uma junta provisória. Contudo, Chávez retornou ao poder quarenta e oito horas depois do golpe (Moreira, 2018).

A oposição continuou a convocar manifestações, culminando em dezembro de 2002 com uma paralisação do setor produtivo no intuito de forçar a renúncia do presidente. Conhecida como "*paro petrolero*", essa greve, que teve a adesão da PDVSA e durou até janeiro de 2003, resultou em uma queda de 12,5% do PIB entre 2002 e 2003 (Moreira, 2018).

A fraqueza das forças antichavistas tornou-se evidente em janeiro de 2003, quando a oposição foi responsabilizada pelo fechamento do comércio em Caracas. Bancos e grandes centros comerciais reabriram no início de fevereiro de 2003, marcando a derrota do protesto oposicionista após 63 dias. A PDVSA também anunciou a retomada de sua produção para um milhão de barris por dia (Maringoni, 2009).

Ainda em 2003, o Governo Chávez inicia uma série de políticas sociais, conhecidas como "Missões". Estas tiveram um impacto positivo em grande parte da população, especialmente nas classes populares e em cerca de um terço da classe média (Villa, 2005). Essas iniciativas emergenciais incluíram programas de saúde como o "Bairro Adentro"⁴, que

⁴ Maringoni (2009) destaca que a "Missão Barrio Adentro", inicialmente tentou recrutar médicos venezuelanos com um salário de US\$700 para atuar em favelas, mas apenas 42 se apresentaram. A solução encontrada foi recorrer a um acordo de cooperação com Cuba, firmado em 2000, pelo qual Cuba fornecia profissionais de saúde e educação, em troca de petróleo venezuelano em condições vantajosas. Assim, entre junho de 2003 e

oferecia consultas diárias nas áreas mais pobres, e os programas "Mercal", que vendiam produtos da cesta básica a preços subsidiados, além da distribuição gratuita de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade (Villa, 2005).

No setor educacional, as missões de longo prazo, como "Robinson" (alfabetização), "Ribas" (retorno ao ensino médio) e "Sucre" (acesso ao ensino superior com a criação da Universidade Bolivariana), buscaram ampliar as oportunidades de educação para milhões de venezuelanos (Villa, 2005). Desse modo, a redistribuição da renda do petróleo ganhou um novo propósito, focando na redução das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida das classes populares (Baptista, 2011).

A Venezuela, a partir desses programas, estreitou relações com o governo cubano, especialmente após a criação da “*Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA)” (Oliveira, 2011, p.128).

A base de seu projeto regional começou como uma negativa à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que já vinha sendo negociada desde a década de 1990, com o governo Bill Clinton, nos Estados Unidos. Por meio da aproximação com o governo cubano e o desejo de contrapor os EUA no hemisfério ocidental, Venezuela e Cuba criaram a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA - TCP). A ALBA-TCP propõe-se a colocar os objetivos sociais acima dos econômicos, fazendo a chamada diplomacia dos povos e um intercâmbio comercial mais solidário (Weber, 2020, p.180,181).

Em 2005, a cidade de Puerto La Cruz, na Venezuela, sediou a criação da PETROCARIBE⁵ e do Fundo ALBA – Caribe⁶ para o Desenvolvimento Econômico e Social. Em 2006, a Bolívia uniu-se ao bloco, e naquele mesmo ano começaram os debates que levariam à assinatura do Tratado de Comércio entre os Povos (TCP). Os projetos da ALBA ganharam impulso em 2007 com a entrada da Nicarágua no grupo. Nesse período, foram traçadas as linhas de ação da Aliança Bolivariana, que englobaram diversas áreas como educação, cultura, comércio, finanças, alimentação, saúde, telecomunicações, transporte, turismo, recursos minerais, indústria e energia. Além disso, foi firmado um acordo para a criação do Banco

agosto de 2004, aproximadamente 20 mil médicos cubanos chegaram à Venezuela, recebendo subsídio de Cuba e complemento salarial, moradia, transporte e alimentação do Governo Chávez.

⁵ Órgão responsável pela coordenação e gestão das políticas, planos e estratégias dos estados membros no setor energético, conforme disposto no “Acuerdo de Cooperación Energética Petrocaribe de 29 de junho de 2005” (Freitas, 2011).

⁶ Fundo criado através da PETROCARIBE com o objetivo de financiar programas sociais e culturais.

da ALBA. Em 2008, Dominica e Honduras tornaram-se membros, seguidos por Equador, São Vicente e Granadinas, e Antígua e Barbuda em 2009 (Freitas, 2011)⁷.

Mesmo após as tentativas frustradas de destituir o presidente Hugo Chávez, como no golpe de 2002, a oposição tentou novamente utilizando o referendo revogatório, um instrumento constitucionalmente previsto para a revogação do mandato presidencial (Silva, 2022). Assim como nas ocasiões anteriores, os Estados Unidos participaram ativamente da articulação da campanha opositora à Chávez e na preparação do referendo (Salgado, 2018). Contudo, Chávez obteve nova vitória popular, com 59% dos votos a favor da continuidade de seu mandato (Silva, 2022).

Villa (2005) atribui essa vitória popular de Chávez ao impacto positivo das “Missões” e ao crescimento da economia venezuelana, que em 2004 apresentava aumento do PIB de 23,1% no primeiro semestre, quando comparado ao mesmo semestre do ano anterior, além da queda nos índices de desemprego. Outro fator que contribuiu foi o aumento da renda petrolífera, influenciado pela alta do valor do produto no mercado internacional.

Em 2006, com o enfraquecimento da oposição no cenário político venezuelano, acontece a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Hugo Chávez é reeleito presidente da República Bolivariana da Venezuela com 62,9% dos votos (Silva, 2022). A combinação de uma nova conjuntura política e o aumento significativo dos preços do petróleo permitiram ao Governo Chávez implementar as transformações rumo ao "socialismo bolivariano" (Lopes, 2011, p.21) ou "Socialismo do século XXI" (Bastos; Óbregon, 2018, p.07). Este modelo de sociedade priorizava a solidariedade e a cooperação, buscando conter os efeitos do neoliberalismo.

Tratava-se [...] de uma ideologia embrionária, que visava promover uma democracia “proativa” e “participativa”, que aproximaria a tomada de decisão do povo através de comitês localizados e, num objetivo mais ambicioso ainda, que substituiria em devido tempo a economia de mercado, orientada para o lucro, por um sistema de troca de bens e serviços através de “equivalências” calculadas segundo valores de uso acordados (Pereira, 2015, p.109).

⁷ A ALBA é composta atualmente pelos seguintes países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Granada. Honduras integrou o grupo, mas se retirou após o golpe de Estado que depôs o Presidente Manuel Zelaya. Originalmente conhecida como "Alternativa Bolivariana para as Américas", a organização incorporou o "Tratado de Comércio dos Povos" com a adesão da Bolívia em 2006, seguindo a proposta do então presidente Evo Morales para um acordo comercial mais abrangente (Weber, 2020; Oliveira, 2011).

Para consolidar esse novo modelo socioeconômico, o governo venezuelano iniciou um processo de estatização de diversas empresas. Entre as nacionalizadas, destacam-se a siderúrgica SIDOR, a empresa de telecomunicações *Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV), a companhia de eletricidade de Caracas, além de indústrias de cimento, produção de leite, outras usinas siderúrgicas e de aço, e o Banco da Venezuela (Lopes, 2011).

Em 2007, o governo Chávez recusou a renovação da licença da Rede Caracas de Televisão (RCTV). Essa decisão foi duramente contestada pela oposição, que a via como um artifício para legitimar um regime que consideravam autoritário. No mesmo ano, Chávez tentou aprovar reformas constitucionais que visavam aumentar seu poder e acelerar as transformações na Venezuela. Essa tentativa, no entanto, representou a primeira derrota eleitoral de Chávez nas urnas (Bastos e Óbregon, 2018). Em 2008, uma alteração na constituição venezuelana abriu caminho para que Hugo Chávez pudesse se candidatar a reeleições indefinidamente (Silva, 2022).

Um elemento importante neste contexto ocorreu no início dos anos 2000, quando a América Latina vivenciou um período notável, conhecido como "Onda Rosa"⁸, caracterizado pela ascensão de partidos de esquerda ao poder em diversos países. Nesse cenário, a Venezuela se destacou ao apresentar um quadro de bem-estar econômico. Essa década foi marcada por crescimento da renda dos cidadãos venezuelanos, aliado à redução das desigualdades e da pobreza na região (Osório, 2013). Isso favoreceu a integração da Venezuela com outros países da América do Sul. Um exemplo foi o processo formal de adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), como explica Severo (2012, p 113-114):

Os procedimentos formais para o ingresso da Venezuela no bloco regional iniciaram há muitos anos. Desde 2006, os países membros discutiram exaustivamente essa medida. Ao fim, os parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai ratificaram a proposta com ampla margem de aprovação. A efetiva entrada da Venezuela, no entanto, estava sendo impedida há quase cinco anos pelos parlamentares do Paraguai. A postura gerou inúmeros constrangimentos e graves atrasos ao processo de integração regional. No entanto, com o golpe de Estado executado em Assunção contra o presidente Fernando Lugo, no mês de junho de 2012, os presidentes dos demais países

⁸ A partir de 1998, a América do Sul testemunhou a ascensão de líderes políticos alinhados à esquerda, um fenômeno que alguns analistas chamaram de "onda rosa". O primeiro a se destacar na cena regional, com um discurso mais incisivo contra o neoliberalismo, foi Hugo Chávez na Venezuela. Em seguida, outros nomes importantes emergiram, consolidando essa tendência: Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil, Tabaré Vázquez no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Essa onda impulsionou mudanças internas significativas em diversos países e reconfigurou o cenário de poder na região (Pedroso, 2014).

membros do MERCOSUL, reunidos na Argentina, optaram pela suspensão do Paraguai e pela inclusão da Venezuela no bloco. Desta forma, no dia 31 de julho, reunidos no Rio de Janeiro, Cristina Fernández de Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), José Pepe Mujica (Uruguai) e Hugo Chávez (Venezuela) formalizaram a ampliação do MERCOSUL.

A adesão da Venezuela ao Mercosul, segundo Moreira (2018), se explica principalmente pelas mudanças na política externa do país sob o governo Chávez. No âmbito político, a Venezuela buscava a construção de um mundo multipolar. Esse objetivo estratégico moldou sua diplomacia, que visava conter a influência dos EUA. Além disso, buscava estabelecer um polo de poder na América Latina por meio da participação ativa em mecanismos de integração regional.

Apesar de uma menor adesão popular ao chavismo nas eleições parlamentares de 2011, que resultou em uma presença significativa da oposição na Assembleia Nacional, Hugo Chávez conquistou a reeleição para a presidência em 2012. Ele garantiu seu terceiro mandato consecutivo com 55,8% dos votos, superando o empresário Henrique Capriles. No entanto, Chávez não pôde assumir o cargo formalmente, pois estava em tratamento médico em Cuba devido a um câncer, doença que o levou à morte em 5 de março de 2013 (Souza, 2015). No próximo subcapítulo será abordado como se deu o processo de eleição do Governo Maduro, pós morte de Chávez, e sua trajetória política e econômica durante seus mandatos.

2.4 GOVERNO MADURO: O COLAPSO ECONÔMICO, A OFENSIVA IMPERIALISTA E A DIÁSPORA CONTÍNUA

Em decorrência da morte de Hugo Chávez, novas eleições foram convocadas no país. O então vice-presidente, Nicolás Maduro, concorreu contra Capriles. a vitória de Maduro foi apertada, com menos de 1,5% dos votos de diferença (Weber, 2020). A pequena diferença de votos gerou grande desconfiança na oposição, que imediatamente solicitou ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a recontagem dos votos, alegando fraude e convocando protestos de rua. No entanto, devido à escalada de violência nas manifestações, Capriles recuou de suas acusações e da demanda por recontagem (Weber, 2020).

Desde que assumiu a presidência da Venezuela em 2013, Nicolás Maduro enfrenta uma das mais profundas crises políticas, econômicas e humanitárias da história recente da América Latina. Sucessor direto de Hugo Chávez, Maduro herdou um projeto político marcado pelo bolivarianismo e pelo forte protagonismo do Estado na economia. No entanto, sua liderança revelou-se menos carismática e menos capaz de mobilizar consensos populares, o

que permitiu contestação interna e externa (Magalhães, 2020). Ciente disso, Maduro tentou suprir essa lacuna reproduzindo o discurso populista de Chávez (Arenas, 2016).

Além de lidar com tensões políticas da oposição no início de seu mandato, o Governo Maduro teve que enfrentar em 2014, uma queda brusca dos preços dos barris de petróleo no mercado internacional. Weber (2020, p. 179) descreve o cenário econômico venezuelano entre os anos de 1998 e 2018, como:

Uma profunda crise econômica, marcada pela recessão de vários anos consecutivos, espiral inflacionária, desvalorização cambial e desabastecimento de produtos básicos. Muito dessa crise foi gerada pelo declínio do preço do petróleo [...] Desse modo, enquanto o governo Chávez foi marcado pela bonança petroleira e um ciclo de alta de commodities, Maduro sofre com a reversão dessa tendência.

Bello (2019) também colabora com essa análise quando afirma que as oscilações econômicas na Venezuela, embora sejam um problema histórico, intensificaram-se significativamente a partir de 2014 com a "guerra econômica", marcada pela queda do preço do petróleo, alta inflação e cortes no fornecimento de insumos básicos por parte de grandes empresas, incentivadas pelos Estados Unidos. Dado que metade dos produtos consumidos são importados, a interrupção no abastecimento impacta severamente na população (Silva, 2022).

A crise econômica da Venezuela se intensificou em 2015, combinada com o crescente desgaste político do governo, culminando na histórica derrota do chavismo nas eleições legislativas de dezembro. Pela primeira vez desde 1998, a oposição, unida na Mesa da Unidade Democrática (MUD), conquistou a maioria parlamentar, com 112 assentos, contra 55 da coalizão governista Grande Polo Patriótico. Essa nova configuração marcou um período de intensos confrontos entre os Poderes Executivo e Legislativo, levando o Governo Maduro a utilizar o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) para invalidar sessões e votações da Assembleia Nacional que se opunham aos seus interesses, como a proposta de redução de seu mandato de seis para quatro anos (Weber, 2020).

No primeiro semestre de 2016, a MUD acionou um referendo com o objetivo de encerrar o mandato de Maduro, utilizando-se do mecanismo de participação popular, conhecido como revogação de mandato (conforme o artigo 72 da Constituição de 1999⁹). No

⁹ “Artigo 72. Todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis. Transcorrida a metade do período para o qual foi eleito o funcionário ou funcionária, um número não menor que vinte por cento dos eleitores ou eleitoras inscritos na correspondente circunscrição poderá solicitar a convocação de um referendo para revogar seu mandato. Quando igual o maior número de eleitores e eleitoras que elegeram o funcionário ou funcionária tiverem votado a favor da revogação, sempre que houver concorrido ao referendo um número

entanto, eles não atenderam às exigências constitucionais, como a coleta de no mínimo 20% das assinaturas do eleitorado. Por essa razão, o *Consejo Nacional Electoral* (CNE) encerrou o processo em outubro do mesmo ano. Sobre o cenário político internacional do Governo Maduro em 2017, Bello (2019, p.06) afirma que:

No cenário internacional, o governo Maduro, atualmente, tem algum apoio e sofre forte oposição. Por um lado, possui apoio de países como Cuba, Bolívia e Rússia, e movimentos sociais transnacionais, como os da Alba Social (Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América). Por outro, tem forte oposição (i) na comunidade internacional, pela União Europeia e por governos de direita de países imperialistas (EUA) e colonizadores (Espanha e França); (ii) no plano latino-americano, por integrantes do Mercosul, que suspenderam a Venezuela da entidade¹⁰ em 5 de agosto de 2017, pela OEA e por países antes aliados ao chavismo, que agora são comandados por governos conservadores (Argentina e Brasil), além de México e Colômbia, que retiraram seus embaixadores da Venezuela ou ameaçaram fazê-lo. Isto sem falar nas bravatas de apoio a intervenções militares estrangeiras no país. No Brasil, em específico, a grande mídia empresarial é uníssona ao tratar o governo Maduro como ditadura, enquanto lhe apoiam explicitamente movimentos sociais e partidos políticos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Sobre a suspensão da Venezuela do Mercosul, Galinari (2019) afirma que a "guinada à direita" do governo brasileiro¹¹ pós- golpe de Dilma Rousseff, foi marcada pelo imediato afastamento do país em relação à Venezuela, cujo governo, liderado por Nicolás Maduro, era visto como um aliado ideológico do PT. Maduro, inclusive, posicionou-se publicamente contra o impeachment, classificando-o como golpe de Estado. Com o apoio decisivo do governo brasileiro, a Venezuela foi suspensa do Mercosul.

Além dos problemas estruturais, a crise foi intensificada pelas sanções internacionais, com destaque para os Estados Unidos, sob governo de Donald Trump, em seu primeiro mandato (entre 2017 e 2021), Dominguez (2020) argumenta que essa política se configurou como uma verdadeira guerra econômica, com sanções e bloqueios destinados a estrangular a economia venezuelana e criar as condições para uma intervenção direta. As ações incluíram o

de eleitores e eleitoras igual ou superior a vinte e cinco por cento dos eleitores e eleitoras inscritos, se considerará revogado seu mandato e se procederá de imediato a cobrir a falta absoluta conforme ao disposto nesta Constituição e na lei. A revogação do mandato para os corpos colegiados se realizará de acordo com o que estabeleça a lei. Durante o período para o qual foi eleito o funcionário ou funcionária não poderá ser feita mais de uma solicitação de revogação de seu mandato" (tradução de Bello, 2019, p.04).

¹⁰ A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. Mais informações em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>

¹¹ O Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) estava sob o governo de Michel Temer (MDB).

congelamento de ativos estatais no exterior, restrições à exportação de petróleo e apoio diplomático aberto à oposição, liderada por Juan Guaidó.

Dominguez (2020) enfatiza ainda que, a motivação por trás dessas medidas vai além da retórica democrática: tratava-se, sobretudo, do interesse norte-americano em restabelecer sua hegemonia na região e obter controle sobre as vastas reservas de petróleo da Venezuela. Essa política foi acompanhada por operações de inteligência, tentativas de fomentar deserções militares e um discurso político e midiático internacional, que retratava Maduro como um ditador ilegítimo. A ofensiva incluiu também a acusação formal de Maduro por narcotráfico por parte do Departamento de Justiça dos EUA em 2020.

Essa estratégia, segundo Dominguez (2020), teve como efeito a radicalização do regime, que passou a operar sob uma lógica de cerco e resistência. O chavismo, já fragilizado economicamente, encontrou nesse contexto uma justificativa para endurecer seu controle interno. Sob essa perspectiva, Ellner (2023) destaca que a intensidade das sanções norte-americanas impôs à Venezuela uma condição mais severa do que a enfrentada por outros governos progressistas da América Latina. Isso levou o Governo Maduro a adotar uma estratégia defensiva, com abertura econômica parcial e medidas liberalizantes pontuais. Tais medidas, no entanto, provocaram tensões internas, incluindo o rompimento do Partido Comunista da Venezuela (PCV), que acusou o governo de abandonar os princípios socialistas.

Além disso, como destaca Acuña (2024), as sanções internacionais e o isolamento diplomático contribuíram para o enfraquecimento da política externa venezuelana e para o colapso de projetos de integração regional promovidos durante o governo Chávez. A perda de influência de Caracas em organismos como a ALBA e o Mercosul, evidencia o declínio da diplomacia bolivariana, dificultando ainda mais a construção de alternativas para enfrentar a crise. Todos esses fatos agravaram a precarização da vida da classe trabalhadora e impulsionaram os primeiros grandes fluxos migratórios.

O retorno de Donald Trump ao poder dos Estados Unidos em 2025, marcou uma nova ruptura nessa relação conflituosa: a transição da asfixia econômica para a agressão bélica direta. Segundo análise de Wells (2026), o novo governo republicano adotou uma postura "cada vez mais agressiva na região", abandonando a estratégia de desgaste a longo prazo para ações de força imediata. Se no primeiro mandato a estratégia limitava-se a sanções e indiciamentos, o cenário pós-2025 culminou na materialização das ameaças de uso da força, sob a justificativa de combate ao narcotráfico e à criminalidade transnacional, com ataque a embarcações na costa marítima da Venezuela (Wells, 2026).

A escalada das tensões atingiu seu ponto de ruptura em 3 de janeiro de 2026, reconfigurando a estrutura de poder na Venezuela. Rompendo com a tradição diplomática, o governo dos Estados Unidos executou uma intervenção militar direta em território venezuelano, que resultou na retirada forçada do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores (Granchi, 2026). Esse evento gerou divergências semânticas e jurídicas profundas na comunidade internacional. Enquanto a Casa Branca tratou o caso como uma "captura" para cumprimento da lei, analistas contestam essa terminologia.

Para o sociólogo Lejeune Mirhan, em entrevista ao canal *O Tempo*, a ação estadunidense configura-se tecnicamente como um "sequestro" de um chefe de Estado, uma vez que não havia mandado jurídico internacional válido que justificasse a operação bélica dentro de um território soberano (O Tempo, 2026). Segundo a análise de Mirhan, a intervenção representa um "espasmo de um império decadente" que, diante da transição irreversível para uma ordem mundial multipolar, recorre à força bruta e a operações clandestinas para assegurar o controle sobre recursos estratégicos — especificamente as maiores reservas de petróleo do mundo —, evitando o risco de uma invasão terrestre tradicional que poderia resultar em um "novo Vietnã" (O Tempo, 2026). Essa leitura corrobora a perspectiva de Harvey (2005) sobre o "novo imperialismo", onde a acumulação por espoliação se dá através do controle militar de territórios periféricos ricos em recursos naturais.

A repercussão diplomática evidenciou a fragilidade da solidariedade regional. Embora potências como China e Rússia tenham condenado o ataque como uma "grave violação do direito internacional" (Granchi, 2026), a reação do governo brasileiro, por exemplo, foi considerada ambígua. Mirhan critica a nota oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumentando que, ao utilizar o termo "captura" em vez de "agressão" ou "sequestro", o Brasil legitimou involuntariamente a violação da soberania de um país vizinho, enfraquecido previamente pelo distanciamento diplomático e pelo veto brasileiro à sua entrada no BRICS¹² (O Tempo, 2026).

Internamente, o vácuo de poder foi preenchido pela ascensão de Delcy Rodríguez. Sua gestão foi classificada por Hernández (2026) como "Chavismo 3.0", sinalizando uma

¹² “BRICS é um foro de articulação político-diplomática e de cooperação entre países do Sul Global com o objetivo de dialogar sobre grandes temas da agenda internacional e fortalecer politicamente suas posições comuns para democratizar, legitimar e equilibrar a ordem internacional. Originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, hoje também integram o BRICS: África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã”. Fonte: BRASIL, Presidência da República. **Afinal, o que é o BRICS?** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/brics/afinal-o-que-e-o-brics> . Acesso em 28 de janeiro de 2026.

adaptação pragmática da elite governante para garantir a própria sobrevivência política diante da tutela norte-americana. Hernández (2026), descreve essa nova configuração como um "dragão de duas cabeças", onde Delcy e seu irmão, Jorge Rodríguez (presidente da Assembleia Nacional), centralizam o controle do Estado. Paradoxalmente, apesar da retórica de denúncia contra o "sequestro" de Maduro, a nova administração assinou acordos permitindo que os Estados Unidos comercializem até 50 milhões de barris de petróleo venezuelano (Hernández, 2026). Essa reacomodação das forças produtivas ilustra a subordinação estrutural da economia venezuelana e a voracidade do imperialismo em garantir o fluxo energético, independentemente da instabilidade social gerada.

A incerteza gerada pela intervenção externa e a reorganização interna das elites aprofundam a vulnerabilidade social. É neste ponto que a teoria de Gaudemar (1977), sobre a "mobilidade forçada" se torna explicativa: o trabalhador venezuelano não migra por uma escolha livre, mas porque as condições materiais de reprodução da vida foram destruídas ou diminuídas pela combinação de falência econômica interna e agressão imperialista externa. Consolida-se, assim, a produção de uma "superpopulação relativa" em escala internacional (Marx, 2013), uma massa de trabalhadores "liberada" pela destruição das forças produtivas que é empurrada para as fronteiras, servindo como exército industrial de reserva para os países vizinhos.

Este cenário de instabilidade interna na Venezuela nos últimos anos provocou um dos maiores êxodos da história recente, reorientando fluxos que antes buscavam o Norte Global para os países vizinhos da América Latina e Caribe. Nesse contexto, o Brasil, especificamente através da fronteira terrestre em Roraima, tornou-se um destino estratégico e emergencial para essa população desterritorializada.

Diante da incapacidade da infraestrutura local em absorver esse contingente populacional e da necessidade de uma gestão humanitária eficaz, o Estado brasileiro foi compelido a desenvolver novos mecanismos de governança. O capítulo a seguir dedica-se, portanto, a analisar a resposta institucional do Brasil a essa diáspora: a estruturação da "Operação Acolhida". Serão discutidos o marco legal da nova Lei de Migração, a articulação entre forças armadas e organismos internacionais, e, fundamentalmente, a estratégia de interiorização, mecanismo que permitiu a redistribuição desses migrantes da fronteira norte para o restante do território nacional.

CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA MIGRATÓRIA E INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS: A OPERAÇÃO ACOLHIDA NO BRASIL

A crise na Venezuela, analisada no capítulo anterior, atuou como o motor de um deslocamento populacional sem precedentes na história recente da América do Sul, reconfigurando as dinâmicas demográficas na fronteira norte do Brasil. Diante da infraestrutura precária do estado de Roraima em absorver esse novo contingente populacional e da escalada das tensões sociais locais, o Estado brasileiro foi induzido a desenvolver um novo arranjo de governança migratória. Para melhor compreender essa dinâmica, este capítulo dedica-se a examinar a governança migratória brasileira consubstanciada na "Operação Acolhida", analisando a estratégia de interiorização como um mecanismo de "migração dirigida" que redistribuiu logisticamente a força de trabalho para atender demandas regionais, inserindo o Mato Grosso do Sul nessa rota.

Para compreender a complexidade dessa gestão, o capítulo inicia-se contextualizando o processo migratório venezuelano para o Brasil. Discute-se a alteração no perfil dos migrantes - de profissionais qualificados para grupos em situação de vulnerabilidade - e a caracterização desse fluxo enquanto migração forçada Sul-Sul, marcada pela entrada terrestre via Pacaraima/RR e pela solicitação massiva de refúgio.

Na sequência examina-se a Operação Acolhida, instituída pela Lei nº 13.684/2018. Serão detalhados os três pilares que sustentam essa política humanitária: o ordenamento de fronteira (documentação e triagem), o acolhimento (abrigo emergencial) e a estratégia de interiorização, articulada para descongestionar os municípios fronteiriços e promover a inserção socioeconômica em outras regiões do país. A operacionalização dessa logística e suas modalidades será analisada posteriormente, assim como os mecanismos que permitiram o deslocamento assistido de mais de 148 mil venezuelanos para diversos estados brasileiros.

Por fim, será abordada a transição da escala nacional para a regional, situando o Mato Grosso do Sul na rota da interiorização. O estado figura entre os cinco principais destinos dessa estratégia, recebendo um fluxo significativo de imigrantes que, através de uma "migração dirigida", chegam a municípios como Campo Grande e Dourados.

3.1 O PROCESSO MIGRATÓRIO DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL

Com a crise econômica na Venezuela, intensificaram-se os fluxos emigratórios. A Venezuela, uma nação que foi referência em desenvolvimento econômico na América Latina, enfrenta uma profunda crise humanitária, que tem desencadeado um dos maiores

êxodos em massa da história recente. A combinação de fatores como a hiperinflação, a escassez de alimentos e medicamentos causada por bloqueios econômicos e a instabilidade política, tem levado milhões de venezuelanos a buscar refúgio em países vizinhos (Martínez, 2020). A escassez de produtos e a dificuldade diária em obtê-los a preços exorbitantes se tornaram parte da rotina venezuelana. Essa situação gerou uma tensão social evidenciada pelo aumento da criminalidade e dos conflitos sociais (Urribarrí, 2016).

Apesar de na última década, a Venezuela ter enfrentado um crescimento acentuado da emigração de seus cidadãos, os fluxos emigratórios já aconteciam em períodos anteriores, porém em menor volume. Bravo (2016) divide os principais fluxos emigratórios dos venezuelanos em quatro ondas migratórias. A primeira ocorreu durante o Governo Campins (1979-1984), impulsionada pela desvalorização da moeda e pelas restrições em transferências e trocas cambiais.

A segunda onda se deu após o evento conhecido como *Caracaço*, em 1989, e as da tentativa de golpe de Estado em 1992, ambas durante o segundo mandato do Governo Pérez (1989-1993). A terceira onda de emigração venezuelana ocorreu durante o segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999). Nesse período, o fechamento de bancos venezuelanos levou milhares de descendentes de imigrantes europeus a aproveitar leis e programas que lhes permitiram obter dupla cidadania e se mudar para a Europa (Bravo, 2016)

Finalmente, a quarta onda de emigração teve início no Governo Chávez, com a crise econômica em 2008, e se intensificou em 2015, já no Governo Maduro. Bravo (2016) aponta que, inicialmente, o Governo Maduro negou o êxodo de sua população. Reconhecer essa saída em massa significaria admitir que o modelo econômico vigente estava gerando emigrantes, o que, por sua vez, implicaria o fracasso desse sistema. Dessa forma, o governo ignorou a partida de seus cidadãos, mesmo com muitos deles sendo profissionais altamente qualificados.

Páez (2015) afirma que, no início da emigração venezuelana, os destinos preferenciais eram a América do Norte e os países da União Europeia, principalmente a Espanha. No entanto, com o agravamento da crise econômica, os países da América Latina e Caribe tornaram-se os principais destinos. Assim, o fenômeno migratório venezuelano, que começou com fluxos de migrações sul-norte, posteriormente se intensificou para fluxos de migrações Sul-Sul.

A divisão entre Sul Global e Norte Global é uma classificação que não se baseia nos hemisférios geográficos, mas principalmente em critérios de desenvolvimento em escala

planetária, com foco histórico na dimensão econômica, onde indicadores como PIB ou *renda per capita* são frequentemente usados para categorizar os países. Dentro dessa ampla classificação, existe uma grande diversidade de realidades, refletindo o desenvolvimento desigual e combinado das sociedades e do espaço geográfico ao longo da história e no período atual. Apesar das distintas metodologias, o Brasil é consistentemente considerado um país de desenvolvimento intermediário, sendo, portanto, classificado como parte do Sul Global (Santos; Rossini, 2018).

A mobilidade no Sul global¹³ é profundamente impactada pelas políticas restritivas do Norte Global, que acabam por estimular fluxos migratórios internos entre as regiões periféricas. Essa dinâmica revela que as respostas dadas pelos países do Sul a esses deslocamentos não são autônomas, mas sim moldadas por recursos e interesses de potências centrais e organizações internacionais, como por exemplo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) sediada na Suíça e a Organização das Nações Unidas (ONU), sediada nos Estados Unidos (Jarochinski Silva e Baeninger, 2021).

O financiamento de ações na América Latina, especialmente voltadas aos migrantes venezuelanos, evidencia uma estratégia de externalização de fronteiras: ao investir em países como o Brasil, o Norte Global os transforma em "países-tampões". Assim, utiliza-se o princípio do afastamento e confinamento de populações consideradas "indesejáveis" (Agier, 2006, p.201) para filtrar e conter esses fluxos longe dos territórios do Norte, garantindo que a gestão migratória ocorra com foco em solo sul-americano (Jarochinski Silva e Baeninger, 2021).

Baeninger (2018; et al. 2021) argumenta que essa mobilidade deve ser compreendida como migração forçada, uma vez que as condições de saída estão ancoradas em grave deterioração das condições de vida e de direitos, e não apenas em escolhas econômicas individuais; ao mesmo tempo, trata-se de uma migração Sul-Sul, na qual o deslocamento se dá majoritariamente entre países em desenvolvimento da própria América Latina. A autora enfatiza que a migração venezuelana é primordialmente humanitária, marcada por trajetórias de múltiplos deslocamentos, perda repentina de renda, ruptura de redes familiares e forte presença de mulheres e crianças, o que reconfigura o perfil tradicional dos fluxos em direção ao Brasil.

¹³ O termo "Sul Global" é uma maneira de se referir a países da América Latina, Ásia, África e Oceania. Ele faz parte de um conjunto de expressões, como "Terceiro Mundo" e "Periferia", que descrevem áreas localizadas majoritariamente fora da Europa e América do Norte (Dados e Connell, 2012, p.12).

O relatório da Plataforma R4V¹⁴ (Resposta para Refugiados e Migrantes da Venezuela), publicado em novembro de 2025, oferece um retrato que confirma esse fluxo migratório Sul–Sul das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanos para países da América Latina e Caribe. Segundo o relatório, aproximadamente 6,91 milhões de venezuelanos estão atualmente distribuídos por 17 países da América Latina e Caribe. A Colômbia lidera como principal país de acolhimento, com mais de 2,83 milhões de pessoas, seguida por Peru (1,66 milhão), Brasil (732 mil), Chile (669 mil) e Equador (440 mil). Esses cinco países concentram mais de 85% do total da população venezuelana deslocada. Essa distribuição regional é influenciada por fatores como a proximidade geográfica, facilidades de entrada, redes migratórias já estabelecidas e políticas nacionais de regularização. A figura 1 ilustra os dados supracitados.

¹⁴ As metodologias utilizadas para contabilizar a população migrante variam entre os países, o que influencia diretamente as estatísticas apresentadas. Enquanto o Chile se baseou no Censo Nacional de 2024, o Brasil utiliza o Sistema de Tráfico Internacional (ITS), com dados atualizados mensalmente pela Subcomissão Federal de Migração em parceria com o Ministério da Justiça, a OIM e o Observatório de Migração Internacional (OBMigra). O Equador, por sua vez, adota uma triangulação de dados para garantir a consistência estatística. Isso mostra que, além do fluxo real, as atualizações nos números refletem também a sofisticação dos métodos de monitoramento e registro de cada país.

Figura 1 - Distribuição espacial dos migrantes venezuelanos na América Latina e Caribe



POBLACIÓN POR PAÍS					
Colombia	2,83 M	Brasil	732,3 K	Ecuador	440,5 K
Perú	1,66 M	Chile	669,4 K		
CARIBE		CONO SUR		CENTROAMÉRICA Y MÉXICO	
República Dominicana	99,7 K	Argentina	174,8 K	México	106,0 K
Trinidad y Tobago	29,5 K	Uruguay	25,0 K	Panamá	57,8 K
Guyana	23,4 K	Bolivia	8,5 K	Costa Rica	29,5 K
Aruba	11,5 K	Paraguay	3,9 K		
Curazao	6,9 K			OTROS EN ALC*	5,1 K

Fonte: Plataforma R4V (2025)

Tratando do contexto de imigração para o Brasil no século XXI, Oliveira e Moreno (2022, p.416, grifo nosso) apontam que:

[...] enquanto nas migrações do final do século XIX e início do século XX os fluxos migratórios para o Brasil eram protagonizados por pessoas do Norte Global, basicamente por europeus, atualmente o cenário é outro, são imigrantes do Sul Global que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades no país. Fatores políticos e econômicos, juntamente com a crise haitiana e, mais recentemente, **venezuelana**, contribuíram para promover mudanças nos perfis dos fluxos migratórios com destino ao Brasil, provocando o aumento do dinamismo nas movimentações dos trabalhadores migrantes e impulsionando a entrada de novas nacionalidades no mercado formal de trabalho brasileiro. A partir de 2015 foi se consolidando a imigração latino-americana como principal lugar de origem dos imigrantes no Brasil, com destaque para a imigração de haitianos e **venezuelanos**.

Corroborando essa perspectiva, os dados analisados pelos autores revelam a dimensão quantitativa dessa mudança. No período de 2011 a 2019, o Brasil registrou a entrada de 1.085.673 imigrantes, dos quais mais de 660 mil eram provenientes da América Latina. Esse volume, impulsionado majoritariamente por venezuelanos e haitianos, confirma que o Brasil deixou de ser um destino de imigração europeia para se consolidar como polo receptor de fluxos regionais do Sul Global, onde a mobilidade é motivada pela busca de sobrevivência diante de crises sistêmicas (Oliveira e Moreno, 2022).

Segundo Baeninger et al. (2021), é possível identificar três ondas migratórias distintas no fluxo de venezuelanos para o Brasil. A primeira, entre 2000 e 2015, foi marcada por trabalhadores qualificados que se dirigiram principalmente às grandes capitais brasileiras. A segunda, nos anos de 2016 e 2017, envolveu migrantes de classe média que ingressaram pela fronteira terrestre e buscaram, por conta própria, diferentes cidades do país. A terceira onda,

a partir de 2018, caracteriza-se pela chegada de uma população empobrecida, concentrada em Roraima e dependente de assistência humanitária promovida pelo Estado por meio da Operação Acolhida, configurando o que as autoras denominam de “migração dirigida”.

A primeira onda da imigração venezuelana para o Brasil se caracterizou pela chegada de profissionais altamente qualificados, que buscavam principalmente as grandes cidades do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período, do total de 8.670 registros na Polícia Federal, as ocupações de alta qualificação — como cientistas, pesquisadores, professores, médicos, executivos e estudantes de nível superior — representaram 48% das concessões de vistos (4.164 registros). A base legal para sua entrada incluía o Estatuto do Estrangeiro de 1980¹⁵ e acordos do Mercosul¹⁶, e essa migração estava mais ligada à realocação de capital humano e empresas do que a uma questão humanitária (Baeninger, et al. 2021).

A partir de 2016 com a crise humanitária na Venezuela, essa dinâmica foi alterada, resultando na intensificação dos fluxos migratórios e alteração no perfil e na distribuição dos imigrantes no Brasil, impulsionando a segunda onda migratória para o Brasil. A fronteira de Roraima se tornou o principal ponto de entrada, e o perfil dos imigrantes se diversificou, passando a incluir tanto profissionais qualificados quanto grupos mais vulneráveis. O Estatuto do Estrangeiro se mostrou inadequado para atender esse fluxo crescente, especialmente com o aumento significativo de venezuelanos buscando refúgio (Baeninger; *et al*, 2021).

A fronteira de 2.199 km entre Venezuela e Brasil é predominantemente composta por áreas de floresta e reservas biológicas ou indígenas. Essa vasta região limdeira possui uma densidade demográfica muito baixa e praticamente nenhuma infraestrutura de contato entre os dois países. Além disso, ambos os países são signatários de um tratado de não edificação, que proíbe construções em uma faixa de 30 metros ao longo da linha divisória. Essa ausência de interação social efetiva só é quebrada na região das cidades de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e Pacaraima, no Brasil (mais especificamente no norte do estado de Roraima), onde existe a rodovia BR-174 (rever mapa 1), que viabiliza o acesso terrestre (Jarochinski Silva, 2018). A figura 2 mostra esse ponto de conexão terrestre entre os dois países:

¹⁵ Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80: Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro.

¹⁶ No período em que a Venezuela fez parte do Mercosul (2012-2016) os migrantes venezuelanos estavam amparados pelo “Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados - Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile”.

Figura 2 - Fronteira entre Brasil e Venezuela, entre as cidades de Pacaraima (Roraima/BR) e Santa Elena de Uaiare (Bolívar/VE)



Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/01/veja-quais-sao-as-cidades-brasileiras-na-fronteira-com-regiao-rica-em-petroleo-disputada-pela-venezuela-e-guiana.ghtml>

O número de solicitações de refúgio disparou: de 717 em 2015, subiu para 2.998 em 2016 e 17.018 em 2017 (OBMigra, 2026). Em 2016 e 2017, aproximadamente 70% dos solicitantes de refúgio no Brasil alegaram a crise econômica e a escassez de alimentos em seus países de origem como motivos para buscar proteção no Brasil (Abrahão, 2019).

A centralidade do trabalho nesse fluxo é evidenciada pela emissão de documentos laborais. Segundo Oliveira e Moreno (2022), a emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para estrangeiros disparou na última década. O dado mais revelador encontra-se no primeiro semestre de 2019: das mais de 45 mil carteiras emitidas para imigrantes no Brasil, 58,6% foram destinadas a trabalhadores venezuelanos, seguidos pelos haitianos (18,8%). Esses números demonstram que, paralelamente à solicitação de refúgio, existe uma busca imediata pela formalização laboral como estratégia de inserção econômica.

Sobre o contexto jurídico dessa segunda onda migratória cabe salientar que, com a suspensão da Venezuela do Mercosul, os venezuelanos passaram a não ser mais enquadrados no acordo de residência (Decreto 6.975/09) dos países do bloco. Por isso, uma das saídas jurídicas foi a solicitação de refúgio (Baeninger; *et al*, 2021). Dos 17.018 pedidos de refúgio em 2017, 16.124 foram realizados no estado de Roraima (OBMigra, 2026).

O CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), que é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, é o responsável por analisar os pedidos de refúgio no Brasil, mas não

há um prazo definido para a conclusão dos processos. Se o pedido for negado, o solicitante tem o direito de recorrer, e sua documentação provisória (protocolo) permanece válida durante essa fase. Devido ao alto volume de solicitações pendentes no CONARE, estimava-se que a análise de um pedido de refúgio levaria, em média, três anos para ser julgada em primeira instância. Um exemplo desse desafio ocorreu entre os anos de 2015 e 2016, quando, das mais de quatro mil novas solicitações de refúgio feitas por venezuelanos, apenas 18 foram aprovadas. Esse baixo número sugere que, naquele período, ainda não havia um entendimento claro por parte do governo brasileiro sobre como os pedidos de refúgio de venezuelanos deveriam ser avaliados (Martino; Moreira, 2020).

A Defensoria Pública da União em Roraima (DPU/RR) enfrentou grandes desafios para regularizar a situação de milhares de venezuelanos refugiados que chegavam ao estado, incluindo indígenas da etnia Warao, como aponta Jarochinski Silva (2018, p. 642-643,):

Em relação à entrada de venezuelanos é a forte presença de grupos indígenas, da etnia *warao*. Esses indígenas têm entrado no Brasil em uma situação de grande vulnerabilidade e os órgãos relacionados a esses grupos no Brasil têm demonstrado grande dificuldade em lidar com essa etnia, notadamente em relação a como o estado brasileiro deve lidar com eles, como imigrantes ou como indígenas. Na comparação entre migrantes indígenas e não indígenas nesse fluxo de venezuelanos é possível observar algumas diferenças, entre as quais a que nos indígenas a vinculação com seu grupo é muito forte, o que os leva a realizar movimentos migratórios em conjunto, resultando em algumas dificuldades específicas, tais como encontrar locais com estrutura de recepção para esse contingente mais volumoso e que não se dispersa. Além disso, nota-se entre esse grupo, em diversos casos, a presença de indivíduos mais vulneráveis, tais como crianças, acompanhando seus pais, e idosos. Outra distinção é o fato de os indígenas não possuírem redes (no sentido de vinculações sociais anteriores) para estabelecerem seus destinos e locais de abrigo. As pesquisas têm revelado, ainda, o fato de que a documentação entre os indígenas ser uma questão mais complicada, pois muitos deles não possuem ou não trouxeram documentos, o que resulta em dificuldade para fins de regularização.

O Estatuto do Estrangeiro, legislação vigente na época, não oferecia soluções adequadas para esse fluxo migratório complexo, restando apenas o pedido de refúgio como opção (Silva, 2022). Este estatuto, criado em 1980, estava alinhado com a lógica de segurança nacional que prevalecia naquele período, no contexto da ditadura militar (Amaral; Costa, 2017).

Em novembro de 2017, após reivindicações da sociedade civil e de organismos internacionais por uma política migratória mais efetiva (Jarochinski Silva, 2018; Martino;

Moreira, 2020), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho e Emprego promulgou a Resolução Normativa 126, que:

Dispõe sobre a concessão de residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados (Conselho Nacional de Imigração e Ministério do Trabalho e Emprego, 2017).

A DPU/RR, em conjunto com outras instituições, propôs o acesso de residência temporária para parte desses migrantes venezuelanos, baseado na Resolução Normativa 126 do CNIg, como forma de garantir à eles o direito de trabalhar formalmente no Brasil. Embora o governo brasileiro tenha acolhido a recomendação e criado a residência temporária para venezuelanos, um novo obstáculo surgiu: a taxa de R\$ 311,22, um valor inviável para a maioria dos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social. A DPU/RR, em parceria com o Ministério Público Federal, entrou com uma ação judicial para isentar esses migrantes do pagamento da taxa, sendo o pedido deferido pela justiça, que aceitou a declaração de hipossuficiência como prova de vulnerabilidade (Silva, 2022).

Em 21 de novembro de 2017 entra em vigor a Lei 13.445/2017 (Brasil, 2017) conhecida como a “Lei da Migração” em substituição do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980). Oliveira e Moreno (2022, p. 421) comentam sobre os avanços da nova Lei de Migração:

A Lei de Migração avança ao prever uma série de princípios e diretrizes que conformam a atuação dos órgãos públicos à luz dos direitos humanos. Entre os principais avanços podem ser destacados o tratamento do imigrante a partir de uma perspectiva humanitária, a institucionalização da política de vistos humanitários e o compromisso de repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação (art. 3º, II), a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas (art. 3º, X), bem como o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (art. 3º, XI).

Mesmo com a promulgação da Lei de Migração em 2017, e os avanços jurídicos que ela trouxe, a sua implementação para o caso específico do fluxo migratório dos venezuelanos carecia de portarias para a sua regulamentação. Diante da continuidade do intenso fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, os municípios fronteiriços de Pacaraima e Boa Vista, ambos no estado de Roraima, registravam um expressivo número de famílias venezuelanas em situação de rua, conforme ilustram as figuras 3, 4 e 5:

Figura 3 - Imigrantes venezuelanos em situação de rua – Pacaraima/RR – 2018



Fonte: Ministério da Defesa, 2025.

Figura 4: Imigrantes venezuelanos em situação de rua – Praça Simón Bolívar – Boa Vista/RR – 2018



Fonte: Ministério da Defesa, 2025.

Figura 5: Imigrantes venezuelanos em situação de rua – Praça Simón Bolívar (vista aérea) – Boa Vista/RR – 2018



Fonte: Ministério da Defesa, 2025.

Por conta dessa dinâmica, organizações da sociedade civil alertaram o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em janeiro de 2018, sobre a falta de políticas públicas de acolhimento e a desarticulação governamental. O CNDH, por sua vez, emitiu a Recomendação nº 01, que orientava a criação de um Gabinete Emergencial de Gestão Migratória, a implementação de um plano de interiorização e a regulamentação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), além da melhor gestão dos abrigos para os imigrantes mais vulneráveis (Silva, 2022). Esse Plano de Interiorização iria dar início a terceira onda migratória dos venezuelanos para o Brasil, a partir de 2018, tornando necessária a implantação da “Operação Acolhida”, que será o foco da discussão no próximo subcapítulo.

3.2 A RESPOSTA BRASILEIRA: ESTRUTURA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O fluxo migratório venezuelano aumentou exponencialmente a partir de 2018, causando uma sobrecarga nos serviços públicos de Roraima (Brasil, 2024). O estado, com uma população de pouco mais de 600 mil habitantes, não tinha condições de atender às necessidades básicas de milhares de pessoas que continuavam a chegar diariamente por Pacaraima.

A expressiva imigração venezuelana sem precedentes gerou uma onda de xenofobia em Roraima, com a violência aumentando significativamente em 2018. Nesse ano, em Pacaraima, moradores realizaram uma manifestação cobrando ações do governo brasileiro em relação à imigração, motivados, em parte, pela construção de um segundo abrigo para imigrantes em um ginásio local. Além disso, em fevereiro de 2018, ocorreram dois incêndios criminosos contra residências de imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Simões, 2018).

A resposta brasileira se materializa, em 2018, com a criação da Operação Acolhida, iniciativa coordenada em nível federal, sob liderança da Casa Civil, em cooperação com entidades públicas, organismos internacionais e sociedade civil (veja o quadro 2 a seguir). Essa operação configura um arranjo inédito de governança migratória no país, no qual políticas de defesa, assistência social, saúde e direitos humanos são articuladas para gerir, de forma emergencial, um fluxo de refugiados e migrantes em situação de extrema vulnerabilidade (Baeninger, et al. 2021).

Quadro 2: Classificação dos Órgãos que compõem a Operação Acolhida

Órgão / Instituição	Classificação Geral	Esfera / Detalhamento
Casa Civil da Presidência	Entidade Pública	Federal (Coordenação Executiva)
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	Entidade Pública	Federal
Ministério da Defesa (Forças Armadas)	Entidade Pública	Federal (Braço Logístico/Operacional)
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Entidade Pública	Federal
Ministério da Educação (MEC)	Entidade Pública	Federal
Polícia Federal (PF)	Entidade Pública	Federal (Segurança e Controle Migratório)
Receita Federal	Entidade Pública	Federal
Defensoria Pública da União (DPU)	Entidade Pública	Federal (Autônoma)
Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR)	Entidade Pública	Estadual (Poder Judiciário)
Agência da ONU para as Migrações (OIM)	Organismo Internacional	Intergovernamental
Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)	Organismo Internacional	Intergovernamental
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	Organismo Internacional	Intergovernamental
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)	Organismo Internacional	Intergovernamental
ONU Mulheres	Organismo Internacional	Intergovernamental
Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)	Sociedade Civil / Internacional	Organização Humanitária Independente

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2026)

A Operação Acolhida estrutura-se em três eixos complementares: o “ordenamento da fronteira”, que envolve ações de recepção, triagem, vacinação, identificação e regularização migratória; o “acolhimento”, que se refere à oferta de abrigo temporário em estruturas administradas pelas Forças Armadas e por organizações parceiras; e a “interiorização”, que consiste no deslocamento voluntário, mas assistido, de venezuelanos para outros estados e municípios, por via aérea ou terrestre, com o objetivo de desconcentrar Roraima e ampliar as possibilidades de inserção socioeconômica (Brasil, 2025).

Relatórios da Acnur indicam que, entre 2018 e o início da de 2020, dezenas de milhares de venezuelanos foram interiorizados para todas as regiões do país, com uma

parcela significativa destinada às regiões Sul e Centro-Oeste, justamente por concentrarem cidades médias e capitais regionais com mercados de trabalho mais diversificados e redes institucionais de acolhimento mais consolidadas (Acnur, 2024; Baeninger, et al. 2021).

A ACNUR tem desempenhado um papel fundamental e sistemático na Operação Acolhida. A agência estabeleceu escritórios em Boa Vista, Pacaraima e Manaus, participando ativamente da ação humanitária. Atualmente, a gestão dos abrigos acontece em parceria da ACNUR com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Ambos mantêm um portal no site da ACNUR, que mensalmente atualiza dados sobre os abrigos da Operação Acolhida, com a última atualização realizada em julho de 2025. A seguir serão apresentados alguns dos dados mais relevantes sobre esses abrigos.

Entre o ano de 2018, quando tiveram início as ações da Operação Acolhida, até o mês de julho de 2025, houve um total de 172.808 venezuelanos abrigados, conforme observa-se na Tabela 01. A tabela apresenta o número de pessoas abrigadas em diversas instalações, relacionadas a migrantes ou refugiados de nacionalidade venezuelana.

Tabela 01: Total de pessoas abrigadas por abrigo na Operação Acolhida

Abrigo	Total Pessoas Abrigadas	% Frequência
BV-8	44.456	25,73%
Rondon 1	27.362	15,83%
Rondon 5	21.761	12,59%
Rondon 2	14.860	8,60%
Pricuma	13.479	7,80%
Rondon 3	8.337	4,82%
Janokoida	7.259	4,20%
Waraotuma a Tuaranoko	5.721	3,31%
Jardim Floresta	5.229	3,03%
Sao Vicente	3.494	2,02%
Alojamento Rondon 2	3.158	1,83%
Nova Canaã	3.129	1,81%
Rondon 4	2.723	1,58%
Tancredo Neves	2.524	1,46%
Pintolândia	2.420	1,40%
13 de Setembro	1.815	1,05%
Santa Tereza	1.788	1,03%
Latifê Salomão	1.717	0,99%
Sao Vicente 2	1.311	0,76%
Janokoida Boa Vista	265	0,15%
Total	172.808	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da ACNUR (2025).

Um dado importante diz respeito a presença de 25.233 indígenas nos abrigos. Uma parte dos imigrantes venezuelanos é composta por indígenas, notadamente das etnias E'ñepá e Warao, esta última oriunda do norte da Venezuela. Em Roraima, existem dois abrigos dedicados exclusivamente à população indígena: o Pintolândia, em Boa Vista, que acolhe cerca de 750 indivíduos, e o Janokoïda, em Pacaraima, com aproximadamente 630. Cerca de 28% desses indígenas são crianças, e muitos, em particular as mulheres, falam apenas sua língua nativa, o que representa um desafio significativo para o acesso a serviços essenciais (Otero et al. 2018). A figura 6 mostra uma imagem do abrigo Pintolândia (Boa Vista/Roraima) e a figura 7 mostra uma imagem aérea do abrigo Janokoida:

Figura 6: Abrigo Pintolândia (Boa Vista/Roraima)



Fonte: Ministério da Defesa (2025).

Figura 7: Abrigo Janokoida (Pacaraima/Roraima)



Fonte: Ministério da Defesa.

Além do abrigo, a ACNUR em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), coordena o Centro de Referência para Refugiados e Migrantes de Boa Vista, oferecendo serviços que facilitam a integração local. Um centro semelhante funciona em Manaus. Quanto aos processos de interiorização e as suas modalidades, trataremos no próximo subcapítulo.

3.3 MODALIDADES E ESTRATÉGIAS DE INTERIORIZAÇÃO

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2024), desde que as ações da Operação Acolhida iniciaram, no ano de 2018, até o mês de março de 2025, 148.657 venezuelanos foram atendidos pela estratégia de interiorização, sendo destinados à outros estados da federação. Existem quatro modalidades nas quais os migrantes e refugiados venezuelanos atendidos são enquadrados, como mostra o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Modalidades de Interiorização da Operação Acolhida

Institucional	Saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino (Governamental ou sociedade civil parceira).
Reunificação Familiar	Migrantes que desejam reunir-se com seus familiares que residem regularmente em outras regiões do país, estejam dispostos e tenham condições de oferecer apoio e moradia.
Reunião Social	Migrantes que desejam reunir-se com indivíduos com quem possuam vínculo de amizade, ou afetividade, ou familiares cujo vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação.
Vaga de Emprego Sinalizada (VES) ¹⁷	Deslocamento de migrantes e refugiados que receberam sinalização de oportunidade de trabalho por empresas brasileiras de todas as regiões do país.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do site da Operação Acolhida (Brasil, 2025).

Essas modalidades operam o que Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021) conceituam como “redes migratórias institucionalizadas”. Ao contrário das redes sociais espontâneas, formadas por laços de parentescos e amizades, essas redes são fomentadas, financiadas

¹⁷ Embora a modalidade VES seja desenhada federalmente para garantir a inserção prévia no mercado de trabalho formal, a pesquisa empírica revelou descompassos em sua execução local. Conforme será detalhado no Capítulo 4 (seção 4.4.3), gestores municipais em Campo Grande relataram desconhecimento sobre a aplicação prática desta modalidade, evidenciando uma fratura na governança migratória entre as escalas federal e municipal.

e geridas por agências da ONU e pelo Governo Federal. Elas criam canais que direcionam o fluxo para cidades com capacidade de absorção econômica, redefinindo a distribuição espacial da migração no Brasil e atendendo a demandas específicas de mercados de trabalho.

Entre os estados que mais receberam os imigrantes e refugiados venezuelanos pela Operação Acolhida estão, respectivamente: Santa Catarina (32.588), Paraná (27.799), Rio Grande do Sul (22.420), São Paulo (15.534) e Mato Grosso do Sul (8.427) (Plataforma R4V), conforme ilustrado na figura 8:

Figura 8: Deslocamentos assistidos de venezuelanos pela Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)



Fonte: Plataforma R4V (2025).

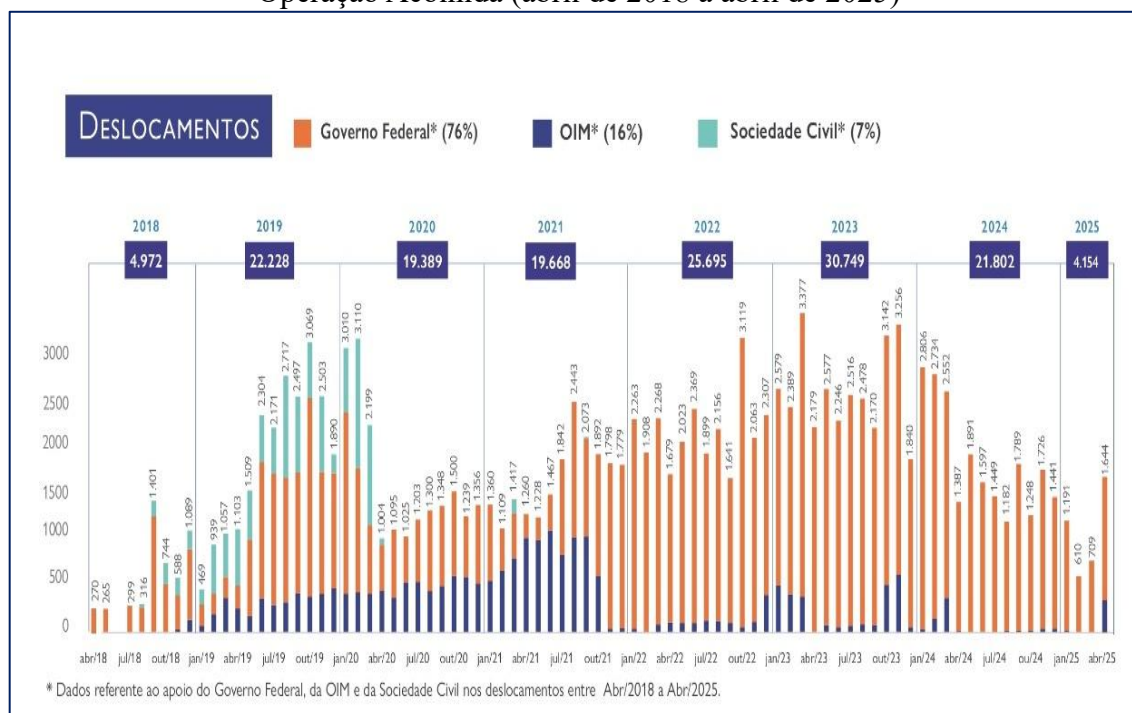
Uma informação relevante, diz respeito à modalidade de interiorização institucional. O documento nomeia como “casa de passagem”, e dá mais detalhes sobre a funcionalidade desses locais.

As Casas de Passagem fazem parte da Estratégia de Interiorização do Governo Federal e são gerenciadas pela sociedade civil. Essas parcerias possibilitam receber e apoiar os venezuelanos por alguns dias, sendo um ponto de apoio intermediário entre o embarque em Boa Vista ou Manaus e o local de destino final das pessoas refugiadas e migrantes (Plataforma R4V).

Diversos estados do Brasil não possuem casas de passagem conveniadas à Operação Acolhida, ou não constam no documento. Isso denota a ausência de políticas de acolhimento dos governos locais. Um exemplo é o estado do Rio Grande do Sul, que mesmo com um número de mais de 22 mil venezuelanos atendidos pela estratégia de interiorização, não apresenta uma casa de passagem no relatório.

Nesta perspectiva cabe apontar que, em torno de 76% dos deslocamentos foram de responsabilidade do Governo Federal, 16% da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e 7% da sociedade civil. Outro dado é que mesmo no período da pandemia da Covid-19, os deslocamentos continuaram, como mostra a figura 9:

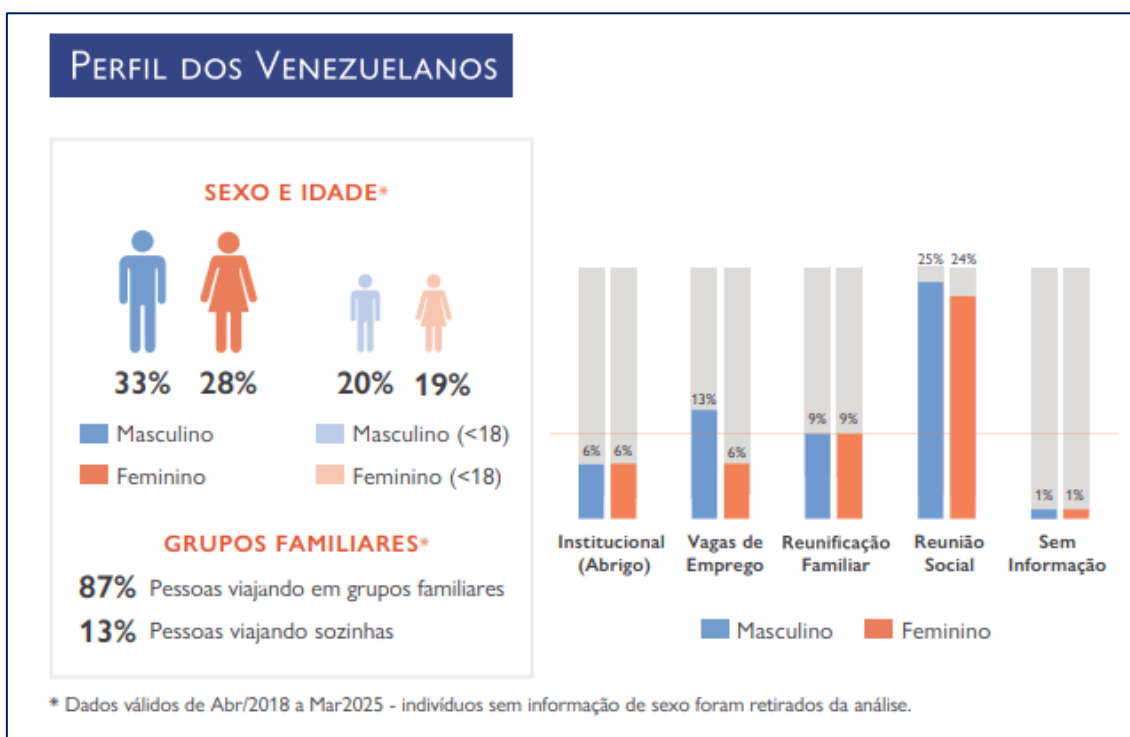
Figura 9: deslocamentos dos venezuelanos pela estratégia de interiorização da Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)



Fonte: Plataforma R4V

Em relação ao perfil dos venezuelanos interiorizados, aproximadamente 53% são do gênero masculino (20% menores de 18 anos) e 47% do gênero feminino (19% menores de 18 anos). Outro dado relevante é que apenas 19% dos venezuelanos interiorizados pela Operação Acolhida, foram destinados para outros municípios do país com a modalidade de vaga de emprego sinalizada, ou seja, em torno de 81% de imigrantes venezuelanos foram destinados para os diversos municípios sem ter qualquer garantia de inserção no mercado de trabalho formal. Essa situação, portanto, demanda uma urgente política de empregabilidade para inserção econômica dessa população. A figura 10 ilustra as informações citadas:

Figura 10: Perfil dos venezuelanos atendidos na estratégia de interiorização da Operação Acolhida (abril de 2018 a abril de 2025)



Fonte: Plataforma R4V

Como mencionado anteriormente, Mato Grosso do Sul está entre os cinco estados que mais recebem migrantes venezuelanos. No próximo subcapítulo, detalharemos esse fluxo migratório para o estado, com foco específico na capital, Campo Grande-MS. Analisaremos como tem sido o processo de acolhida desses venezuelanos, especialmente no que se refere à inserção deles no mercado de trabalho local.

3.4 MATO GROSSO DO SUL NA ROTA DA INTERIORIZAÇÃO

Na escala estadual, Mato Grosso do Sul emerge, a partir de 2017–2018, como destino relevante da migração venezuelana no Centro-Oeste. Dados oficiais do governo estadual registram que, nesse período, 3.612 venezuelanos foram contabilizados como imigrantes no estado, com forte concentração temporal a partir de 2017, ano em que o Brasil reconhece oficialmente a situação de grave violação de direitos humanos na Venezuela (Mato Grosso do Sul, 2022). Em poucos anos, os venezuelanos se tornaram o principal grupo nacional entre os migrantes internacionais registrados em Mato Grosso do Sul, superando historicamente paraguaios e bolivianos, sobretudo na faixa de fronteira (Mato Grosso do Sul, 2022).

Lisboa (2021) analisa a interiorização e a classifica como modalidade de “migração dirigida”, na qual o deslocamento é voluntário do ponto de vista dos migrantes – que decidem aderir ao programa –, mas fortemente condicionado por critérios e arranjos institucionais definidos pelo Estado e por organismos internacionais. A autora mostra que, para a seleção de municípios de destino, são considerados fatores como: existência de políticas municipais de acolhimento e assistência; disponibilidade de vagas de trabalho em setores intensivos em mão de obra (serviços, construção civil, agroindústria); capacidade da rede socioassistencial e de saúde; e presença de redes comunitárias e religiosas que possam apoiar a integração. Essa lógica explica por que, para além das grandes metrópoles tradicionais, cidades médias e capitais regionais do Sul e Centro-Oeste – entre elas, em perspectiva, Campo Grande – passam a figurar como destinos privilegiados no desenho da interiorização (Lisboa, 2021; OBMigra, 2023).

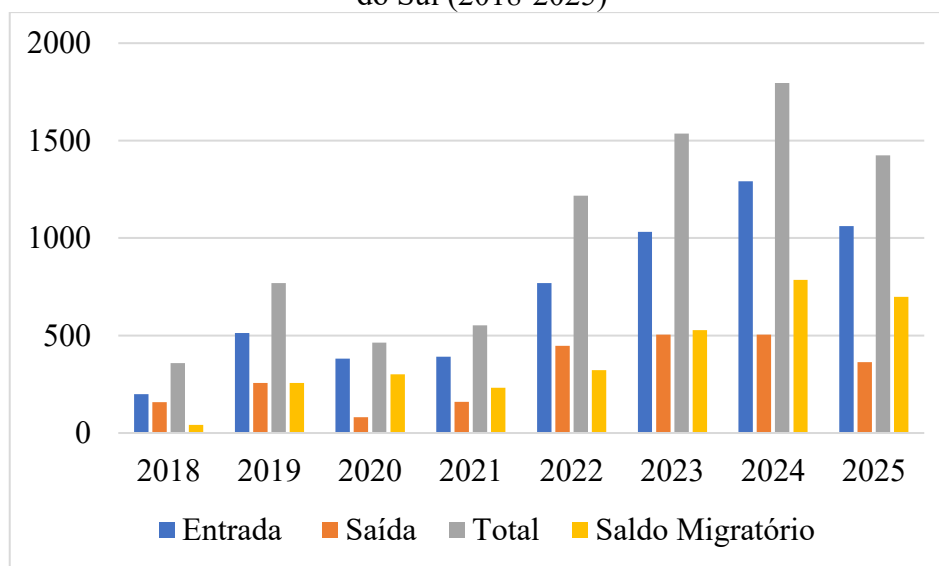
Esse processo confirma a abordagem de Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), que revisitam o conceito de migração dirigida. Para as autoras, no contexto contemporâneo, essa modalidade não visa a colonização agrícola como no século XIX, mas assenta-se na presença ativa do Estado na gestão da força de trabalho migrante. A “governança migratória” atua para descongestionar a fronteira e, simultaneamente, suprir demandas de mão de obra em outras regiões, utilizando a retórica humanitária para legitimar a redistribuição desses trabalhadores pelo território nacional

Os informes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social sobre deslocamentos assistidos da Operação Acolhida confirmam: entre abril de 2018 e outubro de 2023, mais de 6.600 venezuelanos foram interiorizados para Mato Grosso do Sul, em diferentes modalidades – acolhimento institucional, reunificação familiar e inserção laboral

– o que posiciona o estado como um dos receptores importantes da política de interiorização no Centro-Oeste (Brasil, 2023). Ainda que nem todos esses relatórios desagreguem os dados por município, a combinação desses números com as informações estaduais permite inferir que os principais destinos no estado são cidades com maior densidade de serviços e oportunidades de trabalho, com destaque para Dourados, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, 2022).

Contudo, é imperativo observar que a presença venezuelana no estado não se resume à logística federal. Dados de movimentação de tráfego nas fronteiras (2018-2025) revelam uma dinâmica espontânea de circulação que corre paralela à interiorização oficial. A análise da série histórica aponta um crescimento consistente no fluxo total (entradas e saídas) nas fronteiras de Mato Grosso do Sul, saltando de uma movimentação incipiente de 358 registros em 2018 para um pico de 1.796 em 2024, conforme observa-se no Gráfico 1:

Gráfico 1: Evolução do Saldo Migratório de Venezuelanos nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul (2018-2025)

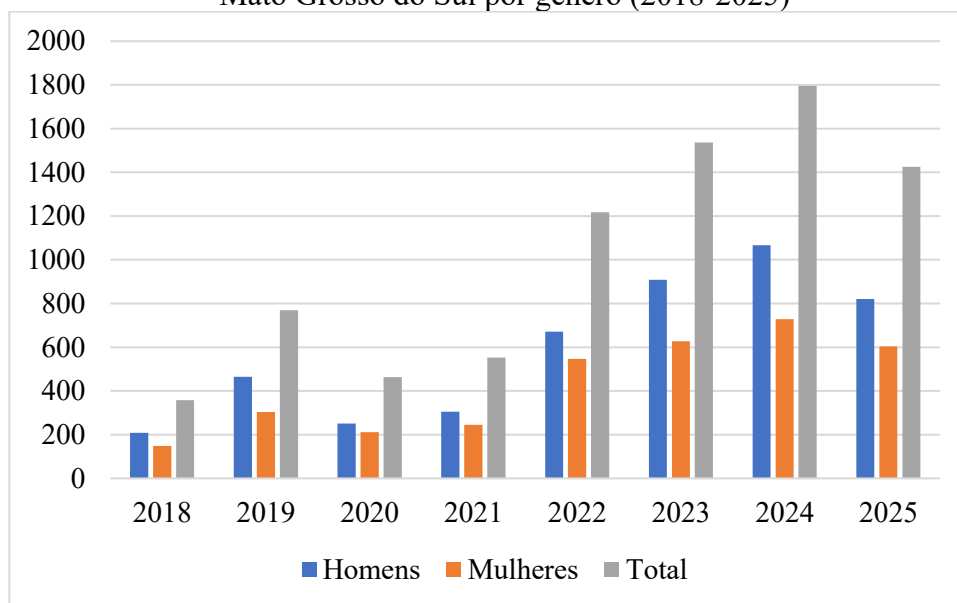


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OBMigra (2026).

É notável o impacto da crise sanitária nesse percurso: os anos de 2020 e 2021 registraram uma retração no volume total (463 e 552 registros, respectivamente), reflexo direto do fechamento de fronteiras durante a pandemia da Covid-19. Todavia, a retomada pós-pandemia foi vigorosa, com a movimentação mais que dobrando em 2022 (1.217) e mantendo tendência de alta até 2024. O dado mais relevante para a compreensão da territorialização é o saldo migratório positivo. Em 2024, por exemplo, registraram-se 1.291 entradas contra apenas 505 saídas, gerando um saldo de 786 permanências ou trânsitos de longa duração.

Esse fluxo espontâneo apresenta, ainda, um recorte de gênero distinto. Em 2024, dos 1.796 trânsitos registrados, 1.067 foram de homens e 728 de mulheres. Essa prevalência masculina na entrada terrestre sugere um padrão de migração precursora, na qual o homem se desloca inicialmente para garantir as condições básicas de subsistência, como moradia e emprego, visando uma posterior reunificação familiar. O Gráfico 2 ilustra esses dados:

Gráfico 2: Evolução da movimentação de venezuelanos nas fronteiras de Mato Grosso do Sul por gênero (2018-2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da OBMigra (2026).

Ramos e Breviglieri (2023), ao analisarem dados de famílias migrantes atendidas em iniciativas de acolhimento, mostram que, na Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD), aproximadamente 70% das pessoas acompanhadas em 2023 eram venezuelanas, o que evidencia a centralidade desse grupo na demanda por políticas sociais e por apoio humanitário em Mato Grosso do Sul. Esses autores observam que o atendimento a venezuelanos envolve não apenas a provisão de benefícios materiais – como moradia provisória, alimentação e transporte –, mas também mediação com serviços de saúde, educação, assistência jurídica e apoio psicossocial, dada a complexidade das trajetórias vividas antes e depois da saída da Venezuela. Nesse sentido, o estado se torna uma arena onde políticas federais (Operação Acolhida), estaduais (SEAD) e municipais se articulam – com maior ou menor êxito – para lidar com uma migração de perfil fortemente humanitário.

Embora a produção acadêmica ainda se concentre mais em Dourados, uma análise

de sua dinâmica migratória oferece importantes paralelos para compreender o padrão de mobilidade e inserção que se projeta sobre a capital. Souza Júnior (2022), em pesquisa sobre a “diáspora de venezuelanos” para Dourados, mostra que as trajetórias raramente são lineares: muitos entrevistados relatam percursos que passam por diferentes cidades brasileiras – como Boa Vista, Manaus, Belém, São Paulo, Curitiba e outras – antes de chegar a Mato Grosso do Sul, em um movimento que combina interiorização oficial, deslocamentos autônomos e redes de apoio construídas ao longo do caminho (Souza Júnior, 2022). Esse padrão evidencia que a interiorização não encerra a mobilidade, mas frequentemente a inaugura em nova escala, na medida em que os migrantes continuam a buscar lugares onde possam se inserir economicamente e reconstruir suas vidas.

Silva (2023), ao estudar a reterritorialização de refugiados venezuelanos em Dourados, enfatiza como esses sujeitos mobilizam redes religiosas, comunitárias e familiares para se enraizar no território, mesmo em situações de grande precariedade (Silva, 2023). Igrejas evangélicas, organizações não governamentais e associações de bairro aparecem como atores centrais na mediação de acesso à moradia, trabalho, documentação e serviços públicos, atuando muitas vezes onde o poder público não alcança de forma sistemática. A autora argumenta que essa reterritorialização é simultaneamente material – na medida em que envolve o acesso a um lugar de moradia, a um bairro, a uma rotina – e simbólica, pois implica a reconstrução de um “sentido de lugar” após a ruptura forçada com o território de origem.

Oliveira (2023) acrescenta a esse quadro a análise do papel do Exército no processo de interiorização para Dourados, destacando a dimensão logística e organizacional da Operação Acolhida: o transporte de grupos de venezuelanos por via aérea, o acompanhamento por equipes militares e técnicas, a coordenação com prefeituras receptoras e entidades de acolhimento. Essa dimensão apresenta o grau de institucionalização do fluxo venezuelano, que se diferencia de outras migrações por ser fortemente regulado e monitorado pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais. Quando se considera que Campo Grande está inserida na mesma lógica de recepção, é possível apontar que processos semelhantes – ainda que com particularidades locais – ocorrem na capital (Oliveira, 2023).

O relatório “Moverse”, produzido por ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2025), amplia essa análise ao traçar o perfil sociodemográfico e as condições de inserção de refugiadas e migrantes venezuelanas interiorizadas em diferentes regiões do Brasil. O estudo mostra que predominam mulheres em idade ativa, muitas delas

responsáveis por crianças e adolescentes, com níveis de escolaridade variados – incluindo um contingente significativo com ensino médio completo e formação superior –, mas que enfrentam fortes barreiras para acessar empregos compatíveis com suas qualificações (ONU Mulheres; UNFPA, 2025). Esses obstáculos incluem o desconhecimento da língua portuguesa, a dificuldade de validação de diplomas, a falta de redes profissionais e situações de discriminação de gênero, nacionalidade e, em alguns casos, racial. Embora o relatório não trate especificamente de Campo Grande, as evidências nacionais permitem inferir que migrantes venezuelanas na capital sul-mato-grossense vivenciam desafios semelhantes.

A análise da governança migratória brasileira revela que a "Operação Acolhida", fundamentada na Lei nº 13.684/2018, estabeleceu um arranjo institucional inédito, capaz de transicionar de uma resposta emergencial na fronteira norte para uma estratégia logística de abrangência nacional. Contudo, é necessário problematizar o alcance efetivo desse suporte. Embora os dados demonstrem que a política de interiorização promoveu o deslocamento de mais de 148 mil venezuelanos, configurando uma "migração dirigida", esse processo revela-se assistido fundamentalmente em sua etapa de transporte.

Ao observarmos que a modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) contempla apenas uma minoria do fluxo (cerca de 19%), constata-se que a grande massa de interiorizados desembarca nos estados de destino sem garantias laborais e sem a continuidade da tutela estatal. Assim, a interiorização redistribui a população, mas também transfere a responsabilidade da integração para a escala local, onde o acompanhamento federal cessa e a luta pela sobrevivência se impõe.

Nesse cenário, o Mato Grosso do Sul consolidou-se como um ponto importante na rota da interiorização, figurando entre os cinco estados que mais receberam esses migrantes através das modalidades institucionais, de reunião familiar e de Vaga de Emprego Sinalizada (VES). Contudo, as estatísticas da Operação indicam um desafio estrutural: apenas 19% dos interiorizados no Brasil deslocam-se com uma vaga de emprego garantida, o que deixa a maior parte (cerca de 81%) na condição de ter que buscar sua subsistência e inserção econômica imediatamente após a chegada às cidades de destino.

Dessa forma, a chegada ao território sul-mato-grossense marca o esgotamento da etapa puramente logística e inaugura uma complexa disputa pela sobrevivência e cidadania na escala local. O capítulo a seguir dedica-se, portanto, a alterar o nível de análise para o município de Campo Grande-MS, investigando como a política de interiorização se converte na realidade concreta da territorialização. Para tanto, serão examinados o papel decisivo das

redes de solidariedade, como a AVCG e o UEMS Acolhe, e a atuação das instituições públicas (MTE, MPT e Funsat) na regulação do encontro entre essa força de trabalho disponível e as demandas de acumulação do capital local, revelando as contradições entre o acolhimento humanitário e a precarização laboral.

CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS

A presente pesquisa, estruturada sob uma lógica escalar, partiu das determinações globais da mobilidade do trabalho (Capítulo 1) e da gênese da crise venezuelana (Capítulo 2), transitando pela governança migratória em nível nacional (Capítulo 3). Agora, nesta etapa a escala de análise é local, buscando compreender como as macroestruturas políticas e econômicas analisadas anteriormente se materializam no cotidiano do município de Campo Grande-MS. É nesta escala geográfica que a "migração dirigida" deixa de ser apenas uma logística de transporte federal para se tornar uma realidade vivida de busca por moradia, cidadania e sobrevivência.

Para sustentar essa investigação, inicia-se contextualizando Campo Grande na rede migratória histórica e contemporânea. Discute-se como a capital sul-mato-grossense, tradicionalmente um polo de recepção de migrantes nacionais, reconfigura-se no século XXI como um nó estratégico nas rotas transnacionais de migração Sul-Sul, absorvendo os impactos da crise humanitária venezuelana e da política de interiorização.

Por fim, investiga-se a territorialização e a absorção da força de trabalho venezuelana em Campo Grande-MS. Examina-se o papel de atores sociais, como a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e o Programa UEMS Acolhe, bem como a atuação de órgãos públicos — Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Fundação Social do Trabalho (Funsat) — na mediação entre a oferta de mão de obra migrante e as demandas do capital local.

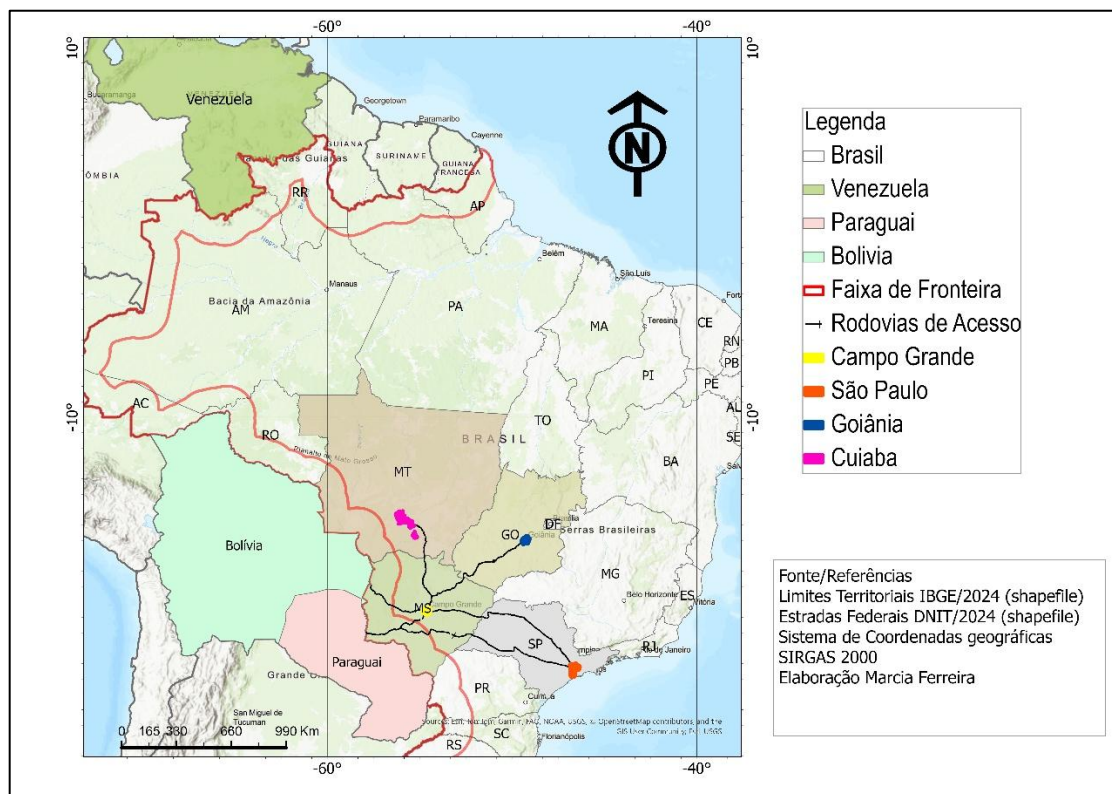
Esse percurso culmina na análise conjunta das narrativas institucionais e dos dados estatísticos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2018 e 2024, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 2018 a 2025. O marco inicial de 2018 justifica-se pelo início da Operação Acolhida, enquanto o encerramento da análise para cada base foi definido conforme a disponibilidade das atualizações oficiais, revelando a segmentação setorial e a alta rotatividade como sintomas da precarização. A análise dialoga, ainda, com as diretrizes da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), demonstrando as tensões entre o discurso do acolhimento humanitário e a realidade concreta de uma inclusão subordinada.

4.1 CAMPO GRANDE-MS E AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: UM BREVE HISTÓRICO

Campo Grande consolidou-se, ao longo de mais de um século, como principal polo urbano de Mato Grosso do Sul, resultado direto de sucessivas ondas migratórias que transformaram um pequeno núcleo pecuarista em uma capital regional de quase 900 mil habitantes. Segundo dados do IBGE (2023), o município possui área de 8.082,327 km², população recenseada de 898.100 pessoas em 2022 e densidade demográfica em torno de 111 hab./km², configurando uma cidade de grande extensão territorial, com forte predominância da população urbana e funções de comando político, econômico e de serviços na rede urbana do Centro – oeste brasileiro.

A posição geográfica de Campo Grande – localizada no planalto da Bacia do Paraná, em área de Cerrado, equidistante de estados como São Paulo, Goiás, Mato e a fronteira com o Paraguai e Bolívia – contribui para sua centralidade logística, articulando fluxos de mercadorias e de pessoas entre a Região Sudeste, o próprio Centro-Oeste e a faixa de fronteira internacional (Calixto; Gomes, 2014). O Mapa 2 ilustra a localização estratégica de Campo Grande-MS:

Mapa 2: Mapa de Localização de Campo Grande-MS:



Fonte: Organizado pelo autor e elaborado por Marcia Ferreira, com base no IBGE (2024) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2024).

Essa centralidade de Campo Grande não é apenas em função da sua localização, mas da maneira como diferentes ciclos econômicos (pecuária, erva-mate, fronteira agrícola moderna, agronegócio, serviços) se articularam a políticas de fronteira, à implantação da ferrovia, à criação do estado de Mato Grosso do Sul e, mais recentemente, a políticas federais de acolhimento e interiorização de refugiados. Cada uma dessas fases foi acompanhada por fluxos migratórios específicos – internos, interestaduais e internacionais – que trouxeram à Campo Grande, sujeitos com origens e motivações distintas, dos cuiabanos e mineiros do século XIX aos venezuelanos que hoje chegam ao território em condição de refúgio (Queiroz, 2004; Corrêa, 2018; Baeninger et al., 2021).

A seguir, o texto está organizado em cinco períodos migratórios: o primeiro, abrangendo o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX; o segundo, que compreende as décadas de 1910 a 1950, com fluxos migratórios influenciados pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; o terceiro, que marca o período de expansão agropecuária, entre 1950 a 1970; o quarto, com o marco da criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977; e o quinto, já nas primeiras décadas do século XXI, com destaque para a chegada dos imigrantes haitianos e venezuelanos. Este último período será descrito no subcapítulo 4.2. Em cada período são destacados: a origem dos principais imigrantes e sob quais dinâmicas territoriais migraram.

4.1.1. Fim do século XIX e a primeira década do século XX: frente pecuarista e início do núcleo urbano

No final do século XIX, a área hoje ocupada por Campo Grande fazia parte da chamada “fronteira sul” do então estado de Mato Grosso, região de transição reconfigurada após a Guerra do Paraguai (1864–1870), quando o governo brasileiro buscou reafirmar seu domínio sobre territórios disputados e pouco integrados à economia nacional (Queiroz, 2004). Essa fronteira era marcada por uma combinação de grandes concessões de terras à Companhia Matte Larangeira, voltadas à exploração da erva-mate, por extensos campos utilizados tradicionalmente por povos indígenas e por novas áreas de criação de gado, implantadas por migrantes que avançavam a partir do norte da província e de outras regiões do país (Oliveira, 1999). Do ponto de vista geográfico, tratava-se de um espaço de baixa densidade populacional, com vastas áreas de Cerrado e campos abertos, mas de alta densidade de conflitos fundiários, típico da expansão de fronteiras internas brasileiras (Oliveira, 1999).

Queiroz (2004) identifica que os primeiros sujeitos migrantes não indígenas que se fixam no sul de Mato Grosso, incluindo a região de Campo Grande, eram principalmente oriundos de Cuiabá e de outras localidades do norte do estado, de Goiás, de Minas Gerais e de São Paulo, com contribuição menor, mas significativa, do Rio Grande do Sul. Esses grupos eram formados por antigos mineradores que abandonavam áreas em declínio, por pequenos criadores e comerciantes que buscavam terras para a pecuária extensiva, por ex-militares e por aventureiros atraídos por oportunidades de negócio ligados à erva-mate e ao gado.

Nesse sentido, Silva (2011) destaca a relevância da "Rota Mineira", que se deslocava para o sul da Província em busca de terras fartas e baratas, bem como o fluxo de gaúchos que, em decorrência da instabilidade causada pela Revolução Federalista, buscavam terras devolutas para a introdução da pecuária. A mobilidade desses sujeitos se dava em grande medida por caminhos de tropeiros e rotas fluviais e terrestres pré-existentes, que foram reorientadas após a guerra para consolidar a presença brasileira na região (Queiroz, 2004).

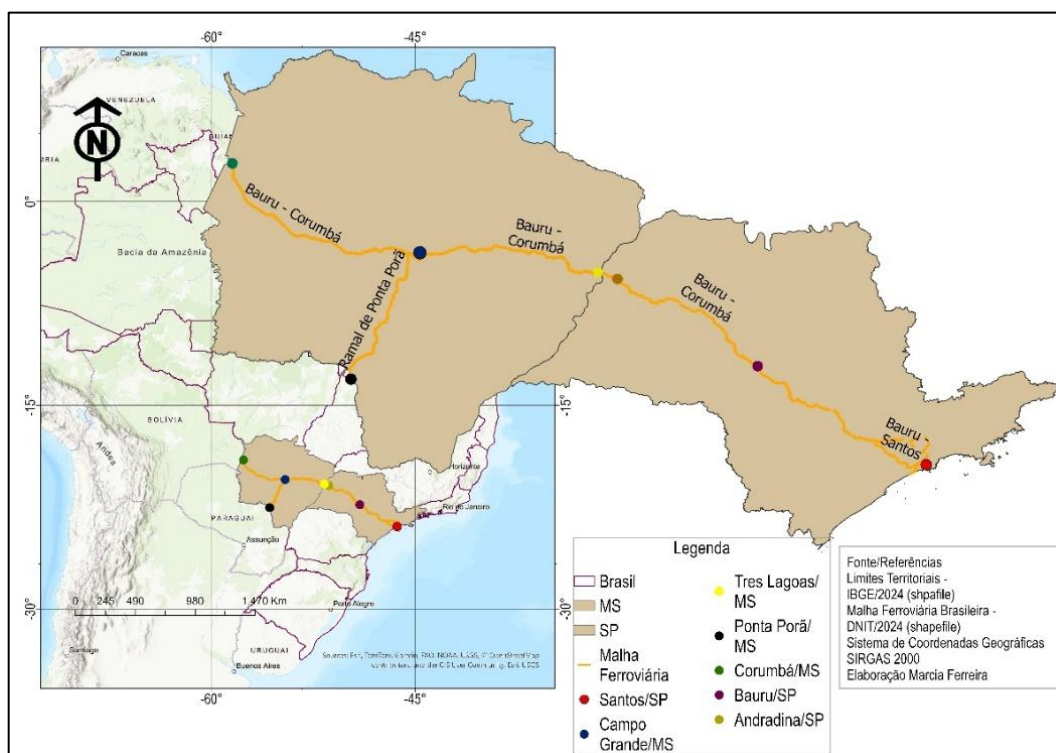
Oliveira (1999) sublinha que essa expansão se deu à custa da expropriação de populações indígenas e camponesas, configurando um processo de "des-reterritorialização" no qual territórios tradicionais foram incorporados à lógica do capital agrário e de concessões privilegiadas, em um cenário de fraca presença institucional, mas forte controle privado da terra. É nesse contexto que surge o pequeno arraial na confluência dos córregos Prosa e Segredo, onde a abundância de água e a posição estratégica em relação a rotas de circulação favoreceram a instalação de fazendas e casas comerciais. Calixto e Gomes (2014) indicam que muitos dos fundadores desse núcleo eram migrantes oriundos de estados como Minas Gerais e de São Paulo, que passaram a articular a produção pecuária local com mercados do Sudeste, criando uma base econômica que sustentaria a futura elevação à vila (1899) e à cidade (1918).

Assim, nessa primeira fase, as principais origens dos migrantes que se radicaram em Campo Grande podem ser situadas em três conjuntos: intrarregionais, com forte peso de Cuiabá e de outras áreas do antigo Mato Grosso; interestaduais de média distância, principalmente de Goiás e Minas Gerais; e, em menor escala, fluxos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, ligados à pecuária e à erva-mate (Queiroz, 2004; Oliveira, 1999; Calixto; Gomes, 2014). A seguir, será discutido de como a chegada da ferrovia, impulsionou os fluxos migratórios para Campo Grande.

4.1.2. 1910–1950: ferrovia, urbanização inicial e imigração internacional

A chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) a Campo Grande, em 1914, constitui um marco decisivo na história geográfica e migratória da cidade. Ao ligar a região a Bauru (SP) e, por conseguinte, ao porto de Santos (mapa 3), a Noroeste encurtou distâncias, barateou o transporte de gado e de erva-mate e integrou o sul de Mato Grosso aos circuitos econômicos nacionais, inaugurando uma nova lógica de centralidade urbana (Trubiliano, 2014).

Mapa 3: Traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e conexões regionais.



Fonte: Organizado pelo autor, com elaboração gráfica de Marcia Ferreira, com base nos dados do IBGE (2024) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2024).

A concretização desse novo eixo logístico teve seu marco simbólico em 14 de outubro de 1914, data da inauguração oficial da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Campo Grande. O evento transcendeu a mera entrega de uma obra de engenharia, convertendo-se em uma celebração popular que sinalizava o fim do isolamento geográfico e a integração da região aos mercados do Sudeste. O apito do primeiro trem e a movimentação na plataforma inauguraram uma nova paisagem urbana, onde a estação passaria a funcionar como o portal de entrada para o desenvolvimento e para os fluxos migratórios que reconfigurariam a demografia local (Arquivo Histórico de Campo Grande, 2011), conforme registram as imagens da época (Figuras 11 e 12):

Figura 11: Inauguração do primeiro prédio da estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Campo Grande, no ano de 1914.



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (2011, p. 24).

Figura 12: Locomotiva e vagões estacionados no pátio da estação de Campo Grande.



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (2011, p. 24).

Nesse cenário, Campo Grande tornou --se em um dos principais centros de convergência do gado e da produção de erva-mate que, vinda do sul por via rodoviária, era escoada para o mercado paulista através dos trilhos. A expansão ferroviária na região seguiu-se com o ramal Campo Grande-Ponta Porã, iniciado em 1938 sob o governo Vargas e concluído em sua totalidade em 1953 (Silva, 2011).

A cidade, até então um pequeno entreposto pecuarista, rapidamente se transformou em ponto de convergência de fluxos regionais em escala mais ampla. Calixto e Gomes (2014) mostram que essa integração ferroviária intensificou, em primeiro lugar, a migração intrarregional: moradores de povoados rurais e vilas do sul de Mato Grosso passaram a se

deslocar para Campo Grande em busca de emprego nas oficinas, na manutenção dos trilhos, nas estações, bem como em atividades conexas, como hospedagem, comércio e serviços de apoio.

Esses migrantes, em geral originários de áreas rurais, traziam consigo saberes ligados à pecuária e a pequenas lavouras, mas encontravam na cidade novas possibilidades de inserção no setor de serviços e em ocupações urbanas emergentes. Em segundo lugar, ampliou-se a migração interestadual de média distância: comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e pequenos industriais vindos de Minas Gerais, de São Paulo e de Goiás encontraram em Campo Grande um ponto estratégico para estabelecer negócios e carreiras, aproveitando o crescimento induzido pela ferrovia (Calixto; Gomes, 2014).

Paralelamente a esses fluxos internos, intensificou-se a imigração internacional. Jacob (2012) identifica a presença significativa de diversos grupos europeus, asiáticos e árabes na região. O comércio varejista, impulsionado pela ferrovia, tornou-se o principal setor de atuação para os imigrantes sírios e libaneses. Estes grupos estabeleceram-se estrategicamente nas vias próximas à estação, transformando a paisagem urbana com seus estabelecimentos (Jacob, 2012). Um exemplo emblemático dessa ocupação é o registro da “Casa Haddad” na década de 1920, situada na Rua 14 de Julho, que ilustra a consolidação desses imigrantes como força motriz da economia local, conforme se observa na Figura 13:

Figura 13: Área comercial na Rua 14 de Julho. Década de 1920. No primeiro plano, Casa Haddad.



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (2011, p. 25)

Conforme observa Corrêa Filho (1969, p. 113), a implementação da Estrada de Ferro NOB atraiu um fluxo migratório composto "não somente de paulistas, mas também de

estrangeiros, que se internam além do Paraná". Essa pluralidade é confirmada pelos registros censitários de 1940, que apontavam que a maioria dos imigrantes internacionais no estado era de origem sul-americana (17.216), acompanhada por grupos de japoneses (1.105) e portugueses (910). No âmbito interno, a composição demográfica foi marcada pela predominância de baianos (15.482) e goianos (11.115), seguidos por mineiros, gaúchos e paulistas (Corrêa Filho, 1969).

Em Campo Grande, esses imigrantes atuavam predominantemente no comércio varejista, na hotelaria, em ofícios urbanos especializados e, em alguns casos, na agricultura intensiva em áreas periurbanas, contribuindo para dinamizar a economia local e para diversificar o tecido social. A vinda de japoneses, por exemplo, esteve associada tanto a projetos agrícolas, com foco na produção de hortifrutis, quanto a redes familiares e comerciais que se consolidaram na cidade ao longo do tempo (Jacob, 2012).

Santos (2010), ao estudar a área central de Campo Grande, evidencia que o espaço urbano passou a refletir essa diversidade por meio da formação de um “*cluster étnico*”, no qual estabelecimentos comerciais, residências e instituições religiosas associadas a grupos de origem portuguesa, italiana, síria, japonesa e de outros países se concentravam em determinadas ruas e quarteirões.

Esse arranjo espacial não apenas reforçava identidades coletivas e redes de apoio mútuo, mas também materializava no traçado urbano as diversas correntes migratórias que convergiam para a cidade. Nesse sentido, Arruda (2001) destaca que a cultura campo-grandense é constituída por uma vasta pluralidade de povos que se expressam através de manifestações próprias. O autor elenca a convergência de imigrantes internacionais (como japoneses, italianos, sírios, libaneses e alemães), vizinhos fronteiriços (paraguaios e bolivianos), migrantes nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e populações nativas, formando uma complexa trama social que define a identidade local.

Dessa forma, entre 1910 e 1950, Campo Grande consolidou-se como um ponto que interligava o escoamento da erva-mate e do gado à ferrovia. Ao fundir os fluxos intrarregionais do sul de Mato Grosso com as correntes interestaduais (especialmente de baianos, goianos e mineiros) e a diversidade de imigrantes internacionais — sul-americanos, europeus, asiáticos e árabes —, a cidade estabeleceu uma base multiétnica e multifuncional. Essa dinâmica urbana inicial foi o alicerce para a sua futura hegemonia regional, transformando o antigo entreposto em uma cidade marcada pela mobilidade e pela pluralidade de origens.

4.1.3. 1950 a 1970: expansão da fronteira agrícola, modernização agrária e correntes Sul/Sudeste–Centro-Oeste

O salto de desenvolvimento observado em Campo Grande entre as décadas de 1950 e 1970 não foi um fenômeno isolado, mas o resultado da consolidação de infraestruturas e políticas de integração nacional iniciadas em períodos anteriores. A conclusão do ramal ferroviário entre Campo Grande e Ponta Porã em 1953, conforme aponta Silva (2011), foi estratégica para integrar a zona de fronteira aos circuitos econômicos nacionais, facilitando não apenas o escoamento produtivo, mas servindo como vetor para a entrada de novas frentes de colonização. Essa integração física preparou o terreno para o que Silva e Abrita (2018) descrevem como um processo pautado por políticas públicas voltadas à ocupação de "vazios demográficos" e à integração do Centro-Oeste ao eixo econômico do Sudeste.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a migração em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul passa a ser fortemente condicionada pela expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e pela modernização do campo em escala nacional. Baer (2003) argumenta que, nesse período, processos de mecanização, especialização produtiva e concentração de terras transformaram profundamente a agricultura em estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, provocando o deslocamento de grandes contingentes de pequenos proprietários, parceiros e trabalhadores rurais. Essa “modernização conservadora”¹⁸ da agricultura, ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade, gerava excedente populacional no campo e impulsionava a migração para novas áreas de colonização e para centros urbanos.

Cunha (2002) mostra que o Centro-Oeste se tornou um dos principais destinos desses fluxos, em particular para migrantes oriundos do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, atraídos pela disponibilidade relativa de terras de Cerrado, por créditos subsidiados e por políticas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) (Cunha, 2002).

Analisando esse processo sob a ótica da Geografia agrária, destacam que a

¹⁸ O conceito de modernização conservadora refere-se ao processo de transformação técnico-econômica de uma sociedade que não é acompanhado por mudanças significativas na estrutura social ou na distribuição de poder. No contexto brasileiro, conforme analisa Baer (2003), esse fenômeno manifestou-se na rápida industrialização e modernização agrícola iniciadas no século XX, que, embora tenham integrado o país ao capitalismo global, preservaram o regime de concentração de terras e a exclusão de grandes parcelas da população. Para Moore Junior. (1983), trata-se de uma "revolução vinda de cima", na qual as elites conduzem o progresso técnico para garantir a manutenção de seus privilégios, resultando no que Silva (1982) define como uma "modernização dolorosa", onde o avanço das forças produtivas no campo reforça a exclusão social e a exploração do trabalho.

modernização foi profundamente seletiva: grandes propriedades e agroindústrias concentraram a maior parte dos ganhos, enquanto camponeses, assalariados temporários e pequenos produtores foram expulsos de suas terras e empurrados para as periferias urbanas (Oliveira, 2003; Abramovay, 2007). Em Campo Grande, isso se refletiu em uma intensificação da migração proveniente do interior de Mato Grosso do Sul – áreas rurais e pequenos municípios que se viam esvaziados pela concentração fundiária – e na chegada de migrantes do Sul e Sudeste (Corrêa, 2018; Oliveira, 2003).

A chegada massiva desses migrantes foi acompanhada por uma transformação no modo de produção, impulsionada por sucessivas revoluções tecnológicas que permitiram a adaptação do solo do Cerrado para a agricultura de larga escala. Segundo Silva e Abrita (2018), as políticas de desenvolvimento regional buscaram mitigar disparidades e transformar a região em um nó logístico estratégico, consolidando a transição do antigo extrativismo e da pecuária tradicional para uma agricultura mecanizada e de alta produtividade. Campo Grande também passou a operar como centro de serviços, comércio e administração de uma vasta área de fronteira agrícola, articulando fluxos de grãos, de gado e de insumos, e funcionando como ponto de apoio logístico e político dessa expansão (Becker; Egler, 1998).

A cidade cresceu rapidamente, com forte expansão periférica, criação de novos bairros populares e ampliação das desigualdades socioespaciais. A modernização agrária reconfigurou o território campo-grandense, inserindo-o definitivamente na lógica do agronegócio global. No entanto, essa expansão também reforçou a complexidade da "faixa de fronteira" do Mato Grosso do Sul, espaço caracterizado por Silva e Abrita (2018) tanto por suas vulnerabilidades socioeconômicas quanto por ser um território de intensos fluxos humanos e oportunidades. Essa herança de um espaço de fronteira dinâmico e integrado ao capital agrário estabeleceu as condições demográficas e sociais que passariam a atrair novos e diversificados fluxos migratórios nas décadas subsequentes, como veremos na seção a seguir.

4.1.4. O ano de 1977 como marco de um novo período: capital estadual e diversificação de origens

A divisão de Mato Grosso e a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, com a oficialização de Campo Grande como capital em 1979, introduz uma nova camada no papel da cidade na rede urbana e na geografia dos fluxos migratórios. A condição de capital

estadual implicou a instalação de órgãos públicos, universidades e sedes de empresas, ampliando a oferta de serviços. A elevação de Campo Grande à condição de capital, impulsionou uma rápida reconfiguração de sua paisagem urbana. A necessidade de abrigar a nova estrutura administrativa estadual e o crescente contingente populacional atraído pelas oportunidades do novo centro de poder fomentaram um ciclo de modernização e verticalização (Arquivo Histórico de Campo Grande, 2011). Esse cenário de transformação é evidenciado no registro de 1982, ilustrado na Figura 14, que apresenta uma vista parcial da cidade marcada pela presença do antigo Terminal Rodoviário. A imagem sintetiza o dinamismo da época: uma cidade que se equipava logisticamente para gerir os intensos fluxos migratórios que passariam a defini-la como metrópole regional.

Figura 14: Vista parcial de Campo Grande. À esquerda, prédio do antigo Terminal Rodoviário (1982)



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (2011, p. 91).

Sob a ótica do planejamento regional, Silva e Abrita (2018) destacam que esse período é marcado por uma tentativa de institucionalizar o desenvolvimento, especialmente via atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que passou a olhar para o novo estado a partir de áreas prioritárias, com destaque para a Faixa de Fronteira¹⁹.

¹⁹ Conforme Silva e Abrita (2018), o Mato Grosso do Sul possui um total de 54 municípios que integram a Faixa de Fronteira. A divisão por sub-regiões mencionada abrange os seguintes municípios: Sub-região XI (6 municípios): Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho; Sub-região XII (7

Nesse cenário, Campo Grande consolida sua importância para além da esfera administrativa, configurando-se como o principal centro de serviços e de articulação de políticas públicas para as dezenas de municípios da faixa de fronteira. Tal estrutura territorial é peça-chave para as estratégias da Sudeco no combate às disparidades socioeconômicas locais. Assim, embora a capital se situe fora da delimitação geográfica dos 150 km da fronteira, ela desempenha uma função logística e política essencial para toda a região (Silva e Abrita, 2018).

O crescimento demográfico do Centro-Oeste nas décadas de 1970 e 1980, conforme aponta Cunha (2002), resultou de uma convergência de migrantes de diversas origens, desde o campo até as metrópoles do Sudeste. Em Mato Grosso do Sul, esse mosaico populacional foi composto predominantemente por paulistas, paranaenses e mato-grossenses, com contribuições relevantes de mineiros e nordestinos (Corrêa, 2018). Nesse cenário, Campo Grande destacou-se como importante destino desses fluxos, afirmando a sua posição como o centro de gestão e articulação do território sul-mato-grossense.

Ao mesmo tempo, a migração intraestadual intensificou-se. Moradores de pequenos municípios sul-mato-grossenses passaram a se deslocar para a capital em busca de estudos, emprego e serviços de saúde mais complexos (Corrêa, 2018; Oliveira, 2003). Do ponto de vista das origens, essa fase é caracterizada por uma grande heterogeneidade: afluem para Campo Grande sujeitos de praticamente todas as microrregiões do estado, de metrópoles do Sudeste, de áreas do Paraná e do antigo Mato Grosso “uno” (Calixto; Gomes, 2014). A cidade passa a exercer papel não só de destino, mas também de filtro e redistribuidora de fluxos, mediando deslocamentos entre o interior rural e centros urbanos externos.

Dessa forma, a trajetória histórica de Campo Grande, marcada pela recepção contínua de fluxos populacionais diversificados, desde a frente pecuarista, estabeleceu as bases socioterritoriais para sua inserção na contemporaneidade (Queiroz, 2004; Corrêa, 2018). Contudo, as primeiras décadas do século XXI impuseram uma reconfiguração qualitativa nessa dinâmica: a cidade passa a integrar circuitos de mobilidade mais complexos e transnacionais. É nesse cenário que a capital sul-mato-grossense transcende sua função de

municípios): Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque; Sub-região XIII (16 municípios): Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Rio Brillhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina; Sub-região XIV (15 municípios): Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru.

polo de atração regional para atuar como um elo estratégico nas migrações Sul-Sul, operando como uma cidade fundamental para a redistribuição de fluxos migratórios dirigidos (Baeninger, et al. 2021), conforme será discutido no subcapítulo a seguir.

4.2 CAMPO GRANDE NA REDE MIGRATÓRIA: CONEXÕES, FLUXOS E A DINÂMICA SUL-SUL NO SÉCULO XXI

Entre o final do século XX e o início do século XXI, a dinâmica migratória em Mato Grosso do Sul, e especificamente em Campo Grande, passou por transformações significativas. De acordo com as análises de Corrêa et al. (2018), o estado manteve um equilíbrio entre as correntes de entrada e saída de população, apresentando um saldo migratório próximo de zero. Esse cenário indica que a capital sul-mato-grossense se consolidou como um polo que, ao mesmo tempo em que atraía migrantes de diversas regiões do país, também servia como ponto de partida para outras metrópoles e áreas de expansão no Centro-Oeste.

Os fluxos desse período eram majoritariamente urbanos e regionais. Os dados censitários examinados por Corrêa et al. (2018) apontam que a maior parcela dos migrantes provinha do Sudeste e do Sul, com destaque para paulistas, mineiros e paranaenses, além de uma presença constante de correntes vindas do Nordeste. Becker e Egler (1998) situam essa reconfiguração dentro de uma lógica onde Campo Grande assume o papel de "cidade de serviços", articulando a logística do agronegócio regional com mercados maiores. Rosa (2019) reforça que essa vocação urbana transformou a capital em um território onde a população nativa se tornou minoria frente à diversidade de origens nacionais.

Entretanto, a partir de 2010, essa configuração predominantemente interna foi atravessada pela inserção de Campo Grande nas chamadas migrações Sul-Sul. Esse conceito descreve os deslocamentos realizados entre países do Hemisfério Sul, onde o Brasil passou a figurar um importante polo de atração para populações que enfrentam crises estruturais em seus países de origem (Baeninger et al. 2018).

Para Baeninger et al. (2018), essas novas lógicas migratórias evidenciam a formação de espaços da migração que conectam o local ao global, exigindo que cidades do interior do Brasil sejam analisadas sob a ótica de arranjos transnacionais. Santos e Rossini (2018) complementam que essa mobilidade internacional contemporânea é um reflexo das transformações do capital global, que reconfigura os territórios e cria espacialidades urbanas a partir da busca de sobrevivência de trabalhadores migrantes em países em

desenvolvimento.

Nessa conjuntura, Oliveira e Moreno (2022) apontam uma ruptura histórica no padrão demográfico nacional que se reflete na escala local: se no final do século XIX e início do XX os fluxos eram protagonizados por imigrantes do Norte Global (europeus), atualmente consolidam-se os fluxos do Sul Global (latinos, caribenhos e africanos). Para os autores, essa mudança de perfil insere no mercado de trabalho brasileiro uma força de trabalho impulsionada não apenas pela busca de oportunidades, mas pela estrita necessidade de sobrevivência diante de crises sistêmicas em seus países de origem, reconfigurando a dinâmica de acolhimento e inserção laboral.

O marco inicial dessa "internacionalização" contemporânea de Campo Grande foi a chegada dos haitianos. Jesus (2021) explica que a migração haitiana para Mato Grosso do Sul não foi um evento isolado, mas um processo que se consolidou em diferentes fases, tendo em Campo Grande um polo de fixação fundamental a partir de 2013.

Em Campo Grande, a recepção aos haitianos foi marcada por uma ambivalência entre o acolhimento institucional e as barreiras do mercado de trabalho. Jesus (2021) observa que a capital recebeu esses imigrantes oferecendo postos de trabalho inicialmente na construção civil, impulsionada por grandes obras públicas, e posteriormente na indústria frigorífica e no setor de serviços domésticos e de limpeza. Rosa (2019) ressalta o papel fundamental de redes de apoio, como a Pastoral do Migrante, que atuaram na linha de frente para suprir a ausência de políticas públicas específicas, auxiliando na documentação, no aprendizado da língua portuguesa e na inserção social. Contudo, Jesus (2021) pondera que essa recepção também foi permeada por desafios, como o racismo estrutural e a precarização do trabalho, onde os migrantes haitianos acabaram restritos a funções subalternas e de baixa remuneração.

A experiência haitiana antecipou gargalos que seriam enfrentados posteriormente pelos venezuelanos. Oliveira e Moreno (2022), ao analisarem a proteção jurídica desses trabalhadores, identificam a existência de uma “xenofobia seletiva” no Brasil, intrinsecamente ligada ao racismo estrutural. Segundo os autores, o preconceito não recai sobre o estrangeiro de forma genérica, mas especificamente sobre aquele que é negro e pobre, evidenciando que a discriminação no ambiente de trabalho opera como um mecanismo de controle que confina esses sujeitos a postos de trabalho mais exaustivos e precários.

Ao final da década de 2010, essa inserção no circuito Sul-Sul foi intensificada e complexificada pela migração venezuelana. Baeninger et al. (2021) destacam que esse

movimento possui uma característica distinta por ser uma migração dirigida pelo Estado por meio de processos de interiorização. Arakaki (2021) reforça que essa nova realidade exigiu a mobilização de redes de apoio locais para lidar com as vulnerabilidades específicas de famílias e crianças refugiadas. Portanto, Campo Grande consolidou-se como um nó nas rotas transnacionais, onde o histórico de acolhimento de brasileiros agora se expande para a complexa integração de migrantes do Sul Global.

É imperativo destacar que a inserção desses novos fluxos em Campo Grande ocorre sob a égide de um novo paradigma jurídico. Oliveira e Moreno (2022) ressaltam que a Lei de Migração (Brasil, 2017) representou uma superação do entulho autoritário do antigo Estatuto do Estrangeiro, reconhecendo o imigrante como sujeito de direitos e repudiando a xenofobia. Contudo, como veremos na análise da inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande, há uma distância entre a garantia formal da lei — que assegura igualdade de tratamento — e a realidade concreta das relações de trabalho, onde a vulnerabilidade do migrante ainda é instrumentalizada pela lógica de acumulação.

A análise das novas mobilidades que incidem sobre Campo Grande no início do século XXI exige articular a longa tradição migratória da cidade com a emergência de fluxos de caráter forçado, em especial o protagonizado por refugiados e migrantes venezuelanos. Depois de mais de um século recebendo migrantes internos de diferentes regiões do Brasil e imigrantes internacionais, à expansão da fronteira agrícola e à consolidação de polo regional de serviços, Campo Grande passa a ser também cenário de políticas humanitárias internacionais e nacionais voltadas à proteção de pessoas deslocadas pela crise venezuelana (Queiroz, 2004; Corrêa, 2018; Baeninger et al. 2021).

Na escala municipal, Campo Grande aparece como elo fundamental na rede de acolhimento, circulação e territorialização de venezuelanos em Mato Grosso do Sul. Corrêa (2018) já havia evidenciado que a capital é o principal polo de atração de migrantes no estado, concentrando fluxos intraestaduais e interestaduais e funcionando como centro de serviços em uma região estruturalmente dependente do agronegócio. Essa centralidade prévia em relação às migrações internas e nacionais facilita a incorporação de novos fluxos internacionais, como o venezuelano, pois a cidade dispõe de infraestrutura institucional, de mercado de trabalho diversificado e de redes de acolhimento mais densas do que a maior parte dos demais municípios sul-mato-grossenses.

Do ponto de vista institucional, Campo Grande abriga órgãos federais e estaduais responsáveis por processos de documentação, refúgio e acesso a direitos, como: Polícia

Federal, Defensoria Pública da União, Justiça Federal e a Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD), bem como universidades públicas que integram a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em parceria com o Acnur (Acnur, 2025; UEMS, 2025).

Essas instituições têm desenvolvido projetos de ensino de português para imigrantes, atendimento jurídico, apoio psicossocial e mediação intercultural voltados a refugiados e migrantes, incluindo venezuelanos, o que contribui para estruturar canais de inserção social na cidade. Ao mesmo tempo, organizações da sociedade civil e igrejas atuam como “pontes” entre o poder público e os migrantes, oferecendo redes de apoio que vão desde a intermediação de moradia até a indicação para empregos e o suporte em situações de violência e discriminação (Ramos; Breviglieri, 2023).

A territorialização dos venezuelanos em Campo Grande tende a ocorrer, inicialmente, em bairros periféricos e áreas de aluguel de baixo custo, onde é mais fácil encontrar moradias acessíveis, ainda que, em muitos casos, em condições precárias. Ramos e Breviglieri (2023) apontam que famílias venezuelanas atendidas por serviços de acolhimento relatam viver em casas simples, frequentemente compartilhadas com parentes ou conterrâneos, em regiões com acesso limitado a transporte e equipamentos urbanos, combinando vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade territorial. Com o tempo, à medida que alguns migrantes conseguem empregos mais estáveis ou desenvolvem pequenos empreendimentos, observa-se uma dispersão para outros bairros e uma diversificação das estratégias de moradia, em processo análogo ao de reterritorialização descrito por Silva (2023) para Dourados (Silva, 2023).

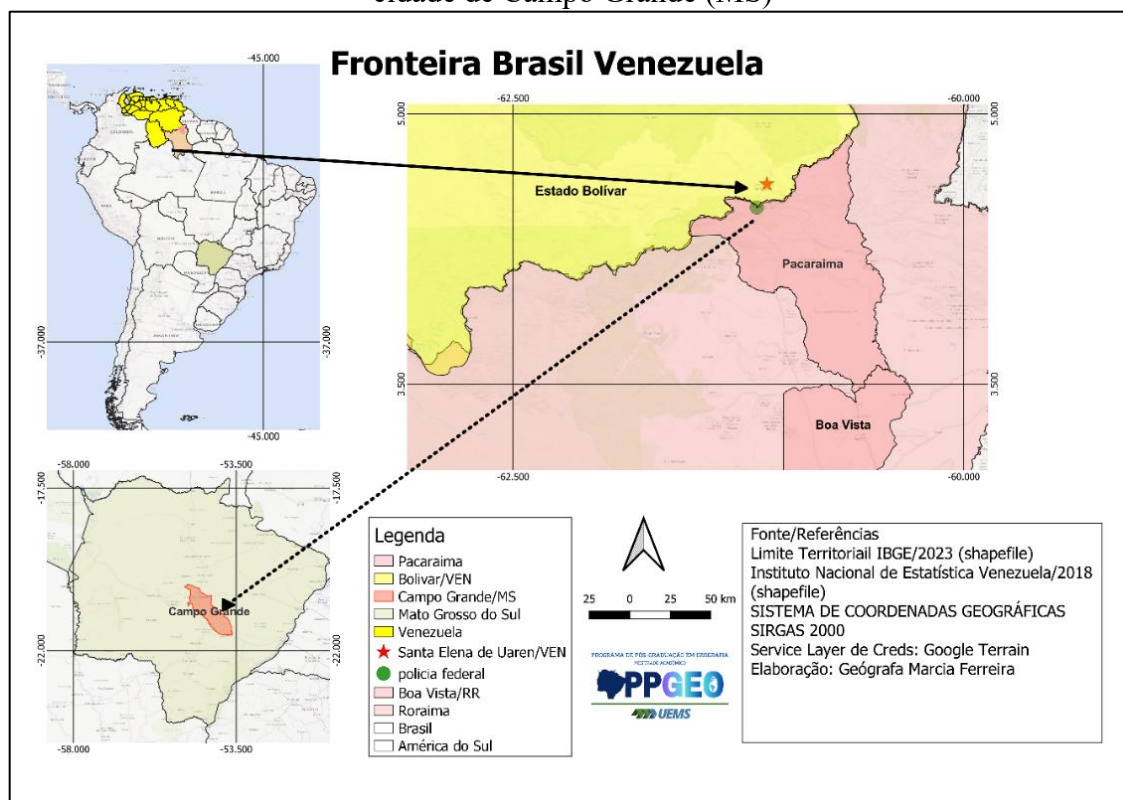
Teoricamente, Baeninger (2018; et al. 2021) propõe compreender a presença venezuelana em cidades como Campo Grande a partir dos conceitos de “migrações Sul–Sul” e “migrações dirigidas”, destacando que a escolha dos destinos não decorre apenas de decisões individuais, mas de uma convergência entre políticas estatais (Operação Acolhida, interiorização), capacidades locais (mercado de trabalho, redes de serviços) e estratégias dos próprios migrantes (Baeninger, 2018; et al. 2021).

Lisboa (2021) reforça essa leitura ao mostrar que a interiorização, ao redistribuir a população venezuelana pelo território brasileiro, reposiciona capitais regionais e cidades médias na geografia das migrações internacionais, transformando-as em novos polos de acolhimento e gestão da diversidade.

Em Campo Grande, a materialização dessas políticas transforma a cidade em um elo estratégico de uma rede que transcende as fronteiras nacionais. Como ilustra o Mapa 4, a capital sul-mato-grossense conecta-se diretamente à fronteira norte do país, estabelecendo um sistema de fluxos aéreos e logísticos entre o município de Pacaraima (RR) e os abrigos de Boa Vista (RR) até as periferias urbanas de Mato Grosso do Sul.

Este movimento é viabilizado pela Operação Acolhida, que utiliza a infraestrutura técnica para canalizar a mobilidade geográfica de imigrantes venezuelanos. O mapa 4 destaca o percurso que atravessa o território brasileiro, demonstrando como a organização espacial da circulação integra pontos distantes do território por meio de uma trama indissociável de instituições, políticas públicas e redes sociais de apoio:

Mapa 4: Trajetória da rota migratória venezuelana: da fronteira em Pacaraima (RR) à cidade de Campo Grande (MS)



Fonte: Organizado pelo autor e elaborado por Marcia Ferreira, com base em dados do IBGE (2023).

A espacialização desse trajeto, que conecta a entrada terrestre em Pacaraima-RR ao município de Campo Grande-MS, materializa a dinâmica da "migração dirigida" impulsionada pelo Estado brasileiro (Baeninger, et al. 2021). Esse deslocamento transnacional é viabilizado logisticamente pela estratégia de interiorização da Operação

Acolhida, como já discutido no capítulo 3, e visa descongestionar a fronteira norte e redistribuir os migrantes para regiões com maior capacidade de absorção econômica. Conforme ilustrado, a capital sul-mato-grossense atua como um elo estratégico nessa rede, recebendo contingentes que são transportados, muitas vezes via aérea pela Força Aérea Brasileira, para serem inseridos no tecido urbano local, consolidando a função da cidade como um nó fundamental na governança migratória federal.

Reintegrado à trajetória de longa duração, o fluxo de venezuelanos para Campo Grande aparece, simultaneamente, como continuidade e ruptura. Há continuidade porque confirma o papel histórico da capital como receptora de populações em movimento – dos cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos do século XIX; dos imigrantes europeus, japoneses e árabes do início do século XX; dos colonos e trabalhadores rurais do Sul e Sudeste na fase da fronteira agrícola; e dos migrantes do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste ao longo da segunda metade do século XX (Queiroz, 2004; Jacob, 2012; Corrêa, 2018). Mas há ruptura porque, pela primeira vez, a cidade se torna destino importante de um fluxo de refugiados em larga escala, juridicamente enquadrado em marcos de proteção internacional e profundamente mediado por organismos multilaterais, o que inscreve Campo Grande no mapa contemporâneo das migrações forçadas na América do Sul (Baeninger, et al. 2021; Acnur, 2024).

Em síntese, a chegada e a territorialização de venezuelanos em Campo Grande-MS explícita, com grande nitidez, como as escalas local, regional, nacional e internacional se entrecruzam na produção do espaço urbano: das decisões geopolíticas e econômicas que precipitam a crise na Venezuela às políticas brasileiras de acolhimento e interiorização; dos relatórios e estatísticas federais aos serviços municipais de assistência social; das rotas de Pacaraima e Boa Vista aos bairros periféricos da capital sul-mato-grossense. A migração venezuelana, ao se somar às camadas migratórias anteriores, reforça a leitura de Campo Grande como cidade construída por mobilidades e fronteiras sucessivas, tornando-a um caso interessante para compreender as relações entre migração, refúgio, políticas públicas e produção do espaço no Brasil contemporâneo.

Diante da consolidação de Campo Grande como um nó estratégico nas rotas transnacionais de migração Sul-Sul, torna-se evidente que a centralidade logística e a recepção dos fluxos da interiorização, embora fundamentais, não garantem a efetiva territorialização dos sujeitos migrantes. A complexidade desse deslocamento, marcado pela vulnerabilidade e pela urgência da sobrevivência, revela as limitações da estrutura estatal em

prover, isoladamente, um acolhimento que contemple as dimensões subjetivas e cidadãs da integração. É nessa lacuna entre a macroestrutura da “migração dirigida” federal e a realidade cotidiana local que emergem protagonistas decisivos: as redes de solidariedade, o associativismo migrante e as instituições de ensino.

O subcapítulo a seguir dedica-se, portanto, a analisar a atuação desses atores sociais, com destaque para a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e o programa UEMS Acolhe, demonstrando como a organização comunitária e a extensão universitária atuam como mediadores importantes para transformar o espaço de circulação em um território de direitos e pertencimento.

4.3 ENTRE O ACOLHIMENTO E A CIDADANIA: ATORES SOCIAIS NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS VENEZUELANOS

A consolidação de Campo Grande como um nó estratégico na rede de migração dirigida, discutida anteriormente, impõe desafios que ultrapassam a capacidade logística da Operação Acolhida. Ao desembarcarem na capital sul-mato-grossense, os migrantes venezuelanos deparam-se com a necessidade imediata de reconstruir suas vidas cotidianas, um processo que exige a transição da condição de "beneficiário de uma política federal" para a de sujeito ativo em um novo território. Nesse contexto, a territorialização efetiva — entendida aqui não apenas como a ocupação física do espaço, mas como a apropriação simbólica e o acesso a direitos — depende fundamentalmente da atuação de uma rede de atores sociais que atua nas lacunas deixadas pelo Estado.

Este subcapítulo dedica-se a analisar o papel dessas redes de solidariedade e instituições locais no acolhimento e na integração. Diferentemente da abordagem puramente logística, esses atores operam na mediação cultural, linguística e laboral, facilitando o enraizamento dos recém-chegados.

Neste sentido, examinaremos a trajetória da Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) criada a partir da auto-organização espontânea em grupos digitais e consolidada como entidade fundamental na governança migratória local. Sua atuação, que culminou na parceria institucionalizada com a Superintendência Regional do Trabalho, na "Sala do Imigrante", que será apresentada posteriormente, demonstra como a comunidade venezuelana atua para garantir a cidadania de seus compatriotas.

Na sequência, será abordada a atuação da universidade pública através do programa UEMS Acolhe. Esta iniciativa destaca-se por promover o "acolhimento linguístico" e

educacional, reconhecendo que o domínio do idioma português é uma ferramenta central para a autonomia e inserção qualificada no mercado de trabalho.

4.3.1 A Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG): Redes de Solidariedade e a Gestão das Migrações Dirigidas

Para compreender a atuação e a trajetória desta instituição, foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados uma entrevista com roteiro semiestruturado. A interlocução ocorreu no mês de maio de 2025, nas dependências da "Sala do Imigrante", espaço situado no interior da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Campo Grande (figura 15). O diálogo com a Presidente da AVCG permitiu acessar as nuances do cotidiano da associação, revelando como a organização comunitária responde às lacunas deixadas pelas políticas públicas e atua na mediação de conflitos laborais e burocráticos.

Figura 15: Sala do Imigrante, situada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Campo Grande-MS



Fonte: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ativa-ha-6-meses-sala-do-migrante-ja-atendeu-16-nacionalidades-na/452673/>

A gênese da AVCG remonta ao período entre 2017 e 2018, anterior à sua formalização jurídica. Segundo a Presidente, a organização surgiu de maneira espontânea e informal, articulada através de grupos de WhatsApp. A motivação inicial foi a necessidade urgente de oferecer suporte aos primeiros refugiados trazidos pela organização Fraternidade sem Fronteiras e, posteriormente, pela Operação Acolhida. Essa mobilização inicial ilustra a importância das redes sociais na migração, conforme discutido por Baeninger (2012). Diante da incapacidade do Estado em prover um acolhimento imediato, a própria

comunidade migrante articula a infraestrutura necessária para sua reprodução social.

Paralelamente à institucionalização, a dinâmica de comunicação da comunidade venezuelana mantém-se ativa por meios digitais, exemplificada pela existência do grupo de WhatsApp denominado "*Venezolanos em Campo Grande MS*", criado em abril de 2019 e que permanece ativo até os dias atuais.

Esse espaço virtual funciona como um mecanismo de auto-organização para a solidariedade e sobrevivência. Nele, os imigrantes venezuelanos trocam informações sobre as exigências de documentação para regularização migratória, compartilham vagas de emprego e articulam redes de proteção material, solicitando e organizando doações de alimentos, roupas e móveis para os recém-chegados. Além disso, o grupo atua como um mercado informal para a geração de renda, onde se comercializam itens diversos, com destaque para a culinária típica venezuelana

A infraestrutura pública de Campo Grande mostra-se insuficiente. A Presidente relata que os abrigos disponíveis, como o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante e População de Rua (Cetremi) e o Centro de Apoio aos Migrantes (Cedami), eram percebidos pelas famílias venezuelanas como locais inseguros e inadequados para a permanência de crianças, devido à convivência com usuários de drogas e à falta de salubridade. Essa precariedade forçou a rede de voluntários a improvisar o acolhimento em residências particulares de compatriotas que já estavam estabelecidos na cidade, gerando situações de superlotação, mas garantindo um ambiente de segurança cultural e afetiva.

A transição de um grupo informal para uma pessoa jurídica foi marcada por hesitações. A Presidente relata que, embora incentivada por lideranças locais a formalizar a entidade, havia o temor da responsabilidade administrativa e fiscal diante da escassez de recursos. No entanto, a urgência da crise humanitária impulsionou a decisão, e a AVCG foi oficialmente fundada em 4 de outubro de 2019. Poucos meses após sua fundação, a associação consolidou sua legitimidade política ao atuar na linha de frente durante a pandemia da Covid-19, distribuindo alimentos quando outras instituições recuaram devido ao risco sanitário.

A dinâmica descrita pela Presidente confirma o papel de Campo Grande como uma cidade que integra a rede de migração dirigida, conceito explorado por Lisboa (2021). A entrevistada relata casos de migrantes que chegaram à capital sul-mato-grossense com a promessa de seguir viagem para cidades no Sul do país, como Maringá (PR), mas que, devido à saturação dos abrigos no destino final ou falhas na comunicação entre os pontos da rede,

permaneceram em Campo Grande. Nesse contexto, a cidade deixa de ser apenas um ponto de passagem e torna-se um espaço de reterritorialização involuntária, onde a AVCG atua na tentativa de gerir o fluxo que "transbordou" da logística oficial.

Inicialmente, a entidade operava de forma improvisada em endereços residenciais de voluntários ou espaços emprestados, como o Instituto Brasileiro de Cidadania e Ação Social (IBRACED). O cenário mudou significativamente em 2025, com o estabelecimento de uma parceria inédita com a Superintendência Regional do Trabalho, resultando na ocupação física da "Sala do Imigrante". Essa conquista representou um salto qualitativo: de uma operação doméstica, a associação passou a atender dentro da estrutura do Estado, conferindo oficialidade e dignidade ao processo de acolhimento.

Na "Sala do Imigrante", a AVCG oferece um portfólio de serviços essenciais. O principal deles é a regularização documental, que inclui o agendamento na Polícia Federal, a solicitação de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a emissão da Carteira de Trabalho Digital, além da elaboração de currículos. A Presidente destaca o conceito de "acolhimento linguístico": a barreira do idioma não impede apenas a comunicação cotidiana, mas o acesso a direitos. Na associação, o migrante encontra interlocutores que traduzem não apenas a língua, mas os códigos culturais e jurídicos brasileiros, reduzindo a vulnerabilidade no momento de buscar um serviço ou orientação legal.

A atuação da associação expõe, contudo, as barreiras burocráticas que exemplificam o que Sayad (1998) denomina de "pensamento de Estado". A Presidente relata que migrantes são frequentemente barrados em bancos de empregos públicos (Funsat) ou instituições financeiras porque atendentes exigem documentos que estrangeiros não possuem, como o Título de Eleitor ou o Certificado de Reservista. A burocracia, produz continuamente a "irregularidade" do migrante, mesmo quando este está amparado pela Lei de Migração. A AVCG atua para desmontar essas barreiras, explicando a validade legal do Protocolo de Refúgio e do RNM aos servidores locais.

No campo da inserção laboral, a entrevista oferece um exemplo empírico da abordagem neomarxista de Gaudemar (1977) sobre a mobilidade da força de trabalho. A associação atua como mediadora, recebendo pedidos de empresas e encaminhando trabalhadores. Contudo, a Presidente narra um episódio conflituoso envolvendo um grupo de mulheres contratadas para limpeza pós-obra. Diante da exaustão física e da falta de adaptação às condições intensas do trabalho, muitas abandonaram o serviço, com alegação do empregador que houve prejuízos materiais e danos a equipamentos.

Esse conflito ilustra a tensão capital-trabalho inerente à migração dirigida: para a empresa, o migrante é visto como força de trabalho (mercadoria) que deve gerar valor. A Presidente enfatiza que "não é só buscar e vai trabalhar", defendendo a necessidade de que as empresas compreendam o perfil cultural e as limitações desses sujeitos. A alta rotatividade, portanto, não é apenas uma questão cultural, mas sintoma de uma relação de exploração que busca extrair o máximo do migrante sem oferecer as condições necessárias para sua reprodução social.

Além da exploração da mão de obra braçal, a entrevista confirma o fenômeno do *brain waste* (desperdício de cérebros) apresentado no capítulo 1 (Farivar et al. 2022). A entrevistada relata que muitos venezuelanos chegam com formação universitária, mas acabam inseridos em funções de baixa qualificação devido à burocracia de revalidação de diplomas. O processo de apostilamento²⁰ na Venezuela configura-se como oneroso e de execução complexa, enquanto as exigências das universidades brasileiras muitas vezes inviabilizam o aproveitamento desses profissionais. Na lógica do capitalismo dependente, o país receptor apropria-se da força de trabalho qualificada a baixo custo, subutilizando-a para manter baixos os salários gerais.

Atualmente, a AVCG mantém um cadastro ativo de migrantes em busca de emprego, com uma fila de espera constante que gira em torno de 15 a 20 pessoas, variando conforme a regularização documental. A associação estima que existam cerca de 5.000 venezuelanos residindo em Campo Grande, embora o número possa ser maior dada a mobilidade da população. Para dar conta dessa demanda, a entidade conta com uma equipe reduzida de voluntários, o que representa um desafio constante para a manutenção de suas atividades.

Apesar das dificuldades, a associação busca ampliar seu escopo para além do assistencialismo, promovendo a integração cultural e a saúde mental dos migrantes. Eventos como celebrações comunitárias e o "Dia das Mães" são realizados para fortalecer os laços de solidariedade e oferecer suporte emocional diante dos traumas do deslocamento. A

²⁰ O processo de validade documental para diplomas de nível superior emitidos na Venezuela baseia-se na Convenção da Apostila da Haia (Brasil, 2016), a qual exige que o apostilamento seja realizado obrigatoriamente no país de origem junto ao Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE). Para o trâmite realizado diretamente na Venezuela, o custo por documento é de aproximadamente 0,4 Unidades Tributárias, o que equivale a cerca de US\$ 4,00 a US\$ 10,00, dependendo das taxas estaduais de protocolo (OIM, 2022); contudo, caso o serviço seja solicitado via consulado no exterior, o valor da taxa consular é fixado em US\$ 60,00 por documento (Conselho Nacional de Justiça, 2016). Após o apostilamento, o diploma deve passar por tradução juramentada no Brasil para viabilizar os processos de revalidação ou reconhecimento acadêmico, sendo que documentos correlatos emitidos em território brasileiro possuem taxas de apostilamento que variam entre R\$ 40,00 e R\$ 160,00 conforme a unidade da federação (Conselho Nacional de Justiça, 2016).

Presidente vislumbra, para o futuro, o fortalecimento das parcerias com o setor privado para oferecer cursos de capacitação dentro da própria "Sala do Imigrante", preparando melhor os venezuelanos para a realidade do mercado brasileiro.

Em suma, a Associação Venezuelana em Campo Grande transcendeu sua origem de um grupo de WhatsApp para se tornar um pilar da governança migratória local. Ela preenche algumas lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas estruturadas, traduz a legislação para o migrante e a realidade do migrante para o Estado. A atuação da AVCG demonstra que a territorialização dos venezuelanos em Campo Grande não é um processo passivo, mas uma construção coletiva, onde a auto-organização dos migrantes — operando nas frestas das migrações dirigidas e resistindo ao pensamento de Estado — é a principal ferramenta para transformar a condição de "refugiado" na de cidadão de direitos.

4.3.2 UEMS Acolhe: integração linguística e inserção social

O Programa UEMS Acolhe representa o braço universitário da rede de acolhimento a migrantes e refugiados em Mato Grosso do Sul, com forte presença em Campo Grande. Criado em 2017, o UEMS Acolhe – Programa de Acolhimento Linguístico, Humanitário e Educacional a Migrantes Internacionais – é vinculado à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e tem como objetivos centrais “promover ações de extensão que possibilitem a inserção linguística, humanitária e educacional de migrantes internacionais, em especial a partir do oferecimento de cursos de extensão gratuitos de Português como Língua do Acolhimento” (UEMS, 2025).

Para aprofundar a compreensão sobre a atuação institucional e os desdobramentos práticos desta iniciativa no contexto da governança migratória local, foi realizada uma entrevista, com perguntas semiestruturadas, por meio digital, com o Coordenador do Programa UEMS Acolhe, no mês de fevereiro de 2026. A interlocução permitiu acessar perspectivas empíricas sobre os desafios cotidianos do programa, revelando como a extensão universitária atua na mediação das necessidades emergenciais de integração linguística, educacional e social dessa população.

O eixo linguístico, considerado o "carro-chefe" do programa, fundamenta-se no conceito de "Português como Língua de Acolhimento" (PLAC). Diferente do ensino de língua estrangeira convencional, essa abordagem considera os caracteres de "urgência e afetividade" inerentes à condição migratória (Zottos; Magalhães; Silva, 2022). A língua é ensinada não apenas como um código comunicativo, mas como uma ferramenta de

sobrevivência imediata e de reconstrução de vínculos sociais, permitindo que o sujeito navegue pela burocracia estatal, acesse serviços de saúde e compreenda os códigos culturais locais.

A coordenação do Programa UEMS Acolhe define o PLAC como um princípio filosófico e uma “epistemologia de ensino” voltada para ambientes de migração forçada. O coordenador do programa ressaltou o caráter de extrema urgência dessa abordagem: diferentemente de um curso regular de idiomas que pode durar anos, o migrante internacional precisa de autonomia comunicativa em questão de meses para lidar com desafios cotidianos, como acessar um posto de saúde ou negociar um aluguel.

No eixo educacional, a UEMS destaca-se pelo pioneirismo na implementação de processos seletivos específicos para o ingresso de refugiados e portadores de visto humanitário em seus cursos de graduação. Além do ingresso, o processo para a revalidação de diplomas estrangeiro continua sendo um dos maiores gargalos para a inserção qualificada desses profissionais no Brasil. A burocracia para o reconhecimento de títulos muitas vezes empurra profissionais qualificados para subempregos, e a atuação da universidade busca minimizar essa distorção, facilitando o aproveitamento das competências trazidas por esses sujeitos (Crescencio; Francellino, 2022).

Conforme relatado pelo coordenador do UEMS Acolhe, o processo de revalidação na universidade encontra-se atualmente suspenso devido à necessidade de atualização de normativas internas e à falta de pessoal para trabalhar com o alto volume de demandas, como ocorreu com centenas de pedidos na área de medicina. O gestor destaca que a exigência burocrática de apostilamento de documentos é quase inatingível para migrantes forçados que deixaram um país em colapso, como é o caso dos imigrantes venezuelanos.

O eixo humanitário opera através da articulação de uma rede de parcerias com outras instituições e agentes de acolhimento. Como o programa não dispõe de recursos financeiros diretos para assistência material (compra de alimentos ou remédios), essa rede é vital para oferecer serviços socioassistenciais, orientações jurídicas e suporte psicológico (Magalhães; Silva, 2024). As "Oficinas de Acolhimento" são exemplos de ações transversais que ocorrem nesse eixo, adaptadas às demandas específicas de cada polo de atendimento.

Dados institucionais apontam que, desde o início das atividades, mais de 4.000 migrantes de diversas nacionalidades foram atendidos (UEMS, 2025). Em 2024, o programa contava com a atuação de 188 colaboradores voluntários e mantinha 12 polos ativos em cidades estratégicas como Campo Grande, Dourados, Nova Andradina e Cassilândia,

demonstrando a interiorização das ações de extensão para além da capital (Magalhães; Silva, 2024).

Segundo a coordenação do programa, se em 2017 as turmas eram compostas majoritariamente por haitianos e sírios, a partir de 2022 o agravamento da crise venezuelana refletiu-se diretamente nas salas de aula de Mato Grosso do Sul. A presença venezuelana tornou-se majoritária nos diversos municípios atendidos, representando atualmente cerca de 80% dos alunos. Para além do ensino de línguas, o programa também ramificou suas ações para atender demandas específicas desse público, como o projeto de extensão de corte e costura, voltado para mulheres venezuelanas em Nova Andradina.

Em Campo Grande, a atuação do programa ganhou um contorno estratégico ao estabelecer uma parceria inédita com a Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul. Essa articulação resultou na criação do "Espaço do Saber do Imigrante" dentro das dependências do órgão federal. A iniciativa visa conectar a qualificação linguística com a inserção laboral, aproveitando o fluxo de migrantes que buscam o MTE para a emissão de carteiras de trabalho. Sobre o Espaço do Saber do Imigrante, será abordado de maneira mais detalhada na subseção 4.4.1, onde será apresentada a entrevista com o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego.

A vivência prática desta pesquisa deu-se justamente neste espaço, denominado dentro do Programa UEMS Acolhe como "Polo MTE", onde o pesquisador atuou diretamente como ministrante do curso "Português para Migrantes Internacionais: Módulo Acolhimento", entre março e junho de 2025. As aulas ocorriam semanalmente, às quartas-feiras, no período vespertino, em uma sala estruturada com recursos audiovisuais e climatização.

O perfil da turma atendida neste polo refletiu a diversidade dos fluxos migratórios contemporâneos em Mato Grosso do Sul. O grupo, composto por cerca de 20 alunos, era majoritariamente formado por venezuelanos (52,5%), seguidos por bolivianos, haitianos e outras nacionalidades como colombianos e sudaneses.

A metodologia adotada em sala de aula baseou-se na "aula expositiva dialogada", onde o conhecimento prévio dos estudantes era constantemente valorizado. Diferentemente de uma transmissão passiva de conteúdo gramatical, as atividades buscavam simular situações reais do cotidiano. Um exemplo prático foi a dinâmica de criação de diálogos utilizando expressões de saudação e despedida em contextos de trabalho, conectando o aprendizado da língua diretamente com as possibilidades de geração de renda.

A atuação no Polo MTE também revelou a importância documental do projeto. Para

muitos alunos, a frequência no curso e a obtenção do certificado final não representavam apenas uma conquista acadêmica, mas uma necessidade burocrática. O certificado emitido pela UEMS é frequentemente utilizado como comprovante de integração e residência para processos de regularização migratória junto à Polícia Federal (para obtenção ou renovação do Registro Nacional Migratório - RNM) e para a regularização do CPF na Receita Federal.

Ciente do peso legal deste documento, a coordenação do programa implementou um rigoroso controle acadêmico para evitar que a universidade se torne um mero “cabide de emissão de certificados” para fins de naturalização. Para atender aos dispositivos do Ministério da Justiça, o curso passou de 40 para 60 horas e adotou o formato exclusivamente presencial, detalhando no verso do certificado o histórico de avaliações do aluno. Ainda assim, o coordenador relata situações de tensão em que a Polícia Federal questiona os certificados devido ao caráter emergencial do curso. Nesses casos, o programa orienta imigrantes que estão há muitos anos no país a buscarem o exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)²¹, preservando a credibilidade institucional da UEMS perante os órgãos de controle.

Outro limite prático enfrentado pelo Programa UEMS Acolhe é a dependência de trabalho voluntário. Embora o programa conte com bolsas de extensão, estas são insuficientes para atender à demanda de expansão nos diversos polos do estado. Diante desse gargalo estrutural, o coordenador projeta que a sobrevivência do programa depende de sua descentralização e escalonamento. O objetivo futuro não é apenas ofertar aulas, mas transformar o UEMS Acolhe em um centro de formação de “agentes de acolhimento” espalhados por todo o estado. Essa transição visa garantir que as ações ocorram de forma contínua e independente, consolidando o acolhimento não apenas como um projeto universitário, mas como uma política permanente de integração local.

Portanto, a experiência *in loco* permitiu constatar que o Programa UEMS Acolhe atua como um importante agente de reterritorialização. Desse modo, UEMS Acolhe e AVCG operam de forma complementar: enquanto a associação organiza a base comunitária e articula demandas, o programa universitário oferece suporte técnico, educacional e

²¹ O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame oficial do governo brasileiro para conferir a proficiência em português como língua estrangeira. Desenvolvido e aplicado pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o exame avalia a competência comunicativa do candidato em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. É exigido por instituições de ensino superior para o ingresso em cursos de graduação e pós-graduação, bem como para processos de revalidação de diplomas estrangeiros e registro em conselhos profissionais no Brasil (Brasil, Inep, 2026).

institucional que fortalece a capacidade dos venezuelanos de acessar direitos e disputar posições no espaço urbano campo-grandense.

Contudo, é fundamental problematizar os limites dessas mediações. A efetiva cidadania e a autonomia do sujeito migrante dependem, em última instância, de sua inserção na esfera produtiva, superando a condição de assistido. Entretanto, as atuações institucionais e as redes de solidariedade, por mais relevantes que sejam na mitigação da vulnerabilidade imediata, não dão conta de resolver as contradições estruturais da sociedade do trabalho. A função dessas entidades não deve ser compreendida ou naturalizada apenas como um mecanismo estatal de "preparação" de mão de obra barata para as demandas de acumulação do capital local. Há um descompasso entre o esforço de qualificação promovido por esses atores e a realidade de um mercado que, muitas vezes, busca apenas a força física do migrante, perpetuando a exploração.

É nesse contexto que as tensões entre a força de trabalho disponível e as demandas de acumulação do capital local se acirram, exigindo a intervenção das instituições estatais para garantir que a vaga de emprego se traduza em trabalho decente e não em exploração. O subcapítulo a seguir analisa, portanto, a estrutura do mercado de trabalho em Campo Grande e a atuação dos órgãos públicos na regulação desse complexo encontro entre o trabalhador venezuelano e o empregador sul-mato-grossense.

4.4 MERCADO DE TRABALHO EM CAMPO GRANDE-MS E A INSERÇÃO LABORAL DOS MIGRANTES VENEZUELANOS

A inserção no mercado de trabalho constitui o momento decisivo da territorialização do migrante, no qual a condição de "acolhido" cede lugar à de "trabalhador", expondo o sujeito às dinâmicas reais de exploração e sobrevivência no capitalismo periférico. Em Campo Grande, esse processo é atravessado por uma contradição estrutural: de um lado, há setores econômicos que demandam intensivamente essa força de trabalho; de outro, persistem barreiras burocráticas e sociais que expõem o migrante à subutilização de suas capacidades. Esse fenômeno, conhecido como *brain waste* (desperdício de cérebros), não é uma exclusividade local, mas reflete um gargalo nacional, no qual a complexidade dos regimes de revalidação de diplomas impede que refugiados qualificados exerçam suas profissões, empurrando-os para postos de baixa remuneração e alta rotatividade.

Nesse contexto, a atuação do Estado revela-se heterogênea e complexa, operando ora como facilitador do encontro entre capital e trabalho, ora como fiscalizador das condições

de humanidade desse labor. As seções a seguir dedicam-se a desvelar essa governança migratória local. Inicialmente analisa-se a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, através de ações como a "Sala do Imigrante" e parcerias com o setor industrial, busca transformar o fluxo migratório em força de trabalho estratégica para o desenvolvimento regional, conectando a necessidade de sobrevivência do migrante à demanda das empresas.

Em contraponto, será examinado o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT), cuja vigilância recai sobre as vulnerabilidades da modalidade "Vaga de Emprego Sinalizada" (VES) e o combate ao trabalho análogo à escravidão e à discriminação. A atuação do órgão reflete as diretrizes debatidas na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), que priorizou propostas para garantir a promoção do trabalho decente e a fiscalização contra a xenofobia no ambiente laboral. Por fim, discute-se a capilaridade da Fundação Social do Trabalho (Funsat) na intermediação municipal entre os trabalhadores venezuelanos e as empresas de âmbito local e as trajetórias concretas dos venezuelanos revelando como, na prática, se dá a reterritorialização através do trabalho em território campo-grandense.

4.4.1 Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego

Para compreender a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na governança migratória local, foi realizada uma entrevista com perguntas semiestruturadas com o Superintendente Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul, em maio de 2025. A interlocução ocorreu nas dependências da Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul, permitindo uma análise *in loco* das estratégias adotadas pelo órgão. A narrativa do gestor revela as dinâmicas teóricas discutidas no primeiro capítulo: o papel do Estado na organização da mobilidade do trabalho para atender às demandas de acumulação do capital, transformando a crise humanitária em insumo para o desenvolvimento regional.

A gênese da atual política da Superintendência parte de um diagnóstico visual que ilustra o conceito de "população excedente" (Becker, 1997) ou "exército industrial de reserva" (Marx, 2013). O Superintendente relata que sua motivação para intervir não surgiu de uma diretriz burocrática, mas de uma experiência vivenciada durante o evento "Dia do Imigrante", realizado na Estação Ferroviária. Na ocasião, o gestor deparou-se com famílias venezuelanas e crianças que não tinham o que comer no horário do almoço, precisando custear as refeições com recursos próprios juntamente com uma juíza do trabalho. Para ele,

havia um "paradoxo" inaceitável: a visível miséria nas ruas contrastava com os dados macroeconômicos que indicavam uma situação de "pleno emprego" no estado, impulsionada por grandes investimentos industriais.

Essa leitura conecta-se diretamente à abordagem neomarxista de Gaudemar (1977), O Estado, representado aqui pelo MTE, percebe a disfuncionalidade de ter uma força de trabalho ociosa (os migrantes nos semáforos) enquanto o capital (as indústrias e empresas de serviços e comércios) pede por trabalhadores. A intervenção do MTE, portanto, não é apenas assistencial, mas funcional à economia: o objetivo declarado pelo Superintendente é "conectar esses dois mundos", transformando a massa de imigrantes excluídos em força produtiva formal.

A estratégia relatada pelo gestor reflete a lógica apontada por Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), na qual a gestão humanitária do fluxo serve também para organizar a força de trabalho. Ao tratar o venezuelano sob a ótica do acolhimento, o Estado facilita sua inserção em setores econômicos que demandam mão de obra intensiva e barata, transformando a crise humanitária em uma funcionalidade para o capital local. Assim, a "migração dirigida" cumpre seu papel de alocar o exército industrial de reserva exatamente onde a indústria necessita, reduzindo custos de recrutamento e seleção para as empresas.

Diferentemente do Ministério Público do Trabalho, que atua na esfera judicial, a Superintendência exerce o papel de "polícia administrativa". Contudo, o Superintendente enfatiza que, diante da crise venezuelana, o órgão precisou transcender a fiscalização punitiva. Adotou-se uma postura de mediação ativa, fundamentada na constatação de que "o empresário, quando pensa, busca solução para não perder a mão de obra". Essa fala evidencia como a gestão migratória local se alinha à lógica das migrações dirigidas: não se trata apenas de acolher, mas de canalizar fluxos para setores econômicos específicos.

A materialização dessa estratégia, de acordo com o Superintendente, é a "Sala do Imigrante". Para tanto foi necessário articular uma rede de governança que envolve a Polícia Federal (documentação), a Receita Federal (para a emissão do CPF) e a sociedade civil. A parceria com a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) foi estratégica: ao trazer a presidente da associação para atuar dentro do órgão público, o MTE instituiu o que o entrevistado chama de "acolhimento linguístico". Isso rompe a barreira cultural que muitas vezes impede o migrante de acessar o mercado, tornando a força de trabalho "disponível" mais rapidamente.

A relação com o capital industrial é explícita na entrevista. O Superintendente

menciona reuniões no Conselho do “Sistema S”²² (SESI/SENAI) onde empresários do ramo industrial relatavam estar "desesperados" por mão de obra. Ele cita nominalmente grandes projetos de celulose (como a Suzano) e a indústria frigorífica como setores que pressionam por trabalhadores, chegando ao ponto de cogitarem "criar alojamentos" para viabilizar as contratações.

Para facilitar a inserção no mercado de trabalho, foi criado o "Espaço do Saber do Imigrante" (Figura 16), um espaço de qualificação dentro da própria Superintendência. A lógica descrita pelo entrevistado é a de um "curso de recrutamento": as empresas utilizam o espaço para treinar o migrante especificamente para a função que necessitam. Isso reflete a adaptação da força de trabalho às exigências imediatas da produção, reduzindo os custos de formação para as empresas e acelerando a entrada do migrante no ciclo produtivo, uma característica central da exploração do trabalho migrante analisada por Sayad (1998).

Figura 16: Espaço do Saber do Imigrante



Fonte: Autor (2025).

No entanto, a entrevista revela as contradições desse processo, alinhadas à precarização discutida na teoria neomarxista. O Superintendente reconhece que existe uma alta rotatividade de mão de obra imigrante. Ele, aponta para causas estruturais: os baixos salários praticados e a ausência de benefícios sociais. "Não é possível que alguém queira

²² “As instituições corporativas que compõem o Sistema S em Mato Grosso do Sul: Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesi (Serviço Social da Indústria), Sesc (Serviço Social do Comércio), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Sest (Serviço Social do Transporte), Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo)”. SISTEMA FAMASUL. **Sistema S cria grupo de trabalho para alinhar ações estratégicas**. Campo Grande, 2017. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/sistema-s-cria-grupo-de-trabalho-para-alinhar-acoes-estrategicas>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

viver de benefício", argumenta ele, sugerindo que a informalidade ou a dependência de auxílios muitas vezes complementa uma renda salarial insuficiente para a sobrevivência digna na capital.

Essa observação corrobora a análise de que a inserção laboral do migrante no Sul Global ocorre, frequentemente, em estratos de superexploração. Mesmo com a mediação do Estado para garantir a formalidade, como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada, a remuneração oferecida muitas vezes não cobre o custo de reprodução da força de trabalho (aluguel, alimentação, cuidado dos filhos e saúde), gerando a instabilidade que o empresariado lamenta.

O conceito de migração dirigida ganha contornos ainda mais nítidos quando o Superintendente detalha seus planos futuros. Ele menciona tratativas com as Forças Armadas para utilizar a estrutura militar no treinamento de migrantes que chegam via Operação Acolhida, visando que eles "já saiam de lá empregados", inclusive com carteira de habilitação categoria D para trabalharem no setor de transportes. Essa engenharia institucional demonstra como o Estado brasileiro busca refinar a gestão do fluxo, tentando eliminar o tempo de ociosidade entre a chegada do migrante e sua inserção no mercado de trabalho.

Outro ponto importante abordado é o desperdício de capital humano. O Superintendente lamenta a burocracia que impede a validação de diplomas, citando o caso de médicos e engenheiros venezuelanos subutilizados em funções braçais. Ele reconhece que isso foge à sua competência direta, mas destaca que a "Sala do Imigrante" tenta mitigar esse processo ao dialogar com universidades, como a UEMS e UFMS, para buscar caminhos de revalidação, tentando elevar o valor de troca dessa força de trabalho no mercado local.

A atuação do MTE também busca combater a informalidade e a exploração extrema. Embora o Superintendente afirme não haver registros de trabalho análogo à escravidão especificamente com venezuelanos, ele destaca que a fiscalização atua para orientar o empresariado de que a legislação trabalhista se aplica integralmente a estrangeiros.

Por fim, a análise da fala do Superintendente confirma que a inserção laboral dos venezuelanos em Mato Grosso do Sul não é um processo espontâneo de "mão invisível", mas uma construção política deliberada. Ao articular a Operação Acolhida (federal) com as demandas da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), o MTE em Campo Grande operacionaliza a migração Sul-Sul como uma estratégia de desenvolvimento, onde o trabalhador migrante é a peça-chave que permite a expansão de

setores como celulose e frigoríficos, validando a ideia de que, no capitalismo periférico, a migração é, antes de tudo, mobilidade da força de trabalho gerida pelo Estado. A seguir, será discutida a atuação do Ministério Público do Trabalho em relação aos trabalhadores imigrantes.

4.4.2 Atuação do Ministério Público do Trabalho

O Ministério Público do Trabalho (MPT) constitui um ramo do Ministério Público da União com a atribuição constitucional de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e defender os direitos sociais coletivos e individuais indisponíveis dos trabalhadores. Diferentemente da atuação judicial focada em demandas individuais, o MPT concentra-se na regularização do meio ambiente de trabalho e no combate a fraudes sistêmicas, atuando tanto judicialmente, por meio de Ações Cíveis Públicas, quanto extrajudicialmente, através de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e recomendações jurídicas. Em Mato Grosso do Sul, a Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região desempenha um papel central na mediação dos conflitos gerados pelas novas dinâmicas econômicas, buscando equilibrar a assimetria de poder entre o capital e a força de trabalho vulnerável (Brasil, 2026).

Para aprofundar a compreensão sobre a aplicação dessa tutela jurídica no contexto migratório local, foi realizada uma entrevista, com perguntas semiestruturadas, por meio digital (Microsoft Teams) com a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, em outubro de 2025. A narrativa da Procuradora corrobora com a perspectiva neomarxista apresentada no primeiro capítulo: o migrante, desterritorializado e destituído de proteção social imediata, tende a ser absorvido pelo mercado como força de trabalho barata, exigindo a intervenção do Estado para frear a mercantilização absoluta de sua vida.

A atuação do MPT, segundo a entrevistada, ganha contornos específicos a partir de 2018, com o início da interiorização via Operação Acolhida. A Procuradora relata sua experiência progressiva em Dourados, município que serviu como um laboratório inicial para entender os impactos da chegada massiva de migrantes. Ela descreve um cenário onde o acompanhamento logístico das aeronaves da Força Aérea Brasileira contrastava com a desorganização subsequente na inserção laboral local, evidenciando as primeiras fissuras do modelo de gestão migratória.

Esse cenário conecta-se diretamente à crítica de Gaudemar (1977) sobre a "mobilidade forçada". Embora a Operação Acolhida seja apresentada como humanitária, ela

operacionaliza o deslocamento de uma força de trabalho excedente do Norte do país para o Centro-Sul, onde o capital demanda força de trabalho. Contudo, a entrevista revela que essa "gestão" da mobilidade muitas vezes falha em garantir a reprodução social do trabalhador no destino, expondo-o a riscos imediatos de exploração assim que a tutela militar do transporte se encerra e a relação com o empregador privado começa.

O ponto crucial da entrevista reside na análise crítica da modalidade "Vaga de Emprego Sinalizada" (VES), discutida no Capítulo 3 como um pilar da migração dirigida. Teoricamente, essa modalidade deveria garantir uma inserção segura e planejada, onde o migrante já sai de Roraima com o contrato garantido. A Procuradora destaca que, embora as vagas existissem e o deslocamento ocorresse, muitas vezes as empresas "não organizavam os trabalhadores" ou falhavam em cumprir direitos básicos logo após a contratação.

Essa desconexão entre o planejamento federal e a execução local demonstra que a migração dirigida, no contexto do capitalismo periférico, corre o risco de funcionar apenas como um mecanismo logístico de abastecimento de força de trabalho migrante para setores econômicos. A política humanitária, ao focar na métrica da "interiorização" (número de migrantes e refugiados deslocados), muitas vezes negligencia a qualidade da integração

A respeito da questão habitacional, a entrevistada relata o surgimento de "residências coletivas", locais onde grandes grupos de trabalhadores, muitas vezes agenciados pelas próprias empresas, especialmente frigoríficos e construtoras, eram alocados em condições de superlotação e precariedade. Essas moradias improvisadas tornaram-se focos de problemas que transcendiam a esfera trabalhista, gerando conflitos internos e situações de insalubridade.

Aqui, é fundamental evocar o conceito de territorialização de Haesbaert (2004). Para o autor, territorializar-se não é apenas ocupar um espaço físico, mas exercer controle sobre as condições de vida e construir vínculos de dignidade. Quando a indústria importa a mão de obra venezuelana via Operação Acolhida, mas a confina em alojamentos precários, ela bloqueia o processo de territorialização efetiva. O migrante não se torna um cidadão do novo território; ele permanece em uma condição de "acampado" funcional à produção, vivendo uma desterritorialização contínua mesmo estando empregado formalmente.

Os setores econômicos identificados pela Procuradora como focos de maior incidência de violações trabalhistas são a construção civil e a indústria de frigoríficos além das atividades informais. Na construção civil, a informalidade e a falta de segurança são recorrentes; nos frigoríficos, a intensidade do ritmo de trabalho e as condições insalubres,

muitas vezes rejeitadas pela mão de obra nacional, são absorvidas pelos migrantes venezuelanos.

Essa dinâmica exemplifica a teoria do mercado de trabalho dual, de Piore (1979). Os venezuelanos são canalizados para o mercado secundário, caracterizado por baixos salários, instabilidade e condições penosas. A Procuradora observa que, no primeiro momento, os migrantes tendem a aceitar qualquer condição para garantir o sustento, submetendo-se a situações de exploração. Essa "docilidade forçada" não é cultural, mas estrutural: é a materialização do conceito marxista de "exército industrial de reserva". O capital se aproveita do desespero e da desterritorialização para impor condições que violam a legislação brasileira.

O fenômeno do *brain waste* (desperdício de cérebros), citado no capítulo 1, também apareceu na fala da Procuradora, oferecendo uma camada adicional à análise da divisão internacional do trabalho. Ela relata ter presenciado a chegada de enfermeiros, médicos e outros profissionais qualificados que, impedidos pela burocracia de revalidação de diplomas ou pela urgência da sobrevivência, foram inseridos em linhas de produção de frigoríficos ou canteiros de obras.

Outra questão é a vulnerabilidade jurídica dos imigrantes venezuelanos, que é agravada pelo desconhecimento da legislação trabalhista brasileira. A Procuradora destaca que muitos venezuelanos desconhecem direitos básicos como o 13º salário, férias remuneradas ou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pois a matriz legal de seu país é diferente. Em casos de demissão sem justa causa, essa situação é frequentemente instrumentalizada por maus empregadores para pagar verbas rescisórias inferiores às devidas por lei. Aqui, o MPT assume um papel importante, atuando para "traduzir" os direitos e empoderar o trabalhador migrante.

A xenofobia é identificada pela Procuradora como um vetor que agrava a exploração. A discriminação funciona como uma ferramenta de controle laboral: ao estigmatizar o venezuelano como "inferior", legitima-se socialmente a sua exploração, segregando-os em nichos laborais específicos.

Para enfrentar esses desafios complexos, o MPT tem investido em ações práticas de articulação interinstitucional, saindo da atuação burocrática e de gabinete. Um exemplo dessa estratégia são os mutirões de cidadania, como o "Dia D de Atendimento a Imigrantes e Refugiados", realizados em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho, a Fundação Social do Trabalho (Funsat) e entidades da sociedade civil (Brasil, 2023).

Nessas ações coletivas, o MPT atua muitas vezes em espaços públicos ou sedes de parceiros, oferecendo em um único dia a orientação jurídica, o recebimento de denúncias e a articulação para a emissão de documentos.

A articulação com a sociedade civil é descrita pela Procuradora como fundamental para o sucesso dessas ações. Ela cita a importância de lideranças comunitárias, como a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e a Associação Haitiana-Brasileira em Campo Grande, e a colaboração com universidades públicas, como UEMS e UFMS, para fazer com que a informação chegue à base. Essa governança em rede permite que denúncias de abusos em "residências coletivas" ou em canteiros de obras cheguem ao conhecimento dos procuradores, superando a barreira do medo e da língua que muitas vezes impede o acesso à justiça formal.

A atuação do MPT revela, portanto, que a formalização do vínculo empregatício é apenas o primeiro passo. A fiscalização contínua das condições ambientais de trabalho (saúde, segurança, ergonomia) torna-se crucial para evitar que o corpo do trabalhador migrante seja consumido exaustivamente. A Procuradora reforça que, sem essa vigilância, a vantagem competitiva do migrante — sua disponibilidade — transforma-se em motor de precarização geral das condições de trabalho.

Em suma, a análise da fala da Procuradora confirma que a inserção laboral dos venezuelanos em Mato Grosso do Sul ocorre sob o signo da contradição. A migração dirigida é eficaz na logística de transporte (Operação Acolhida), mas apresenta falhas estruturais na "aterrissagem" local, onde o capital busca extrair o máximo valor dessa força de trabalho móvel, muitas vezes negligenciando suas condições de moradia e vida.

Conclui-se, a partir da entrevista, que a "cidadania laboral" dos venezuelanos em Campo Grande ainda é um projeto em construção. A tensão entre a necessidade de sobrevivência do migrante e a lógica de acumulação das empresas cria um campo de disputas onde instituições como o MPT são vitais para impedir que o "trabalho decente" se torne apenas uma retórica jurídica distante da realidade do chão de fábrica.

4.4.3 Atuação da Fundação Social do Trabalho (Funsat)

A Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat) integra o sistema público de emprego, atuando como o braço municipal da intermediação de mão de obra. Diferentemente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que possui função de fiscalização e ordenamento jurídico, ou do Ministério Público do Trabalho (MPT), que atua

na tutela de direitos coletivos, a Funsat opera na ponta operacional do encontro entre a oferta de trabalho e a demanda do capital local. A análise de sua atuação revela como a governança migratória se materializa no cotidiano da cidade, conectando a política de assistência social à lógica de mercado e gerenciando a inserção de uma força de trabalho que chega ao município, em sua maioria, desprovida de garantias prévias.

Para compreender a dinâmica dessa inserção, foram ouvidos, em entrevista realizada na sede da Fundação, o Diretor Presidente, o Diretor Executivo Adjunto e a Coordenadora do Programa de Inclusão ao Mercado de Trabalho (PRIMT). Os relatos corroboram a percepção de que a chegada dos venezuelanos, intensificada a partir de 2016-2017, alterou a paisagem laboral da capital sul-mato-grossense. Mato Grosso do Sul, figurando como o quinto estado que mais recebeu migrantes venezuelanos no Brasil, sentiu o impacto desse fluxo diretamente no balcão de atendimento da agência pública, exigindo adaptações institucionais.

. Ao serem questionados sobre a modalidade da Operação Acolhida denominada "Vaga de Emprego Sinalizada" (VES), na qual o imigrante já sairia da fronteira com um posto de trabalho garantido no destino, os gestores relataram desconhecer a aplicação prática dessa modalidade no âmbito da Funsat. O Diretor Presidente afirmou categoricamente que o atendimento ocorre de maneira "presencial mesmo", ou seja, apenas quando o imigrante já se encontra fisicamente no território de Campo Grande. Essa constatação expõe uma fratura na continuidade da política de interiorização federal. Embora a União planeje a distribuição logística dos migrantes, a "aterrissagem" no município ocorre, muitas vezes, sem a garantia prévia do emprego.

Sem a proteção da vaga sinalizada, a inserção desses venezuelanos ocorre majoritariamente em setores que demandam força de trabalho intensiva. Segundo o Diretor Presidente da Funsat, cerca de 60% a 70% das vagas abertas destinam-se ao comércio e ao setor de serviços, com foco em funções do piso operacional, como repositor, ajudante de carga e conferente. O perfil dessas vagas caracteriza-se pela oferta de remuneração baseada no "salário comercial"²³ ou mínimo, muitas vezes insuficiente para a manutenção de famílias

²³ Em 2026, o salário mínimo nacional foi fixado em R\$ 1.621,00, conforme o Decreto nº 12.797/2025, representando um reajuste baseado na política de valorização que combina o índice de inflação (INPC) e o crescimento do PIB (Brasil, 2025). No âmbito municipal, o setor comercial de Campo Grande-MS opera sob pisos salariais distintos estabelecidos por convenção coletiva. Para o período de 2025/2026, o salário normativo para "Empregados em Geral" no comércio varejista foi reajustado para R\$ 1.960,00 (Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande, 2025).

numerosas que precisam arcar com custos de aluguel e alimentação.

A entrevista evidencia a teoria marxista do "exército industrial de reserva"(Marx, 2013) discutida no primeiro capítulo. O Diretor Presidente aponta uma "mudança cultural" na cidade, onde a força de trabalho local demonstra resistência a ocupar vagas no comércio que exijam trabalho aos finais de semana ou no período noturno, priorizando a qualidade de vida e o convívio familiar. Esse vácuo deixado pelos trabalhadores nativos é preenchido pelos imigrantes venezuelanos, cuja situação de "vulnerabilidade muito alta" atua como um fator de disciplina laboral, compelindo-os a aceitar jornadas e salários rejeitados pela mão de obra local.

Essa dinâmica exemplifica o pensamento de Gaudemar (1977) sobre a mobilidade do trabalho: o migrante não se desloca apenas por vontade própria, mas é absorvido pelo mercado justamente por sua disponibilidade total e necessidade urgente de sobrevivência. A Funsat, nesse contexto, atua na gestão desse fluxo, direcionando essa mão de obra para as grandes redes de supermercados e atacadistas que operam na cidade, como o Grupo Pereira, Assaí e Atacadão, setores caracterizados pela alta rotatividade e pela demanda constante por reposição de pessoal. A entrevista revela a existência de um ciclo de circularidade laboral entre essas grandes redes, onde os trabalhadores — imigrantes e nacionais — migram de uma empresa para outra em busca de planos de carreira ligeiramente melhores ou benefícios agregados, mantendo-se, contudo, presos à instabilidade estrutural do setor de serviços.

A Coordenadora do PRIMT destaca que, diferentemente do fluxo haitiano, que aceitava vagas com remuneração menor visando crescimento a longo prazo, o venezuelano enfrenta uma barreira adicional devido à extrema vulnerabilidade e à necessidade de enviar remessas para a família na Venezuela.

A qualificação profissional progressa é outro aspecto central que emerge da entrevista. Relata-se a presença significativa de profissionais com nível superior, incluindo engenheiros de petróleo, que, devido à impossibilidade de revalidação imediata de diplomas e à incompatibilidade com a matriz econômica local, são inseridos em vagas operacionais de base.

No entanto, a Funsat não atua apenas como intermediadora de mão de obra para o capital privado, mas também como executora de políticas públicas de inclusão. Destaca-se o Programa de Inclusão ao Mercado de Trabalho (PRIMT), que se configura como uma estratégia de "emprego protegido". Conforme o Edital Funsat n. 01/2026-01, publicado no Diário Oficial de Campo Grande n. 8.192 de 16 de janeiro de 2026 (Campo Grande, 2026,

p. 9 e 10), o programa visa cadastrar trabalhadores desempregados para a execução de serviços de interesse da administração pública municipal, com caráter temporário e emergencial.

O PRIMT reserva, de acordo com o edital (Campo Grande, 2026, p. 9 e 10), uma cota de 5% das vagas especificamente para "pessoas imigrantes, incluídas refugiadas e solicitantes de refúgio". Essa ação afirmativa reconhece a dificuldade estrutural de inserção desse grupo no mercado formal imediato. As atividades previstas incluem limpeza, conservação de praças, roçada, obras de canalização e, de forma notável, a função de "auxiliar de intérprete de espanhol", o que demonstra uma adaptação da política pública às competências linguísticas específicas dessa população, transformando a barreira do idioma em uma ferramenta de trabalho.

Para a inscrição e contratação no PRIMT, o município adotou um "rito simplificado" para os imigrantes, flexibilizando as exigências burocráticas que costumam barrar a entrada no mercado formal privado. Segundo o edital (Campo Grande, 2026, p. 9 e 10) e a confirmação do Diretor Presidente, aceitam-se o documento de identificação do país de origem, protocolo de refúgio ou autorização provisória de residência, além do CPF e comprovante de endereço, mesmo que sejam declarações firmadas perante órgão público. Essa medida mitiga a barreira documental apontada pela Coordenadora como um entrave rígido no sistema e-Social das empresas privadas.

O programa oferece uma bolsa-auxílio mensal no valor de um salário-mínimo, além de alimentação, cesta básica e transporte. O contrato tem duração de seis meses, renováveis até o limite máximo de 24 meses. A contrapartida exigida é a qualificação: o beneficiário deve participar de cursos de capacitação profissional e social a cada seis meses. Na entrevista, foi ressaltado que essa exigência conecta o PRIMT à parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), encaminhando os imigrantes para o curso de português como língua de acolhimento, visando prepará-los para uma futura inserção no mercado formal definitivo.

Durante a entrevista, a parceria entre a FUNSAT e o Programa UEMS Acolhe foi destacada como um mecanismo fundamental para a integração sociolinguística dos imigrantes. Desde o segundo semestre de 2025 a Funsat tornou-se um polo de atendimento do Programa UEMS Acolhe, sendo confirmado pelo Diretor Presidente, a continuidade para o ano de 2026.

A rotatividade (*turnover*), contudo, permanece como um desafio estrutural na

inserção privada. O Diretor Presidente observa que os candidatos circulam entre as grandes redes de supermercados em busca de benefícios marginais melhores. Já o Diretor Executivo Adjunto oferece uma análise sociológica mais profunda, alinhada ao conceito de desterritorialização (Haesbaert, 2004). Para ele, o imigrante sofre um "duplo esforço": precisa adaptar-se à cultura organizacional da empresa e, simultaneamente, à nova cultura do país e da cidade.

Apesar das dificuldades, a Funsat observa uma evolução positiva na paisagem urbana. O Diretor Presidente relata uma diminuição visível de migrantes nos semáforos, atribuindo isso à eficácia de programas de qualificação e à inserção crescente no mercado. A transição da mendicância para o trabalho, seja ele protegido (PRIMT) ou formal (comércio), representa a passagem da exclusão total para uma inclusão, ainda que precária, na base da pirâmide produtiva local.

A distribuição espacial dos venezuelanos na cidade também reflete esse processo de integração. Se inicialmente havia uma concentração em bairros específicos, hoje a percepção da Coordenadora é de uma dispersão por todas as sete regiões urbanas de Campo Grande. Este fato é percebido pela presença de imigrantes venezuelanos nas diversas ações itinerantes promovidas nos bairros de Campo Grande. Esse dado sugere um processo de reterritorialização em curso, onde os migrantes deixam de ser um grupo segregado para se integrarem ao tecido urbano, reconfigurando a geografia social da capital.

Na entrevista, o Diretor Executivo Adjunto detalhou que a estrutura da Funsat se sustenta em três eixos estratégicos de atendimento: a intermediação de mão de obra (captação de vagas); a qualificação profissional, operacionalizada pela escola da fundação que oferece cursos de capacitação; e o Programa de Inclusão ao Mercado de Trabalho (PRIMT), que atua como uma política de emprego protegido temporário em órgãos municipais. O diretor enfatizou que a população imigrante é atendida em todas essas frentes, citando como exemplo prático de inclusão institucional a presença de um colaborador venezuelano no próprio quadro funcional da fundação.

A Funsat desempenha um papel crucial na territorialização dos venezuelanos em Campo Grande. Diante da ausência prática da "Vaga de Emprego Sinalizada" federal, o órgão municipal assume a responsabilidade de gerir o contingente que chega ao município de Campo Grande, utilizando instrumentos próprios para integrar esses trabalhadores. A "mudança de cultura" mencionada pelos entrevistados não é apenas dos brasileiros que aceitam os imigrantes, mas dos próprios venezuelanos, que passam a integrar a economia da

cidade, reconfigurando sua identidade e seu lugar no mundo do trabalho.

Conclui-se, portanto, que a inserção laboral em Campo Grande não ocorre de forma isolada, mas através de uma rede articulada de governança onde a Funsat desempenha o papel estratégico de gestora local da migração dirigida. A atuação da fundação deve ser compreendida em complementaridade aos demais atores sociais analisados anteriormente. Enquanto o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) opera na macroestrutura, criando as "pontes" institucionais com a indústria e gerindo a "Sala do Imigrante", o Ministério Público do Trabalho (MPT) exerce a tutela jurídica contra a superexploração e a xenofobia, e a Funsat assume o atendimento cotidiano "de balcão". Ao dialogar com a base comunitária organizada pela Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e integrar a qualificação linguística do Programa UEMS Acolhe, a fundação instrumentaliza o migrante para ocupar os postos de trabalho que o mercado local, especialmente os setores de comércio e serviços, necessita preencher.

Dessa forma, a Funsat materializa empiricamente a gestão da "mobilidade do trabalho" teorizada por Gaudemar (1977): ela organiza o "exército industrial de reserva" (Marx, 2013) que chega ao território de Campo Grande, oferecendo-lhe, através da intermediação direta com as empresas e o PRIMT, a transição da vulnerabilidade extrema para a disciplina do trabalho formal e assalariado. Sem essa mediação local, a política federal de migração dirigida correria o risco de apenas deslocar geograficamente a exclusão social, sem garantir a efetiva territorialização produtiva desses sujeitos em Campo Grande.

4.4.4 Trajetórias de trabalho e (re)territorialização dos venezuelanos em Campo Grande-MS

A análise da inserção no mercado de trabalho formal dos venezuelanos em Campo Grande exige um olhar multiescalar para compreender como o conceito de "mobilidade forçada", proposta por Gaudemar (1977), materializa-se no território. Para a construção do panorama estatístico apresentado nesta seção, recorreu-se à análise dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fontes oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A metodologia adotou um recorte longitudinal, compreendendo o período dos anos de 2018 a 2025, intervalo que coincide com a institucionalização da Operação Acolhida e a intensificação do fluxo migratório. Para mensurar com precisão o estoque de força de trabalho formalmente inserida, utilizou-se como filtro a variável "Vínculos Ativos em 31 de

dezembro" de cada ano-base, excluindo a rotatividade sazonal. A sistematização obedeceu a uma abordagem multiescalar: Nacional, Estadual, Municipal — e setorial (CNAE 2.0²⁴).

Os números não apenas quantificam, mas revelam a cristalização de uma divisão territorial do trabalho gerida pelo Estado e apropriada pelo capital, validando a hipótese da "migração dirigida", conceituada por Baeninger (et al. 2021).

Ao observarmos o panorama nacional de vínculos ativos de venezuelanos em 31 de dezembro de 2024 (último ano disponível na base de dados), nota-se que a política de interiorização não dispersou aleatoriamente os migrantes, mas os canalizou para os polos dinâmicos do capitalismo brasileiro, especificamente para as regiões Sul, Sudeste e para a fronteira agroindustrial do Centro-Oeste. A Tabela 2, a seguir, apresenta um panorama geral da distribuição dos vínculos formais ativos, de trabalhadores de nacionalidade venezuelana, por Unidade da Federação, com base no ano de 2024:

Tabela 2 – Distribuição dos vínculos formais ativos de venezuelanos por Unidade da Federação (2024)

Ranking	Unidade da Federação (UF)	Total de Vínculos	% do Total Nacional	Característica do Mercado Receptor
1º	Santa Catarina	49.775	29,1%	Agroindústria e Indústria de Transformação
2º	Paraná	35.411	20,7%	Agroindústria e Serviços
3º	Rio Grande do Sul	23.647	13,8%	Indústria e Serviços
4º	São Paulo	17.084	10,0%	Serviços e Indústria Diversificada
5º	Roraima	9.343	5,5%	Porta de Entrada / Comércio Fronteiriço
6º	Mato Grosso	7.370	4,3%	Agronegócio e Frigoríficos
7º	Amazonas	6.326	3,7%	Polo Industrial de Manaus
8º	Mato Grosso do Sul	5.923	3,5%	Agroindústria (Interior) e Serviços (Capital)
9º	Minas Gerais	5.895	3,4%	Mineração, Serviços e Agropecuária
10º	Goiás	3.512	2,0%	Agroindústria e Serviços
-	Demais Estados	7.061	4,1%	-
-	Total Brasil	171.347	100%	-

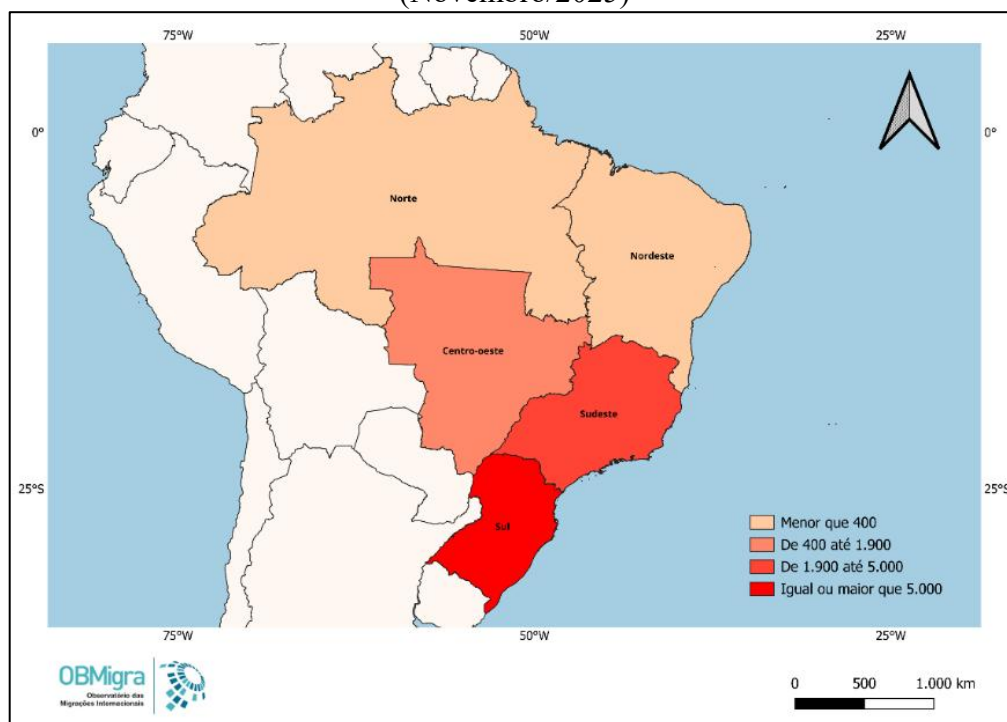
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS (2024).

²⁴ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 é o padrão nacional utilizado pelos órgãos do Sistema Estatístico Nacional e pelos gestores de registros administrativos para a padronização e a classificação das unidades econômicas. Sua estrutura hierárquica permite a organização de estatísticas por setores de atividade, sendo a base para o acompanhamento da dinâmica laboral no país (IBGE, 2007). Para a RAIS, o último ano disponível na base de dados é 2024.

Os dados da Tabela 2 evidenciam uma concentração massiva no Sul do país: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul detêm, juntos, 63,6% de toda a mão de obra formal venezuelana. São Paulo aparece na 4ª posição, representando 10% do total nacional de vínculos formais ativos de venezuelanos. Ainda na região sudeste temos o estado de Minas Gerais com uma representatividade de 3,5%. Mato Grosso do Sul consolida-se na 8ª posição nacional, inserindo-se num bloco robusto de atração do Centro-Oeste, ao lado de Mato Grosso (6º) e Goiás (10º). A presença de três estados do Centro-Oeste entre os dez maiores receptores reforça o pensamento de Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021) sobre a "migração dirigida": o deslocamento segue o rastro das cadeias globais de *commodities*, realocando o "exército industrial de reserva" (Marx, 2013) para onde o capital agroindustrial demanda força de trabalho intensiva.

A espacialização dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), representada no mapa 5, revela a materialidade geográfica da migração dirigida discutida anteriormente. O mapa evidencia uma nítida divisão territorial do trabalho: observa-se uma concentração densa de vínculos na região Sul (destacada em vermelho, com saldo superior a 5.000), seguida pela região Sudeste, e subsequentemente à região Centro-Oeste.

Mapa 5: Espacialização da força de trabalho venezuelana no território brasileiro (Novembro/2025)



Fonte: OBMigra (2026) com base nos dados do CAGED (2025).

Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste (em tons claros) apresentam baixa absorção formal, apesar de o Norte ser a porta de entrada da fronteira com a Venezuela. Essa cartografia confirma que a estratégia de interiorização não dispersa o migrante aleatoriamente, mas o canaliza logisticamente para onde o capital agroindustrial e de serviços demanda força de trabalho intensiva. O migrante é retirado da “zona de entrada” na fronteira (Norte) e inserido na “zona de produção” (Centro-Sul), validando a premissa de que a governança migratória atua em sintonia com as necessidades de acumulação dos setores mais dinâmicos da economia nacional.

Um contraponto analítico fundamental emerge ao cruzarmos os dados de estoque de emprego da RAIS com os relatórios de gestão da Operação Acolhida. Enquanto Mato Grosso do Sul figura como o 5º principal destino da estratégia de interiorização nacional, tendo recebido um fluxo acumulado de 8.427 venezuelanos, sua posição no ranking de vínculos empregatícios ativos cai para a 8ª colocação, com 5.923 postos formais. Esse descompasso estatístico evidencia um gargalo estrutural na política de "migração dirigida": a capacidade logística do Estado em deslocar a força de trabalho (interiorizar) supera a velocidade de absorção do capital regional (empregar).

A fragilidade desse modelo torna-se ainda mais evidente ao confrontarmos esses números com a realidade institucional local. Embora a modalidade de "Vaga de Emprego Sinalizada" (VES) seja apresentada federalmente como um pilar da interiorização segura, os gestores da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (Funsat), conforme relatado na entrevista (seção 4.4.3), afirmaram desconhecer a aplicação prática desse mecanismo no município. O fato de a agência pública municipal — responsável pela intermediação de mão de obra na capital — operar alheia à principal ferramenta de garantia laboral da Operação Acolhida confirma que a "aterrissagem" do migrante ocorre, majoritariamente, sem a proteção do emprego prévio.

Isso confirma o pensamento de que a interiorização funciona mais como um mecanismo de distribuição de "população excedente" (Becker, 1997) do que como uma política de integração laboral efetiva, deixando a maior parte do contingente (cerca de 81% nacionalmente) na condição de ter que buscar sua subsistência imediata no mercado local, sujeitando-se à precarização e à alta rotatividade.

Ao aplicarmos o recorte de análise sobre o Mato Grosso do Sul, identifica-se uma profunda divisão territorial do trabalho entre a capital e o interior. Os dados de 2024 revelam que a territorialização do venezuelano no estado ocorre de forma desigual, atendendo a

grupos econômicos distintos. A desagregação dos dados para os dez principais setores de atividade, conforme a Tabela 3, aprofunda o entendimento da especialização funcional do território sul-mato-grossense na absorção da mão de obra venezuelana. A dicotomia “Capital-Serviços” versus “Interior-Agroindústria” confirma-se de forma contundente, como vê-se na Tabela 3:

Tabela 3 – Especialização Produtiva dos Venezuelanos: Campo Grande versus Interior de MS (2024)

Ranking (em CG)	Sector de Atividade Econômica (CNAE 2.0)	Vínculos Totais em MS	Vínculos em Campo Grande	Vínculos no Interior (Diferença)	% da Força de Trabalho na Capital
1º	Comércio Varejista Não-Espec. (Supermercados)	422	257	165	60,9%
2º	Abate e Fabricação de Produtos de Carne	2.708	120	2.588	4,4%
3º	Restaurantes e Serviços de Alimentação	268	118	150	44,0%
4º	Coleta de Resíduos (Limpeza Urbana)	57	54	3	94,7%
5º	Atividades de Limpeza (Predial/Domiciliar)	45	45	0	100,0%
6º	Fornecimento e Gestão de RH (Terceirização)	42	41	1	97,6%
7º	Fabricação de Outros Produtos Alimentícios	45	36	9	80,0%
8º	Construção de Edifícios	73	34	39	46,6%
9º	Comércio Atacadista Esp. Prod. Alimentícios	110	33	77	30,0%
10º	Serviços de Escritório e Apoio Administrativo	139	30	109	21,6%
-	Demais Setores	2.014	541	1.473	26,9%
-	Total Geral	5.923	1.309	4.614	22,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS (2024)

A análise da Tabela 3 corrobora diretamente com os relatos dos gestores da Fundação Social do Trabalho (Funsat). Enquanto o interior do estado concentra 95,6% da mão de obra venezuelana na indústria frigorífica, Campo Grande exerce sua função de "Cidade de

Serviços", concentrando 60,9% de todos os vínculos estaduais de Comércio Varejista (supermercados).

Esse dado estatístico materializa a fala do Diretor Presidente da Funsat sobre a "mudança cultural" em Campo Grande, onde o trabalhador local tem recusado vagas em supermercados e atacadistas devido às escalas de trabalho aos finais de semana e no período noturno. O vácuo deixado pela mão de obra nacional é preenchido, portanto, pelo imigrante venezuelano, cuja vulnerabilidade econômica o compele a aceitar essas condições. Assim, a concentração de venezuelanos no comércio da capital não é aleatória; ela é a prova empírica de que esse grupo atua como um "exército industrial de reserva" funcional, garantindo a operação de setores com alta rotatividade que, sem essa mão de obra, enfrentariam dificuldades de contratação.

A absorção massiva pelo setor supermercadista, evidenciada pelos dados da RAIS, não ocorre de maneira meramente espontânea, mas é frequentemente mediada por redes institucionais que conectam o capital à força de trabalho disponível. Em entrevista concedida para esta pesquisa, o Coordenador do Programa UEMS Acolhe revelou que o projeto atua, indiretamente, como um canal de captação para grandes redes varejistas locais. Ele cita o caso específico do "Grupo Pereira" (detentor das redes Comper e Fort Atacadista), que estabeleceu uma parceria informal com o programa: a empresa envia rotineiramente suas ofertas de vagas de emprego à coordenação, que as repassa aos imigrantes matriculados nos cursos de português. Essa dinâmica ilustra empiricamente como o setor de serviços de Campo Grande utiliza as redes de solidariedade para acessar rapidamente e sem custos de recrutamento o exército industrial de reserva migrante, garantindo a reposição constante de sua mão de obra.

Campo Grande também concentra mão de obra venezuelana nas atividades de terceirização e manutenção urbana. Setores como Atividades de Limpeza (100% na capital), Fornecimento de RH (97,6%) e Coleta de Resíduos (94,7%) são fenômenos majoritariamente da capital. Isso indica que a "migração dirigida" para a capital tem uma função específica: fornecer mão de obra para a reprodução da vida urbana e para a gestão terceirizada de serviços, liberando a força de trabalho local dessas funções.

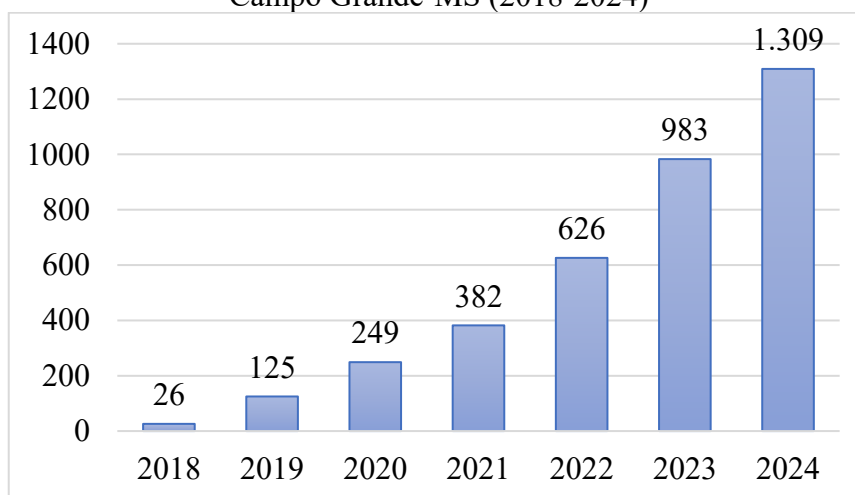
A análise da série histórica de 2018 a 2024 demonstra não apenas um aumento quantitativo, mas a consolidação de uma dependência estrutural de certos setores da economia local em relação à força de trabalho venezuelana, conforme observa-se na Tabela 4 e Gráfico 3:

Tabela 4 – Evolução do estoque de vínculos ativos de venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2024)

Ano (Referência: 31/12)	Total de Vínculos Ativos	Crescimento Anual (%)
2018	26	-
2019	125	+ 380%
2020	249	+ 99%
2021	382	+ 53%
2022	626	+ 64%
2023	983	+ 57%
2024	1.309	+ 33%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS (2018-2024).

Gráfico 3: Evolução do estoque de vínculos ativos de venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS (2018-2024).

Os dados da Tabela 4 e Gráfico 3, evidenciam um salto de 26 trabalhadores formais em 2018 para 1.309 em 2024, representando uma multiplicação do contingente em mais de 50 vezes em apenas seis anos. Contudo, o período que merece destaque compreende os anos de 2020 e 2021. Justamente no auge da pandemia de Covid-19, quando o isolamento social impactou diversos setores econômicos, o número de venezuelanos empregados formalmente em Campo Grande dobrou (de 125 para 249 em 2020) e seguiu crescendo em 2021 (para 382).

Esse comportamento estatístico confirma a teoria de Gaudemar (1977) sobre a "mobilidade forçada": a necessidade de sobrevivência imediata impediu que esses migrantes realizassem o isolamento social durante a pandemia, forçando --os a aceitar postos de trabalho em serviços essenciais que não pararam, como limpeza, abastecimento e

supermercados. Enquanto parte da força de trabalho local se retraía ou acessava o benefício emergencial, o "exército industrial de reserva" venezuelano (Marx, 2013) preencheu as lacunas operacionais, garantindo a reprodução do capital em um momento de crise aguda. A partir de 2022, observa-se uma nova aceleração, impulsionada pela expansão das redes de atacadistas na capital, conforme relatado pela Funsat.

Para detalhar a inserção no mercado de trabalho formal entre os anos de 2018 e 2024, a Tabela 5 desagrega os principais setores que empregam venezuelanos em Campo Grande-MS:

Tabela 5: Evolução histórica dos vínculos formais de venezuelanos nos dez principais setores econômicos de Campo Grande-MS (2018-2024)

Setor de Atividade Econômica (CNAE 2.0)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Comércio Varejista Não-Espec. (Supermercados)	1	28	69	98	114	157	257
2. Abate e Fabricação de Produtos de Carne	0	6	18	18	27	128	120
3. Restaurantes e Serviços de Alimentação	4	11	17	39	67	110	118
4. Coleta de Resíduos (Limpeza Urbana)	0	4	13	16	17	34	54
5. Atividades de Limpeza (Predial/Domiciliar)	0	1	2	4	7	8	45
6. Fornecimento e Gestão de RH (Terceirização)	0	0	0	2	5	15	41
7. Fabricação de Outros Produtos Alimentícios	0	5	17	11	15	33	36
8. Construção de Edifícios	0	7	2	6	23	23	34
9. Comércio Atacadista Esp. Prod. Alimentícios	0	0	2	9	15	22	33
10. Serviços de Escritório e Apoio Administrativo	0	1	3	7	9	14	30
Subtotal (Top 10 Setores)	5	63	143	210	299	544	768
Demais Setores	21	62	106	172	327	439	541
Total Geral	26	125	249	382	626	983	1.309

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS (2018-2024).

A análise da evolução dos vínculos empregatícios por setor de atividade econômica revela as nuances da inserção venezuelana em Campo Grande, demonstrando como o "exército industrial de reserva" foi mobilizado de formas distintas conforme a conjuntura econômica local e nacional.

O setor de Comércio Varejista não-especializado (Supermercados) desponta como o protagonista dessa série histórica. Em 2018, a presença era incipiente, com apenas 1 vínculo

registrado. O grande salto ocorre, durante o auge da crise sanitária: enquanto diversos setores retraíram, os supermercados saltaram de 28 vínculos em 2019 para 69 em 2020 e 98 em 2021. Esse crescimento contínuo, que culminou em 257 postos de trabalho em 2024, evidencia que o trabalhador venezuelano foi essencial para manter o abastecimento da cidade durante a pandemia, assumindo riscos em atividades presenciais quando parte da força de trabalho local se encontrava em isolamento ou resguardada por benefícios emergenciais.

Em contraste com a constância do varejo, o setor de Abate e Fabricação de Produtos de Carne (Frigoríficos) apresentou uma dinâmica de ruptura. Durante os primeiros cinco anos da série (2018-2022), a absorção foi tímida e gradual, saindo de zero para apenas 27 vínculos em 2022. No entanto, o ano de 2023 marca uma virada na estratégia de contratação da indústria na capital, com um aumento para 128 vínculos, número similar em 2024, com 120 empregados. Esse movimento estatístico sugere a efetivação de uma "migração dirigida" tardia para as indústrias da capital, onde a escassez de mão de obra para o trabalho das linhas de abate induziu o capital a recorrer massivamente ao contingente migrante disponível, fenômeno que já era consolidado no interior do estado.

O setor de Construção de Edifícios ilustra com clareza a função cíclica da mão de obra migrante como "válvula de ajuste". Em 2019, o setor empregava sete venezuelanos, mas sofreu uma retração em 2020, caindo para apenas dois vínculos, possivelmente devido à paralisação de obras na pandemia. A recuperação só ocorreu a partir de 2022, com 23 vínculos, atingindo 34 em 2024. Essa oscilação demonstra a vulnerabilidade do trabalhador da construção civil, que é absorvido nos momentos de aquecimento imobiliário e dispensado nas retrações, confirmando sua posição de instabilidade estrutural no mercado de trabalho local.

Já o setor de Restaurantes e Serviços de Alimentação reflete a retomada do convívio social pós-pandemia. Após crescimento lento entre 2018 e 2020 (de quatro para 17 vínculos), o setor acelerou sua absorção à medida que as restrições sanitárias foram levantadas, saltando para 67 vínculos em 2022 e 118 vínculos em 2024. Este segmento, caracterizado por longas jornadas e trabalho aos finais de semana, encontrou no migrante venezuelano a disponibilidade de tempo que a mão de obra local muitas vezes recusa, preenchendo as lacunas deixadas pela rotatividade típica do setor de serviços.

Por fim, observa-se uma tendência preocupante de precarização via terceirização nos anos mais recentes. O setor de Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos, praticamente inexistente na base de dados até 2021 (com apenas dois vínculos), subiu para 41 vínculos

em 2024. Movimento similar ocorreu nas Atividades de Limpeza, que passou de um vínculo em 2019 para 45 em 2024. O crescimento dessas categorias indica que, cada vez mais, o venezuelano não é contratado diretamente pelo tomador do serviço, mas por intermediadoras de mão de obra. Isso fragmenta a relação de trabalho e dificulta a organização sindical, inserindo o migrante nas camadas mais flexíveis e desprotegidas do mercado de trabalho no Brasil.

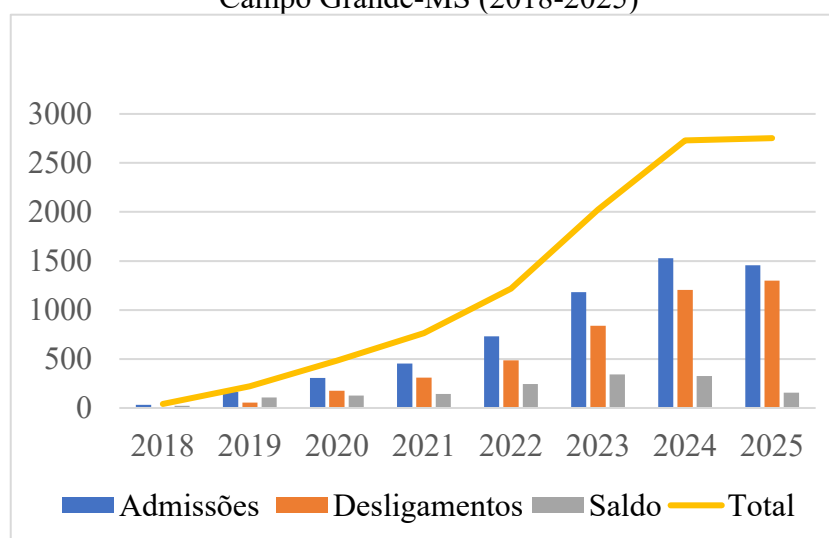
Os dados de movimentação do CAGED, no recorte de 2018 a 2025 (último ano com dados disponíveis), somam a esta análise pois nos permitem visualizar a dinâmica de rotatividade (*turnover*) a que esses trabalhadores estão submetidos. A Tabela 6 e o Gráfico 4, a seguir, ilustram a evolução das admissões e dos desligamentos de venezuelanos no mercado de trabalho formal em Campo Grande entre 2018 e 2025.

Tabela 6: Movimentação de Trabalhadores Venezuelanos em Campo Grande - MS (2018-2025)

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo	Total
2018	31	10	21	41
2019	164	56	108	220
2020	305	177	128	482
2021	454	311	143	765
2022	730	486	244	1216
2023	1183	840	343	2023
2024	1528	1203	325	2731
2025	1455	1298	157	2753

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CAGED (OBMigra, 2026).

Gráfico 4: Dinâmica de admissões e desligamentos de trabalhadores venezuelanos em Campo Grande-MS (2018-2025)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CAGED (OBMigra, 2026).

A análise dos dados de movimentação dos trabalhadores venezuelanos (Admissões e Desligamentos) em Campo Grande-MS revela uma dialética entre inserção e instabilidade. Observa-se que, a partir de 2018, as curvas de admissão e desligamento crescem quase paralelamente. O ápice dessa tendência ocorre no biênio 2024-2025. Em 2024, para gerar um saldo positivo de 325 postos de trabalho, foram necessárias 1.528 contratações e 1.203 demissões. O cenário de 2025 é ainda mais agudo: registrou-se um número de 1.455 admissões, mas contraposto por 1.298 desligamentos, resultando em um saldo de apenas 157 vínculos mantidos.

Esses números oferecem a comprovação estatística para a “alta rotatividade” relatada nas entrevistas com os gestores locais. O Diretor Presidente da Funsat apontou que os imigrantes circulam entre as grandes redes de supermercados de atacado e varejo, em busca de benefícios marginais, enquanto a Presidente da AVCG relatou episódios de abandono do trabalho por exaustão física em serviços de limpeza.

Embora os dados da RAIS não permitam, isoladamente, mensurar estatisticamente a magnitude do fenômeno do “desperdício de cérebros” em Campo Grande (uma vez que os registros de vínculos empregatícios não cruzam, necessariamente, a ocupação atual com a escolaridade prévia do migrante), evidências qualitativas coletadas nesta pesquisa indicam a sua ocorrência.

A análise dos vínculos formais em 2024 oferece um indício dessa segmentação laboral, revelando uma disparidade entre a absorção em setores operacionais e a inserção em áreas técnico-científicas. Enquanto centenas de venezuelanos estão empregados em funções que exigem força física — como a coleta de resíduos (54 vínculos), limpeza (45 vínculos) e comércio varejista (257 vínculos) —, a presença formal em áreas de alta complexidade intelectual é residual.

Os registros apontam apenas quatro vínculos em Educação Superior, três vínculos em Atividades de Atenção Ambulatorial (médicos/dentistas) e 19 vínculos em serviços de arquitetura e engenharia. A materialização do fenômeno de desperdício de cérebros, contudo, é confirmada, por exemplo, pelos Relatos da presidente da AVCG e da Procuradora do MPT, que confirmam a presença de profissionais com nível superior de qualificação inseridos em linhas de produção de frigoríficos, supermercados, serviços de limpeza e construção civil.

O descompasso entre a qualificação intelectual dos imigrantes e sua alocação em funções elementares encontra sua principal causa nas barreiras burocráticas impostas pelo Estado brasileiro. Conforme detalhado em entrevista pelo Coordenador do UEMS Acolhe, o

processo de revalidação, centralizado na Plataforma Carolina Bori²⁵, exige um volume documental e um apostilamento internacional que beiram o inexequível para sujeitos em situação de migração forçada. Ele ressalta que é ilógico exigir histórico escolar ou documentos carimbados de indivíduos que fugiram de um país cujo aparato institucional encontra-se em colapso.

Para somar a análise da inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande, é importante confrontar os gargalos locais identificados nesta pesquisa com a agenda política nacional. O Quadro 4 a seguir sistematiza como as tensões vivenciadas na capital sul-mato-grossense — como a subutilização de diplomas, a barreira linguística e a precarização — encontram eco nas propostas prioritárias aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR)²⁶ (Brasil, 2024). Essa correlação evidencia que os desafios de Campo Grande não são isolados, mas resultado de uma governança migratória nacional que ainda carece de ferramentas estruturais para efetivar a integração plena.

Quadro 4: Correlação entre gargalos identificados em Campo Grande-MS e propostas aprovadas na 2ª COMIGRAR (2024)

Eixo Temático	Código da Proposta	Resumo da Proposta (COMIGRAR)	Conexão com a Pesquisa (Campo Grande-MS)
Trabalho Decente	<i>CN_E2_T1_S1_P1</i>	Criar um plano nacional de fiscalização da cadeia produtiva para impedir exploração laboral e garantir equidade salarial e de benefícios.	Dialoga com as preocupações do MPT-MS sobre condições nos frigoríficos e construção civil e a alta rotatividade identificada no CAGED.
Revalidação de Diplomas	<i>CN_E2_T2_S2_P3</i>	Simplificar a Plataforma Carolina Bori, reduzindo prazos e flexibilizando documentos (como a	Responde diretamente ao fenômeno do <i>brain waste</i> identificado na RAIS (médicos/engenheiros em funções elementares) e

²⁵ A Plataforma Carolina Bori é o sistema informatizado mantido pelo Ministério da Educação (MEC) que centraliza e gerencia os processos de revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de diplomas de pós-graduação (mestrado e doutorado) expedidos por instituições estrangeiras, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 1/2022 (Brasil, 2022).

²⁶ A 2ª COMIGRAR foi realizada em Brasília, entre os dias 8 e 10 de novembro de 2024, sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O evento consolidou-se como a principal instância participativa para a construção de políticas públicas na área, sendo precedido por 119 conferências preparatórias (nacionais e internacionais) que mobilizaram cerca de 14 mil participantes, resultando na eleição de delegados e na aprovação de 60 propostas prioritárias para o aprimoramento da governança migratória brasileira (Brasil, 2024). O estado de Mato Grosso do Sul foi representado por uma delegação de 8 delegados, eleitos durante a Conferência Estadual de Migrações, Refugiados e Apátridas (Cemigrar-MS), garantindo a articulação das demandas regionais no cenário nacional (Mato Grosso do Sul, 2024).

		Apostila de Haia).	relatado pela AVCG.
Língua e Acolhimento	<i>CN_E3_T1_S3_P1</i>	Implementar o Programa Nacional de Ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) em parceria com Universidades.	Valida a importância estratégica do <i>Programa UEMS Acolhe</i> e a necessidade de financiamento para expandir a integração linguística.
Mediação Intercultural	<i>CN_E3_T1_S2_P1</i>	Instituir a figura do Mediador Intercultural e Linguístico no serviço público, contratando migrantes para essa função.	Reforça a iniciativa pioneira da "Sala do Imigrante" (MTE/AVCG), onde a mediação é feita pela própria comunidade, sugerindo sua formalização como política pública.
Combate à Xenofobia	<i>CN_E6_T2_S2_P9</i>	Implementar Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Xenofobia com campanhas educativas em empresas e serviços públicos.	Conecta-se aos relatos de discriminação racial e xenofobia seletiva mencionados nas entrevistas e na análise teórica sobre a inserção subordinada.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Caderno de Propostas Finais: 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR) (Brasil, 2024).

A concentração de venezuelanos em funções operacionais, evidenciada pelos dados da RAIS (95% em), materializa estatisticamente o relato da Presidente da AVCG sobre profissionais de nível superior subutilizados na capital. Esse cenário de desperdício de capital humano (*brain waste*) denuncia o descompasso entre a política de acolhida e a política educacional. As barreiras burocráticas para a revalidação de diplomas, apontadas nas entrevistas locais como um entrave para a mobilidade social, foram identificadas como um problema sistêmico na 2ª COMIGRAR (Brasil, 2024).

O documento final da conferência, em sua Proposta “*CN_E2_T2_S2_P3*”, indicou o aprimoramento da Plataforma Carolina Bori e a simplificação de exigências documentais, como a dispensa de tradução juramentada e Apostila de Haia²⁷ para refugiados em situação de vulnerabilidade. A materialização desses dados estatísticos na série histórica recente

²⁷ A Apostila da Haia é um certificado emitido por autoridades competentes de um Estado, nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (1961). Sua função é autenticar a origem de um documento público, simplificando o trâmite internacional ao substituir a antiga e complexa legalização consular pelo reconhecimento mútuo entre os países signatários. No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o órgão responsável pela regulamentação e coordenação da emissão de apostilas (Brasil, Conselho Nacional de Justiça, 2026).

evidencia o imenso desafio das diretrizes aprovadas nacionalmente: reverter um padrão onde a "inclusão subordinada" já se estabeleceu como regra local. Na prática, a qualificação intelectual do migrante continua sendo ignorada pelo mercado, que se apropria dessa população fundamentalmente como força física barata e flexível para sustentar a base do setor de serviços

A alta rotatividade (*turnover*) observada nos dados do CAGED, corroborada pela fala do Diretor da Funsat sobre a circulação de trabalhadores entre redes de supermercados de atacado e varejo, não deve ser interpretada apenas como uma estratégia individual de busca por benefícios marginais, mas como sintoma da precarização estrutural. Essa instabilidade reflete a ausência de garantias de “trabalho decente”, um dos eixos centrais debatidos na 2ª COMIGRAR (Brasil, 2024).

A conferência aprovou a Proposta “*CN_E2_T1_S1_P1*”, que demandava a criação de um plano nacional de fiscalização para garantir equidade salarial e de benefícios entre nacionais e migrantes, combatendo a exploração laboral. A realidade de Campo Grande, onde o migrante é contratado e desligado em ciclos curtos para suprir demandas sazonais do comércio, evidencia que a proposta de fiscalização ainda não se traduziu em estabilidade prática. Os migrantes mantêm-se em uma “mobilidade forçada” (Gaudemar, 1977) dentro da própria cidade, migrando de emprego em emprego na tentativa de compor uma renda mínima de subsistência.

Por fim, as tensões relatadas pela Procuradora do MPT, envolvendo discriminação no ambiente de trabalho e alojamentos precários, encontram eco nas resoluções nacionais de enfrentamento a violações de direitos. A 2ª COMIGRAR destacou a urgência de implementar a figura do Mediador Intercultural (Proposta *CN_E2_T2_S3_P2*) como política pública financiada, visando mitigar conflitos e facilitar a comunicação dentro das empresas e serviços públicos (Brasil, 2024).

A experiência de Campo Grande demonstra que, onde essa mediação inexistente ou é frágil, a barreira linguística e o racismo estrutural — classificado na conferência como um vetor de exclusão que exige combate via política nacional (Proposta *CN_E6_T2_S2_P9*) — operam como ferramentas de disciplina laboral. O trabalhador venezuelano, muitas vezes negro ou indígena (Warao), acaba alocado aos setores mais insalubres (frigoríficos e limpeza), confirmando a hipótese de que a “xenofobia seletiva” (Oliveira e Moreno, 2022) é um componente funcional da divisão territorial do trabalho no capitalismo periférico.

A triangulação entre os dados quantitativos da RAIS e CAGED, as narrativas

qualitativas dos gestores públicos (MTE, MPT, Funsat) e da sociedade civil (AVCG), as propostas da 2ª COMIGRAR e o arcabouço teórico neomarxista permite apontar que a inserção no mercado de trabalho formal dos venezuelanos em Campo Grande não é um evento aleatório, mas um processo estruturalmente determinado.

A "migração dirigida" (Baeninger et al., 2021) operacionalizada pela Operação Acolhida cumpre a função logística de distribuir a força de trabalho excedente da fronteira norte para o centro dinâmico do país. No entanto, ao chegar em Mato Grosso do Sul, essa força de trabalho é submetida a uma divisão territorial: o interior consome a mão de obra dos migrantes na agroindústria frigorífica, enquanto a capital os utiliza para sustentar a expansão do setor de serviços e comércio, preenchendo postos de trabalho precarizados e rejeitados pela mão de obra local.

Assim, a territorialização em Campo Grande ocorre sob o signo da contradição. O migrante é "acolhido" pelas redes de solidariedade e pelas políticas públicas de assistência, mas é "explorado" pela lógica de acumulação do capital, que se aproveita de sua desterritorialização e urgência de sobrevivência para impor condições de trabalho marcadas pela alta rotatividade e pelo desperdício de suas qualificações. É nesse cenário de tensões, avanços institucionais e persistências de precarização que se encerra a análise desta pesquisa, sem esgotar a temática e deixando elementos a serem aprofundados em outras/novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, ao analisar a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho de Campo Grande-MS, confirma a hipótese central de que esse fluxo não pode ser compreendido sob a ótica da escolha racional individual, mas sim como uma "mobilidade forçada" estruturalmente determinada. As evidências empíricas refutam a abordagem neoclássica, que enxerga o migrante como um agente econômico livre em busca de maximização de renda, e validam a abordagem neomarxista. O deslocamento venezuelano para o Brasil e sua posterior interiorização para o Mato Grosso do Sul revelam-se como a expressão geográfica da sujeição do trabalho ao capital, onde a destruição das condições materiais de existência na origem impulsiona a formação de um exército industrial de reserva transnacional, funcional à acumulação nos polos de destino.

A análise histórica da formação social venezuelana, permitiu identificar que a diáspora atual é o resultado da dependência do rentismo petrolífero. A "Venezuela Saudita" do passado, ao atrelar seu desenvolvimento exclusivamente à exportação de petróleo, fragilizou sua soberania produtiva e tornou-se vulnerável às oscilações do mercado global. Contudo, é impossível dissociar a crise humanitária da ofensiva imperialista contemporânea.

O colapso econômico sob o governo Maduro não foi apenas fruto de má gestão interna, mas agravado por um bloqueio financeiro sistemático e por uma guerra híbrida promovida pelos Estados Unidos sob a administração de Donald Trump, que culminou na intervenção militar direta e na retirada forçada do presidente em janeiro de 2026. Essa ação, longe de visar a "democratização", explicita o interesse geopolítico no controle das maiores reservas de petróleo do mundo, gerando, como efeito colateral, a expulsão massiva de uma população que agora serve como mão de obra barata nos países vizinhos.

Nesse contexto, a resposta do Estado brasileiro através da "Operação Acolhida" apresenta-se carregada de dualidades. Pelo lado positivo, a operação demonstrou uma capacidade logística sem precedentes no ordenamento da fronteira e na garantia de documentação básica, evitando uma catástrofe sanitária em Roraima, sobretudo no período da pandemia da Covid-19. A estratégia de interiorização foi eficaz em redistribuir o fluxo, impedindo o colapso dos serviços públicos locais do estado.

Entretanto, essa política operacionaliza o conceito de "migração dirigida": o Estado atua como um agente logístico que transporta a força de trabalho excedente do norte para o centro-sul do país, atendendo às demandas do capital por mão de obra intensiva. A interiorização, portanto, não é apenas humanitária, mas econômica, abastecendo setores que

enfrentam dificuldades de recrutamento com trabalhadores dispostos a aceitar condições que a mão de obra nacional muitas vezes rejeita.

A cartografia apresentada nesta pesquisa, com base nos dados do CAGED, evidencia a concentração de vínculos na região Sul, Sudeste e no eixo agroindustrial do Centro-Oeste, em contraste com o “vazio” produtivo da região Norte, confirmando que a governança migratória opera como uma agência logística de distribuição de força de trabalho. O migrante é retirado da fronteira não apenas por humanitarismo, mas para atender à demanda espacial do capital, sendo inserido em regiões onde a acumulação capitalista exige mão de obra intensiva.

Ao aterrissar em Campo Grande, a territorialização desses sujeitos evidenciou a importância crucial das redes de solidariedade diante das lacunas estatais. A atuação da Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) confirmou-se como um pilar de resistência e organização comunitária, traduzindo a burocracia brasileira para o migrante e atuando onde o poder público não alcança. Da mesma forma, o Programa UEMS Acolhe mostrou-se indispensável ao promover a integração linguística, entendendo que o domínio do idioma é a ferramenta primária de cidadania e defesa contra a exploração. Essas iniciativas, contudo, operam no limite de seus recursos, tentando mitigar a vulnerabilidade de uma população que chega, em sua maioria, desprovida de garantias.

A análise institucional dos órgãos públicos revelou papéis distintos e complementares na governança dessa força de trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Fundação Social do Trabalho (Funsat) atuam diretamente na gestão do "exército de reserva", buscando conectar a oferta abundante de mão de obra migrante com a demanda empresarial. As entrevistas evidenciaram que, para os gestores públicos, a inserção laboral é a solução pragmática para retirar o migrante da assistência social, ainda que essa inserção ocorra predominantemente em funções pouco qualificadas.

Por outro lado, o Ministério Público do Trabalho (MPT) desponta como o ente fiscalizador que tenta impor limites à mercantilização desse trabalho, combatendo a xenofobia e as condições análogas à escravidão, especialmente nas modalidades de contratação que ocorrem ainda na origem (Vaga de Emprego Sinalizada), as quais apresentaram falhas graves de execução.

Os dados da RAIS e do CAGED ofereceram a materialidade estatística para essas conclusões. O salto de 26 vínculos em 2018 para mais de 1.309 em 2024 comprova a rápida absorção dessa força de trabalho, mas esconde uma dinâmica perversa. A análise da

movimentação de trabalhadores revelou um paralelismo entre admissões e desligamentos, especialmente no biênio 2024-2025, indicando uma alta rotatividade.

Essa circularidade, evidenciada pelas entrevistas na Funsat, demonstra que a inserção do venezuelano no mercado de trabalho em Campo Grande é marcada pela instabilidade: ele ocupa os postos de trabalho rejeitados ou vagos no comércio e serviços (supermercados), mas não consegue se fixar devido aos baixos salários e à exaustão, confirmando sua funcionalidade intermitente como exército industrial de reserva.

A segmentação setorial é nítida e revela uma profunda divisão territorial do trabalho em Mato Grosso do Sul. Enquanto o interior do estado concentra a absorção na agroindústria frigorífica (detendo mais de 95% dos vínculos do setor), Campo Grande reafirma sua função de polo de serviços., demonstrando que a “migração dirigida” aloca o trabalhador venezuelano conforme a especialização funcional de cada território: produção de *commodities* no interior e reprodução da vida urbana na capital.

Ademais, é imprescindível contextualizar que a absorção dessa força de trabalho venezuelana ocorre sob a égide de um cenário jurídico hostil, consolidado pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). A flexibilização das normas de proteção, caracterizada pela expansão da terceirização e pela institucionalização do trabalho intermitente, atingiu de forma agudizada o trabalhador migrante. Desprovido de redes de proteção sindical e pressionado pela urgência da sobrevivência, o venezuelano vê-se duplamente vulnerabilizado: pela sua condição de deslocado forçado e pela desestruturação dos direitos trabalhistas no país de acolhida. Configura-se, assim, um paradoxo perverso na governança migratória brasileira contemporânea: enquanto a Lei de Migração de 2017 assegura o direito formal ao trabalho e a não discriminação, a Reforma Trabalhista esvazia a substância digna desse labor, legalizando a instabilidade e a rotatividade que caracterizam a inclusão subordinada diagnosticada nesta pesquisa.

As tensões identificadas em Campo Grande não são isoladas, mas gargalos estruturais reconhecidos pela própria política nacional. A persistência de barreiras para a revalidação de diplomas e a ausência de fiscalização efetiva sobre a equidade salarial, problemas latentes nas entrevistas locais, foram pautados como prioridades na 2ª COMIGRAR. O descompasso entre as resoluções da conferência — que exigem trabalho decente e desburocratização — e a realidade de Campo Grande evidencia que a política migratória brasileira avançou na logística do transporte (interiorização), mas ainda sofre na garantia da integração plena.

Os números oficiais evidenciam a exclusão estrutural —com presença estatística quase nula de venezuelanos em cargos de direção ou nível superior —, e as narrativas dos gestores (MTE, MPT, Funsat e AVCG) confirmaram a subutilização, relatando a presença de profissionais de nível superior subutilizados na capital. Essa dialética entre o dado (ausência no topo) e o relato (presença qualificada na base) corrobora a análise de que a burocracia de revalidação de diplomas opera como um mecanismo de contenção funcional ao mercado, que consome essa força de trabalho qualificada apenas pelo seu dispêndio físico, perpetuando sua vulnerabilidade e empobrecimento no país de acolhida.

É necessário destacar uma limitação significativa no escopo desta pesquisa: a ausência da voz do setor privado. As tentativas de entrevistar gestores de grandes empresas contratantes, como o Grupo Pereira (setor supermercadista) e a JBS (setor frigorífico), foram frustradas pela negativa de participação de ambas as corporações. Esse silêncio institucional é eloquente. Ele impede uma compreensão mais profunda sobre as estratégias de gestão da força de trabalho migrante "do lado de dentro" das empresas, ocultando as dinâmicas cotidianas de contratação, as metas de produtividade impostas e as eventuais tensões no chão de fábrica ou nos corredores dos supermercados.

A recusa dessas empresas em dialogar com a academia sugere uma opacidade intencional em relação às condições de trabalho oferecidas a essa população vulnerável. Enquanto os órgãos públicos e a sociedade civil abriram suas portas para discutir os desafios da integração, o capital privado — que é o maior beneficiário dessa "migração dirigida" — optou por manter suas práticas sob sigilo. Isso reforça a necessidade de que instituições como o MPT mantenham uma vigilância constante, pois a invisibilidade é o terreno fértil para a precarização e o desrespeito aos direitos trabalhistas.

Somada à ausência do setor privado, outra limitação metodológica relevante desta pesquisa refere-se à impossibilidade de realização de entrevistas diretas com os trabalhadores venezuelanos, como destacado no decorrer da pesquisa. Assim, a voz do trabalhador venezuelano nesta dissertação faz-se presente através da mediação das redes de apoio (AVCG e UEMS Acolhe) e dos dados oficiais, revelando o paradoxo de uma proteção ética que, ao tentar blindar o sujeito vulnerável, acaba por dificultar a escuta direta de sua subjetividade na academia.

A análise demonstrou que a inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho em Campo Grande não é um processo de integração plena, mas uma inclusão subordinada. O migrante venezuelano foi transformado em um elemento funcional para o

capitalismo periférico sul-mato-grossense: essencial para manter a operação de setores intensivos em mão de obra, mas mantido em uma condição de instabilidade que dificulta sua plena territorialização. A "acolhida", portanto, esbarra nos limites da estrutura econômica, que acolhe a força de trabalho, mas ainda resiste em acolher plenamente o cidadão.

Contudo, tem-se a clareza de que esta pesquisa constitui um recorte analítico de um fenômeno em constante mutação. As limitações enfrentadas, notadamente a impermeabilidade do setor privado e as restrições éticas para a escuta direta dos trabalhadores venezuelanos, indicam que a investigação sobre a "migração dirigida" em Mato Grosso do Sul não se encerra aqui. Pelo contrário, este trabalho abre caminho para estudos futuros que aprofundem as dimensões subjetivas dessa territorialização e monitorem se as diretrizes apontadas 2ª COMIGRAR terão força política para alterar a realidade de precarização e alta rotatividade aqui constatada. Encerra-se este ciclo com a certeza de que a ciência geográfica cumpriu seu papel de diagnóstico crítico, evidenciando que a "acolhida" local, embora funcional para a estrutura econômica, ainda esbarra nos limites de um sistema que absorve a força de trabalho do imigrante, mas ainda falha em acolhê-lo plenamente como um cidadão.

REFERÊNCIAS

- ABDO, C. **A crise migratória na Europa**: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal. 2020. Tese (Doutoramento em Estudos de Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2020.
- ABRAHÃO, B. A. **Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Universidade Federal de Roraima, 2019.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007, 196 p.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pages-Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf> . Acesso em: 23 de janeiro de 2025.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. Brasília: ACNUR Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Dados: refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília: ACNUR Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/> . Acesso em: 23 de janeiro de 2025.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Declaração de Cartagena**: Conclusões da Consulta sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá. Cartagena: ACNUR, 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.
- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Relatórios de interiorização**. Brasília: ACNUR Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/publicacoes/relatorios-de-interiorizacao>. Acesso em: 7 de Janeiro de 2026.
- ACUÑA, R. Contrasting eras in integration: Venezuela’s foreign policy towards Latin America and the Caribbean under Hugo Chávez and Nicolás Maduro. **Global Discourse**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1332/20437897y2024d000000046>.
- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.
- AGUIRRE, D. A. F. **Análise histórica da democracia na Venezuela: de Punto Fijo ao bolivarianismo**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020.

ALMEIDA, M.; ARAÚJO, A. Discussões sobre a empregabilidade de migrantes: gênero, cultura e trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, 2022.

AMARAL, A. P. M; COSTA, L. R. A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração. **Revista Justiça do Direito**, v. 31, n. 2, p. 208-228, 2017.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAKAKI, D. H. **A atuação da Cruz Vermelha Mato Grosso do Sul no apoio aos refugiados venezuelanos em Campo Grande**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

ARDILA, M. Colombia y Venezuela: entre lo estructural y lo coyuntural. A propósito de la Comunidad Suramericana de Naciones. **Revista OASIS**, 2006. Disponível em: <https://consensus.app/papers/colombia-y-venezuelaentre-lo-estructural-y-lo-coyuntural-a-ardila/8270602cca2b559d87d47ed88c546b75>

ARENAS, L. Chavismo e bonapartismo na Venezuela bolivariana. **Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Ceará, v. 47, n. 2, p. 67-88, 2016.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. **Revista Arca**: Campo Grande imagens da história. n. 15, Edição Especial. Campo Grande: Fundação Municipal de Cultura, 2011.

ARRUDA, Â. M. V. **Campo Grande**: arquitetura e urbanismo na década de 30. Campo Grande, MS: Uniderp, 2001.

AZEREDO, M. M. **A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos**. In: Venezuela: Visões brasileiras / Samuel Pinheiro Guimarães, Carlos Henrique Cardim, organizadores. - Brasília: IPRI, 2003.

BAENINGER, R. Governança das migrações internacionais: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; JAROSCHINSKI SILVA, J. C. et al. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 135-141.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BAENINGER, R; DEMÉTRIO, N. B; DOMENICONI, J. O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, volume 16, 2021.

BAENINGER, R; BÓGUS, L. M; MOREIRA, J. B; VEDOVATO, L. R; FERNANDES, D; SOUZA, M. R; BALTAR, C. S; PERES, R. G; WALDMAN, T. C; MAGALHÃES, L. F. A. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. 976 p. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

BAER, W. **A economia brasileira**. 7. ed. São Paulo: Nobel, 2003.

BAPTISTA, M. B. G. **A “democracia participativa y protagónica”, o povo e o líder: a experiência dos consejos comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela)**. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

BARROS, P. S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, vol. 2, p. 209 - 237, 2006.

BASTOS, J. P. B; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Revista DCS, [S. l.]**, v. 15, n. 52, 2018.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo: Nacional, 1971.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 272p.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, conceitos. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 318-363.

BELLO, E. Constituição e Política na Venezuela: um balanço da conjuntura contemporânea. In: **Pensar: Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, 2019, v.24, nº 1, (jan./mar.), p. 1-13.

BERWICK, M. A. An autocrat's playbook: Nicolás Maduro's use of social media to erode Venezuelan democracy. **Berkeley Undergraduate Journal**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5070/b3.39969>.

BHABHA, H. **The location of culture**. London: Routledge, 1994.

BOMTEMPO, D. C. **Mobilidade do trabalho e exclusão social: desafios contemporâneos**. Brasília: UnB, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Apostila da Haia**. Brasília, DF: CNJ, 2026. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/apostila-da-haia/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025**. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12797.htm. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). **SNV Bases Geométricas (2013-Atual)**. Brasília: DNIT, [ano da base ou do acesso]. Disponível em: <https://servicos.dnit.gov.br/dnitcloud/index.php/s/oTpPRmYs5AAiNr?path=%2FSNV%2>

0Bases%20Geom%C3%A9tricas%20(2013-Atual)%20(SHP). Acesso em: 15 de fevereiro de 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o teletrabalho, regime de tempo parcial, banco de horas, remuneração, férias, jornada de trabalho, entre outras matérias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida**. Brasília: 2025. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xxi_cedn/6a_aa_atuacao_doa_mda_ea_dasa_forcasa_armadas.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 25 de julho de 2022**. Dispõe sobre normas gerais para revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu, expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <https://carolinabori.mec.gov.br>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Caderno de Propostas Finais: 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR)**. Brasília: MJSP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/participacao-social-1/comigrar/cadernos-com-propostas-priorizadas/2COMIGRARCadernoFinal1_compressed1.pdf. Acesso em: 16 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Estratégia de Interiorização**. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Informe de interiorização – deslocamentos assistidos de venezuelanos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Operacao_Acolhida/Informes/Informe_de_Interiorizacao_10-2023.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **MPT nos Estados**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/mpt-nos-estados>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região. **MPT-MS em parceria com TRT/MS participa de ação social para imigrantes na Capital**. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.prt24.mpt.mp.br/2-uncategorised/1943-mpt-ms-em-parceria-com-trt-ms-participa-de-acao-social-para-imigrantes-na-capital>. Acesso em: 26 de janeiro de 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018.** Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm . Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de Maio de 2017:** Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de junho de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2018. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/mpv/mpv820.htm. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

BRAVO, T. M. M. Políticas migratorias en México y Venezuela: análisis de respuestas gubernamentales disímiles ante procesos de inmigración y emigración internacionales. **Desafíos**, vol. 28, n. 2, Universidad del Rosario, p. 333-366, 2016.

CALIXTO, M. J. M. S; GOMES, I. R. P. Da formação territorial à rede urbana do Mato Grosso do Sul. In: V Seminário Internacional América Platina, 2014, Dourados-MS. **Anais do V Seminário Internacional América Platina** (CD), 2014. p. 1-15.

CAMPO GRANDE. **Diário Oficial de Campo Grande n. 8.192 de 16 de janeiro de 2026.** Disponível em: https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiIxMDE3MiJ9.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2026.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CARNEIRO, C. P. **Mapa Fronteira Brasil-Venezuela.** Disponível em: <https://www.gpfronteras.com/mapas> . Acesso em: 11 de fevereiro de 2026.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, S; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World.** 5ª ed. Nova York: Guilford Press, 2014.

CAVALCANTI, L. **Migração e crise global.** Ed. UFMG, 2020.

CEPAL. **Migración internacional en América Latina y el Caribe.** Santiago: CEPAL, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 228, de 22 de junho de 2016**. Regulamenta a aplicação da Convenção da Apostila no Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2016.

CORDOVA, A. La estructura económica tradicional y el impacto petrolero em Venezuela. In: CORDOVA, A; MIQUELENA, H. S. **Aspectos teóricos del subdesarrollo**. Caracas, UCV, 1977.

CORONIL, F. **El estado mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela**. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, 2002.

CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, A. S.; MONTEIRO, M. A.; RIPPEL, R.; RODRIGUES, E. A. G. Fluxos migratórios no estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 2, p. 325-341, abr./jun. 2018.

CRESCENCIO, K. E.; FRANCELLINO, S. M. R. L. Compreendendo a revalidação de diplomas para refugiados e migrantes. In: SOUZA, F. B.; ALMEIDA, L. P. (Org.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. v. 2, p. 142-157.

CUNHA, J. M. P. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP, 2002. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracao_centro2/migracao_centro2.pdf. Acesso em: 7 de Janeiro de 2026.

DADOS, N.; CONNELL, R. The Global South. **Contexts**, v.11, n.1, fev.2012. DOI:10.1177/1536504212436479.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Oboré Editorial, 1992.

DOMÍNGUEZ, F. Lucha de clases, democracia e intervencionismo de Estados Unidos en Venezuela. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.V24N2P634-652>.

ELLNER, S. **La política venezolana en la época de Chávez**. Caracas: Nueva Sociedad, 1ª ed. 2003.

ELLNER, S. Objective Conditions in Venezuela: Maduro's Defensive Strategy and Contradictions Among the People. **Science & Society**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1521/asis.2023.87.3.385>.

FARIVAR, F.; CAMERON, R.; DANTAS, J. A. R. Should I stay or should I go? Skilled immigrants' perceived brain-waste and social embeddedness. **Personnel Review**, v. 51, n. 5, p. 1473-1490, 2022.

FERNANDES, F. **A Condição de Classe dos Trabalhadores Rurais**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERNÁNDEZ, A. P. Venezuela entre la Hegemonía y la Contra-Hegemonía (Una Lectura Contextual para comprender una complejidad socio-histórica). **Textos e Debates**, [S. l.], v. 1, n. 32, 2019. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i32.5697.

FERREIRA, C. C. C. **A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela: contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)**. 2012. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRANCO, R. T. C. A proteção dos refugiados e apátridas no Brasil: aplicação prática do artigo 1 (2) da lei 9.474/1997. In: JUBILUT, L. L; GODOY, G. G. (Org.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2017.

FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS. Projetos com refugiados e migrantes. Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://www.fraternidadesemfronteiras.org.br>. Acesso em: 7 jan. 2026.

FREITAS, W. D. **Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRIL 2011, 3., 2011, São Paulo.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALINARI, T. N. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. In: **Caderno de Geografia**, v.29, Número Especial 2, 2019, p. 190-211.

GARCIA, M. **Direito Migratório e Trabalho**. Ed. RT, 2019.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

GODOY, L. et al. Acolhimento pela língua: vivências de aprendizagem na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. **TRaHS – Travail et humanités en sciences sociales**, Limoges, 2020. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=2378&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2026.

GOMES, C. M. **Trabalho e Sociabilidade**. São Paulo: Cortez, 2009.

GRANCHI, G. China e Rússia condenam ataque a Maduro: 'Grave violação do direito internacional'. **BBC News Brasil**, Londres, 3 jan. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czdaq5vmdg21o> . Acesso em: 28 de janeiro de 2026.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HERNÁNDEZ, A. Chavismo 3.0: o círculo de confiança de Delcy Rodríguez e quem ganhou poder com a queda de Maduro na Venezuela. **BBC News Brasil**, Londres, 23 jan. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2w8xl3030o> . Acesso em: 28 de janeiro de 2026.
- HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: resultados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados – Campo Grande (MS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas Territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2026.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Roraima**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 05 de junho de 2024.
- ISMAEL, V. P; NASCIMENTO, R. S. **Imigração venezuelana no brasil como mobilidade do trabalho**: subsídios teóricos para seu estudo. Anais do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, 2022.
- JACOB, J. R. C. **Movimentos imigratórios e o resgate da memória/identidade**: projeto do Centro Cultural da Imigração em Ponta Porã-MS. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8197-movimentos-i-migratorios>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- JAROSCHINSKI SILVA, J. C; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração sul-sul. In: **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139.
- JAROSCHINSKI SILVA, J. C. Uma Política Migratória Reativa e Inadequada: A Migração Venezuelana para o Brasil e a Resolução Normativa N. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). In: BAENINGER, R. et. al. (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/Unicamp, 2018 -2ª edição. p. 637-650.
- JESUS, A. D. Fases e padrões da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. In: JESUS, A. D; BORGES, C. C; MOREIRA JUNIOR, H. (org.). **Panorama das migrações internacionais no Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala, 2021. p. 107-126.

- JIBRIN, M. **Acolhimento psicológico de imigrantes involuntários: um encontro com a alteridade.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- KREIN, J. D; OLIVEIRA, R. V. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade** / Organizadores: KREIN, J. D; OLIVEIRA, R. V; FILGUEIRAS, V. A. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2019. 222 p.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana.** 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Cosmos, 1954.
- LANDER, E. **Venezuela: un diálogo por la inclusión social y la profundización de la democracia.** Caracas, 2002.
- LESSA, C. **A herança de um modelo em desuso.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LISBOA, A. B. C. **A interiorização na Operação Acolhida: migrações internas de venezuelanos no Brasil.** 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de População) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39431/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AndressaLisboa.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.
- LOPES, A. L. **O Governo Chávez e o ensaio de superação do rentismo venezuelano: do Nacionalismo Bolivariano ao Socialismo do século XXI.** 2011. 156 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.
- MAGALHÃES, F. A. K. **Venezuela sob o governo Maduro: sobrevivência política e pragmatismo da necessidade (2013 – 2019).** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- MAGALHÃES, V. M. F.; SILVA, J. F. S. Da extensão à graduação: o acolhimento educacional de migrantes internacionais. **Revista Barbaquá de Extensão e Cultura**, Dourados, v. 6, e8971, p. 1-21, 2024.
- MAGUID, A. **Migraciones y identidad en el Cono Sur.** Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- MARGOLIS, M. **Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo.** Tradução: AURORA, M. S. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARINGONI, G. **A Revolução Venezuelana.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MARTÍNEZ, M. V. La frontera colombo-venezolana: escenarios de conflictos. **Revista Nueva Sociedad** (NUSO) nº 289, Argentina, 2020.
- MARTINO, A. A; MOREIRA, J. B. (2020). A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 60, dez. 2020, p. 151-166.

- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e migrações. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASSEY, D. et al. **Theories of International Migration: A Review and Appraisal**. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. **Fluxo Migratório em Mato Grosso do Sul no período da pandemia Covid-19 (2019-2022)**. 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/04/1426954/relatorio-fluxo-migratorio.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- MAZOWER, M. **O continente das trevas**: o século XX na Europa. Lisboa: Edições 70, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2016.
- MENEZES, S. **Mobilidade e identidade no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **Border as Method**, or the Multiplication of Labor. Durham: Duke University Press, 2013.
- MOORE JUNIOR, B. **Origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOREIRA, G. B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012**: petróleo, integração e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG, 2018.
- NEVES, R. F. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.
- NOLASCO, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do CES**, n.434, 2016.
- NORDEN, D. L. Venezuela: coup-proofing from Pérez Jiménez to Maduro. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1955>.
- O TEMPO. **Especialista afirma que prisão de Maduro viola soberania e direito internacional**. Entrevistado: Lejeune Mirhan. YouTube, 3 jan. 2026. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hUmbIttujeg> . Acesso em: 28 de janeiro de 2026.
- OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. **DataMigra**. 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGM0YzhkNmQtNT-FIMS00NDczLWJlMjctY2VhODkyYmU4ZTZiIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTZyZMGItN-GQyYiIiODMzLWJlMjctY2VhODkyYmU4ZTZkNDhmODAxOSJ9&pageName=2a555d64be07f5353cb1>. Acesso em: janeiro de 2026.

OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. **Relatório Anual 2023** – OBMi-gra 10 anos. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

OLIVEIRA, A. B. **Os Venezuelanos em Dourados**: Processos Migratórios e suas Territorialidades. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6680/1/AilsonBarbosadeOliveira.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

OLIVEIRA, A. T. R. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 219–244, 2019.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, M. A. M.; MORENO, B. S. Trabalho e migração internacional: um estudo sobre a proteção jurídica do trabalhador migrante haitiano sob a perspectiva dos direitos humanos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n.51, p.413 -439, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, R. P. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, T. C. M. Agroindústria e reprodução do espaço. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br>. Acesso em: 7 jan. 2026.

OLIVEIRA, V; RAMALHO, Y. Veja quais são as cidades brasileiras na fronteira com região rica em petróleo disputada pela Venezuela e Guiana. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2023/12/01/veja-quais-sao-as-cidades-brasileiras-na-fronteira-com-regiao-rica-em-petroleo-disputada-pela-venezuela-e-guiana.ghtml>. Acesso em: 27 de agosto de 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Genebra: ACNUR, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

ONU MULHERES; UNFPA. **Moverse**: a estratégia de interiorização para refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil. Brasília: ONU Mulheres; UNFPA, 2025. Disponível

em: https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-move/moverse/Moverse%202025_web.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Manual de atendimento jurídico a migrantes e refugiados**. Brasília: OIM, 2022.

OSÓRIO, R. G. **Bem-Estar, Desigualdade, e Pobreza em 12 Países da América Latina**. Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Brasília, 2013.

OTERO, G; TORELLY, M; RODRIGUES, Y. A atuação da organização internacional para as migrações no apoio à gestão do fluxo migratório venezuelano no Brasil. In: **Migrações Venezuelanas**/ BAENINGER, R; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coordenadores); ZUBEN, Catarina Von, et al. (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.38-44.

PÁEZ, T. **La voz de la diáspora venezolana**. Madrid: Catarata, 2015.

PEDROSO, C. S. **Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI**: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada. 1ª Ed. São Paulo: cultura acadêmica, 2014.

PEREIRA, Ana Paula Camilo. Transportes e circulação: Fixos, fluxos e dinâmicas econômicas no estado de Mato Grosso do Sul - Brasil. **Confins** [Online], n. 35, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13261>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2025.

PEREIRA, W. P. **A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez**: história e interpretações (1999-2013). In: A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

PERPETUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2013. DOI: 10.33026/peg.v14i1.2138. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>.

PIORE, M. J. **Birds of Passage**: Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PLATAFORMA R4V. **Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela**. ACNUR e OIM, 2025. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>.

POCHMANN, M.; BLANES, D.; AMORIM, R. **Inclusão social**: uma utopia possível – impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTES, A. **Globalization from Below**: The Rise of Transnational Communities. Princeton: Princeton University Press, 1997.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos**: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Bauru: UDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.

RAMOS, N. P; BREVIGLIERI, E. M. Bosco. Imigração venezuelana no Brasil: uma análise da implementação do princípio da dignidade da pessoa humana por meio da aplicação dos Institutos do refúgio e da acolhida humanitária. **Anais do Seminário em Políticas Públicas e Direitos Humanos: Pesquisa e Interdisciplinaridade**. v. 1 n. 1. p. 75- 80. Paranaíba/MS: março/ 2023.

REVISTA TRAVESSIA. Pastoral do Migrante. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], v. 30, n. 81, p. 200–214, 2017. DOI: 10.48213/travessia.i81.891. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/891>. Acesso em: 13 fev. 2026.

RIBEIRO, C. V S; LÉDA, D. B. O Significado do Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 76–83, 2004.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ROSA, J. F. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande – MS: desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 143-162, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ZwX8FBPmPG3Cr7n5nPjqgWf/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 199-206, abr. 2019.

SALGADO, T. S. A Ingerência estadunidense na Venezuela chavista. **Revista Aedos**, v.9, n. 21, p. 57–82, 2018.

SANTOS, A. L; ROSSINI, R. E. Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. In: BAENINGER, R. et. al. (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - Nepo/Unicamp, 2018 -2ª edição. p. 277-295.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo, SP: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, V. C. **Cluster étnico na área central de Campo Grande/MS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3034>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução de Marcos Santarrita. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVERO, L. W. Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul. **Revista Orbis Latina**. ISSN: 2237-6976, v. 2, n. 1, 2012.

SILVA, A.; CARNEIRO, F. et al. O acolhimento educacional de migrantes internacionais: da extensão à graduação. **Revista Barbaquá de Extensão e Cultura**, Dourados, UEMS, 2024. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/barbaqua/article/download/8971/6358/37565>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SILVA, J. C. J.; PERES, V. P. S. Rentismo e crise. **Textos e debates**, n. 34, p. 23-40, 2020.

SILVA, J. et al. Um estudo etnográfico de comunidades imigrantes nas redes sociais. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/download/74521/46090/266457>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, R. A. **Da Venezuela para Dourados-MS: A busca de um lugar e a produção de Geografias**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5496/1/RubensAlvesdaSilva.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2025.

SILVA, S. A Fronteira Norte do Brasil: notas de pesquisa. In: **Migrações Fronteiriças/** BAENINGER, R.; CANALES, A. (coordenadores); SILVA, J. C. J; et al (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018f, p.300-303.

SILVA, S. T. **Cruzando Fronteiras: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, W. G. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011.

SILVA, W. G; ABRITA, M. B. A segunda SUDECO no desenvolvimento da região da faixa de fronteira do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 31 Dez., 2018. DOI: 10.14393/RCT133106. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/45605>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SIMÕES, G. F. A mudança do perfil do imigrante venezuelano em Roraima e o aumento da xenofobia. In: **Migrações Fronteiriças**/ BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (coordenadores); SILVA, João Carlos Jarochinski, et al (Org.), Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018, p.386-393.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE.

Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027. Estabelece reajuste salarial e pisos normativos para a categoria dos comerciários de Campo Grande/MS. Campo Grande, MS: SECCG, 2025. Disponível em: <https://seccampogrande.org.br/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2026.

SJAASTAD, Larry. **The Costs and Returns of Human Migration**. Journal of Political Economy, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOUZA JÚNIOR, W. **Diáspora de venezuelanos para Dourados-MS**: Análise da integração laboral local. 2022. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos – Universidade Federal da Grande Dourados. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5152/3/WaldemirdeSouzaJ%C3%BAnior.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SOUZA, A. L. C. F. Instabilidade Política e Democracia na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez. In: **A Era Chávez e a Venezuela no Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1988

THOMAZ JUNIOR, A. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: THOMAZ JUNIOR, A; CARVALHAL, M. D; CARVALHAL, T. B. (Org.). **Geografia e trabalho no Século XXI**. 1. ed. Presidente Prudente: Centelha, 2006, v. 2, p. 130-167.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Trabalho, migração e capital na agroindústria canavieira**. São Paulo: Outras Expressões, 2010.

TODARO, M. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. **The American Economic Review**, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.

TRUBILIANO, C. A. B. A marcha para oeste e a fronteira sul de Mato Grosso (1937-1945). **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 141-163, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7579912.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

URRIBARRÍ, R. A. S. Venezuela (2015): um régimen híbrido em crisis. In: **Revista de Ciencia Política**. Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, v. 36, n. 1, p. 365-381, abril de 2016.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **UEMS Acolhe lança nova sala do imigrante para ampliar oferta de cursos de Português**. Dourados: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025. Disponível em: <https://www.uems.br/noticias/detalhes/UEMS-Acolhe-lanca-nova-sala-do-imigrante-para-ampliar-oferta-de-cursos-de-Portugues>. Acesso em: 7 jan. 2026.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **UEMS Acolhe: um farol de integração para mais de 30 nacionalidades em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Agência de Notícias do Governo do Estado de MS, 18 maio 2025. Disponível em: <https://agencia-denoticias.ms.gov.br/uems-acolhe-um-farol-de-integracao-para-mais-de-30-nacionalidades-em-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Folder Institucional UEMS Acolhe**. Campo Grande: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, 2025.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Programa UEMS Acolhe**. Dourados: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC). Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proec/UEMS-Acolhe/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2025.

VALENTE, L. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. **Boletim do Tempo Presente**, nº 7, 2013, p. 1-25.

VALENTE, L. Pragmatismo e discrição: as relações entre EUA e Venezuela nos governos Biden e Maduro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 121, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-0010351v/121>.

VEIGA MOITA, P. A. A Pastoral do Migrante como meio de ressocialização dos migrantes em Salvador-BA. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 89, 2024. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/download/1182/1006/2214>. Acesso em: 7 de janeiro de 2026.

VELASCO, L. Migraciones indígenas a la Ciudad de México y Tijuana. **Papeles de Población**, v. 13, n. 52, p. 185-209, 2007.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.19, n. 55, 2005, p. 57-74.

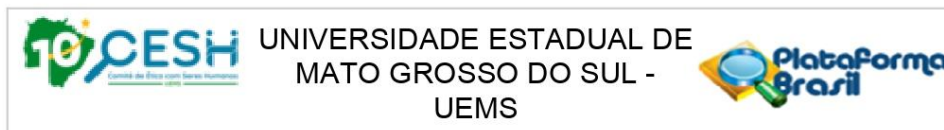
WEBER, L. A. **Duas décadas de bolivarianismo na Venezuela (1999-2019)**. In: LIMA, M. R. S. [et al.]. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

WELLS, I. Decisão de Trump de derrubar Maduro está repleta de riscos: quais são eles e o que ainda não se sabe. **BBC News Brasil**, Londres, 3 jan. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c86vq4q485go> . Acesso em: 28 de janeiro de

2026.

ZOTTOS, A. R. L. C.; MAGALHÃES, V. M. F.; SILVA, J. F. S. Português como língua de acolhimento e inserção social: relatos de experiência no Programa UEMS Acolhe. In: SOUZA, F. B.; ALMEIDA, L. P. (Org.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. v. 2, p. 104-123.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MIGRAÇÕES SUL-SUL: ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM CAMPO GRANDE-MS

Pesquisador: Robson de Paula Vazes

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 84787424.6.0000.8030

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.481.110

Apresentação do Projeto:

O projeto MIGRAÇÕES SUL-SUL: ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM CAMPO GRANDE-MS tem por objetivo analisar o processo de acolhida dos venezuelanos no município de Campo Grande-MS, através da inserção deles no mercado de trabalho. A pesquisa adotará uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, com análises bibliográficas, documentais e coleta de dados com entrevistas semiestruturadas realizadas de maneira transversal, com amostragem não probabilística, com submissão do roteiro de perguntas ao Comitê de Ética com Seres Humanos (CESH/UEMS). Nestas entrevistas buscar-se-á entender como se dá o processo de acolhimento dos imigrantes venezuelanos no município de Campo Grande, MS e a inserção no mercado de trabalho. O público alvo serão representantes de entidades civis, públicas e privadas [total de 07 pessoas]. No que diz respeito a base teórica, este trabalho irá se pautar na discussão sobre território, fronteira e migração, utilizando autores como Santos e Rossini (2018), Baeninger e Jarochinski Silva (2018, 2021), Cruz (2014), Oliveira (2019), Abdo (2020), Ismael e Nascimento (2022), entre outros. Especificamente na construção de uma abordagem geográfica somam-se as discussões de autores como Lacoste (1985), Santos (2004), Raffestin (1993), entre outros. Busca-se, a partir dessa análise, compreender a dinâmica da inserção dos venezuelanos no mercado de trabalho de Campo Grande, bem como o posicionamento do Brasil e da Venezuela no sul global.

(Folha de apresentação p. 03)

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 7.481.110

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de acolhida dos venezuelanos no município de Campo Grande- MS, através da inserção deles no mercado de trabalho.

(Folha de apresentação p. 03)

Objetivo Secundário:

- Discutir os elementos socioeconômicos propulsores dos movimentos migratórios de venezuelanos para o Brasil;
- Identificar as políticas públicas, tanto em esfera nacional, estadual e municipal para o acolhimento de imigrantes venezuelanos no município de Campo Grande - MS;
- Compreender as diversas modalidades de interiorização de venezuelanos na Operação Acolhida, entre os anos de 2018 a 2024;
- Investigar as formas de inserção dos venezuelanos no mercado de trabalho, formal e informal, no município de Campo Grande-MS

(Folha de apresentação p. 03)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

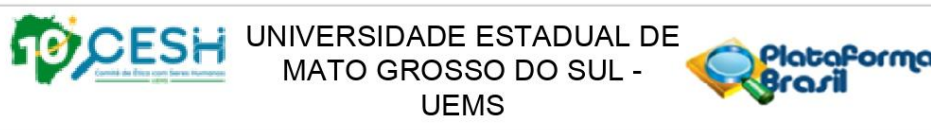
Aos participantes da pesquisa há riscos de alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas e podem envolver estigmatização, vergonha, danos à dimensão psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, além de tomar o tempo do sujeito ao participar da entrevista, sendo indispensável a plena compreensão do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução CNS 510 de 2016. Para a minimização dos riscos o pesquisador buscará apresentar-se com um roteiro de perguntas semiestruturadas, de fácil entendimento para otimização do tempo do entrevistado, além de se comprometer em propiciar assistências a eventuais danos imateriais e materiais decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme o caso, sempre e enquanto necessário, conforme apresenta a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 3 (CNS, 2016).

(Folha de apresentação p. 04)

Benefícios:

Em relação aos benefícios esperados, o participante contribuirá com a ampliação da

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

compreensão da realidade do processo de acolhimento dos imigrantes venezuelanos em Campo Grande e MS, e a inserção deles no mercado de trabalho.

(Folha de apresentação p. 04)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Sobre os critérios de inclusão, o pesquisador afirma:

[...] qualquer representante das entidades supracitadas que tenha conhecimento sobre o processo de acolhimento dos imigrantes venezuelanos e a inserção deles no mercado de trabalho, que seja direcionado a participar como sujeito da pesquisa, e que queira contribuir com a pesquisa de forma livre e espontânea, e que seja maior de 18 anos de idade [...]

(Folha de apresentação p. 04)

(Conf. também Projeto, p 14-15)

1.1 O trecho em destaque não se caracteriza como critério de inclusão, já que o consentimento e sua retirada são direitos dos participantes.

2. Sobre critério de exclusão, o pesquisador afirma:

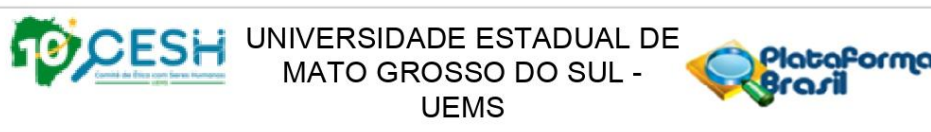
Estarão inseridos no critério de exclusão da pesquisa, qualquer representante das entidades supracitadas que não esteja designado pelo responsável da entidade a qual a entrevista está destinada, que não tenham ligação direta com o tema de pesquisa nas respectivas entidades, e que se sintam constrangidos ou envergonhados e que não queiram participar ou desistam em qualquer etapa da pesquisa de responder as perguntas, além de serem excluídos menores de 18 anos de idade

(Folha de apresentação p. 04)

(Conf. também Projeto, p 14-15)

2.1 O primeiro trecho em destaque na citação acima apresenta um item que pode ter comprometimento ético para a pesquisa, haja vista que - sendo um empregado designado pela chefia a conceder entrevista, pode haver da parte deste empregado o sentimento de

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

obrigatoriedade devido à relação trabalhista que mantém com quem o designou a participar.

2.2 O segundo trecho em destaque na citação acima não se caracteriza como critério de exclusão, já que o consentimento e sua retirada são direitos dos participantes, independente de critérios de inclusão/exclusão ou constrangimento. Além disso, não é possível excluir participantes que não tenham sido incluídos (no caso dos menores de 18 anos, p.e.).

3. Sobre os benefícios da pesquisa, o pesquisador afirma:

Em relação aos benefícios esperados, o participante contribuirá com a ampliação da compreensão da realidade do processo de acolhimento dos imigrantes venezuelanos em Campo Grande - MS, e a inserção deles no mercado de trabalho.

(Folha de apresentação p. 04)

[...]

Se o(a) Senhor (a) aceitar participar, contribuirá para ampliação da pesquisa sobre a análise o processo de acolhida dos imigrantes venezuelanos no município de Campo Grande - MS e a inserção deles no mercado de trabalho formal.

(RCLE, p. 01)

3.1 Segundo a Resolução 510, os benefícios dizem respeito aos participantes da pesquisa. No caso dos trechos acima, não há benefício direto ao participante. Esse aspecto deve estar mais claro, especialmente ao participante.

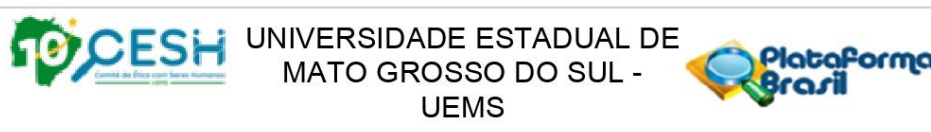
Ainda sobre os benefícios da pesquisa, o pesquisador afirma:

Aos participantes da pesquisa há benefícios em relação a ampliação da compreensão da realidade de desenvolvimento do seu município, bem como sugestões de estratégias aos gestores, para a consecução de políticas públicas efetivas e para a construção de um serviço público que responda às demandas e às expectativas da sociedade de forma ética, transparente e eficiente.

(RCLE, p. 01)

3.2 O trecho em destaque acima menciona benefícios aos gestores, não aos participantes. A

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

redação precisa estar mais clara quanto a isso em todos os documentos.

4. Quanto aos riscos, o pesquisador afirma

Aos participantes da pesquisa há riscos de alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas e podem envolver estigmatização, vergonha, danos à dimensão psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, além de tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista, sendo indispensável a plena compreensão do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução CNS 510 de 2016. [...] Para isso, o (a) senhor (a) participará de uma entrevista com perguntas breves e objetivas, a qual poderá se opor a responder a qualquer momento, interrompendo inclusive sua participação. O impacto direto sobre o (a) senhor (a) será o uso do seu tempo durante o processo, sentimento de insegurança durante a conversa, devido a experiências negativas anteriormente.

(RCLE, p. 01)

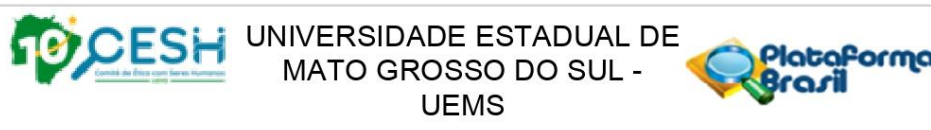
Aos participantes da pesquisa há riscos de alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas e podem envolver estigmatização, vergonha, danos à dimensão psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, além de tomar o tempo do sujeito ao participar da entrevista, sendo indispensável a plena compreensão do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução CNS 510 de 2016. Para a minimização dos riscos o pesquisador buscará apresentar-se com um roteiro de perguntas semiestruturadas, de fácil entendimento para otimização do tempo do entrevistado, além de se comprometer em propiciar assistências a eventuais danos imateriais e materiais decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme o caso, sempre e enquanto necessário, conforme apresenta a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 3 (CNS, 2016).

(Folha de apresentação p. 04)

4.1 Sugere-se padronizar os textos dos documentos e informar claramente no RCLE as formas de minimizar os riscos.

5. Com relação à metodologia de pesquisa, as etapas estão claramente descritas. No entanto, é preciso deixar mais clara a perspectiva teórico-metodológica sobre como será a análise dos dados gerados pelas entrevistas (Análise de conteúdo? Análise de discurso? ...)

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

6. A pesquisa prevê que

Para assegurar a confidencialidade e a privacidade do/as participantes da pesquisa, a entrevista será realizada em ambiente protegido, apenas com a presença do pesquisador.

(Projeto, p. 17)

[...] serão feitos agendamento prévios com os entrevistados, sendo utilizado procedimentos adequados para entrevista, como o guia de perguntas e uso de gravação de áudio com aparelho smartphone do pesquisador (se autorizado pelo entrevistado).

(Projeto, p. 18)

6.1 Explicitar o espaço e os procedimentos de realização da entrevista em todos os documentos, especialmente no RCLE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Além das considerações do item anterior, destacamos as seguintes:

7. Sobre os TERMOS DE ANUÊNCIA, o pesquisador apresenta adequadamente os documentos das seguintes instituições

- a) FUNSAT
- b) UEMS-PROEC
- c) Ministério Público do Trabalho

No entanto, estão faltando os seguintes TERMOS DE ANUÊNCIA:

- a) Associação Venezuelana em Campo Grande - MS
- b) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS)
- c) Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab)
- d) Grupo Pereira

8. Sobre o CRONOGRAMA de pesquisa, este é apresentado apenas no interior do projeto e folha de apresentação. É preciso enviar como um documento separado.

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 7.481.110

9. Sobre o RCLE

9.1 Há trechos idênticos/repetidos. É preciso revisar o documento (conf. p. 2, p.e.)

9.2 A linguagem do RCLE deve ser dirigida ao possível participante, de modo claro e objetivo. Portanto, é preciso rever trechos padronizando o uso da segunda pessoa. Nos trechos abaixo, por exemplo, usa-se a terceira pessoa (ele- o participante), mas também a e a segunda (você-o senhor).

Aos participantes da pesquisa há riscos de alteração nos seus relacionamentos com outras pessoas e podem envolver estigmatização, vergonha, danos à dimensão psíquica, moral, intelectual, social e/ou cultural, além de tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista, sendo indispensável [...] (TCLE p. 01)

Para isso, o (a) senhor (a) participará de uma entrevista com perguntas breves [...] (TCLE p. 01)

10.3 Adequar o RCLE ao Art. 17, da Resolução 510, especialmente sobre o item VII:

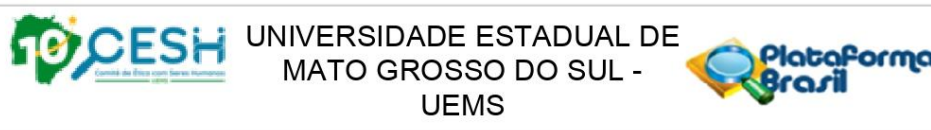
explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver.

11. A pesquisa prevê realização de entrevistas abertas semiestruturadas, porém não apresenta o ROTEIRO DE ENTREVISTA. O documento aparece apenas como apêndices no projeto completo. É preciso apresentá-lo como documento separado na Plataforma Brasil.

[...] a segunda etapa será de entrevistas. As entrevistas serão realizadas de maneira transversal com amostragem não probabilística, com perguntas semiestruturadas. [...] (Folha de apresentação, p. 04)

As entrevistas serão realizadas de maneira transversal com amostragem não probabilística,

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

com perguntas semiestruturadas.
(Projeto, p. 12)

[...] procedimentos adequados para entrevista, como o guia de perguntas e uso de gravação de áudio com aparelho smartphone do pesquisador (se autorizado pelo entrevistado).
(Projeto, p. 18)

12. Sobre os tipos de dados analisados, o pesquisador afirma que

A investigação em sites especializados em busca de fontes de dados secundários sobre a temática do objeto de análise, como: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; entre outros.
(Folha de apresentação p. 05)

Considerando se tratar de dados públicos, a geração desses não está sob escrutínio do CESH.

Recomendações:

- Padronizar os textos dos documentos sobre os participantes (conf. projeto p. 16 com demais documentos)
- Padronizar número de participantes (7 ou 8 e conf. projeto p.17 com demais documentos)
- Revisar Questionário 1, pois está com a questão 12 incompleta. (conf. projeto p. 35)
- Na Folha de rosto (p. 01), o pesquisador afirma "Não se aplica" na descrição do PATROCINADOR PRINCIPAL. No entanto, na Folha de apresentação do projeto (p. 06), item Orçamento Financeiro, e no Projeto brochura (p. 21), há a descrição dos custos da pesquisa e a indicação de que haverá financiamento próprio. Esclarecer/padronizar texto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

VERSÃO 01 - PRIMEIRA APRECIÇÃO

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MATO GROSSO DO SUL -
UEMS



Continuação do Parecer: 7.481.110

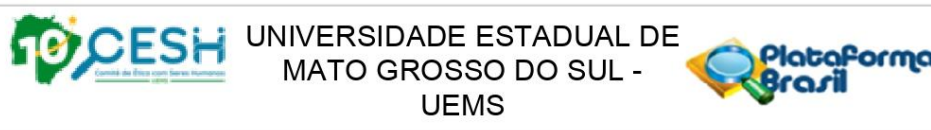
1. Rever critérios de inclusão;
2. Rever critérios de exclusão;
3. Rever explicação dos benefícios da pesquisa;
4. Rever riscos, informando as formas de minimizar cada um dos riscos apontados;
5. Esclarecer a perspectiva teórico-metodológica de análise dos dados gerados pelas entrevistas (Análise de conteúdo? Análise de discurso? Análise de narrativas?...);
6. Explicitar o espaço e os procedimentos de realização da entrevista em todos os documentos, especialmente no RCLE;
7. Apresentar os Termos de anuência faltantes: Associação Venezuelana em Campo Grande - MS; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS); Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) e Grupo Pereira;
8. Apresentar o CRONOGRAMA de pesquisa como um documento separado na Plataforma Brasil;
9. Apresentar o ROTEIRO DE ENTREVISTA como documento separado na Plataforma Brasil;
10. Reescrever o RCLE, considerando adequação de linguagem (ver os comentários do item 09, anteriormente apresentado);
11. Reescrever o RCLE adequando-o ao Art. 17, da Resolução 510, especialmente sobre o item VII.

VERSÃO 02 - SEGUNDA APRECIÇÃO

Considerando as novas versões apresentadas pelo pesquisador, consideramos as primeiras pendências conforme segue :

1. Rever critérios de inclusão; - Pendência RESOLVIDA
2. Rever critérios de exclusão; Pendência RESOLVIDA EM PARTES (Sugere-se excluir o trecho "entidades, e que queira contribuir com a pesquisa de forma livre e espontânea," de todos os documentos)

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br

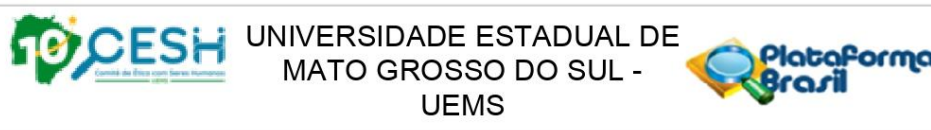


Continuação do Parecer: 7.481.110

3. Rever explicação dos benefícios da pesquisa - Pendência RESOLVIDA
4. Rever riscos, informando as formas de minimizar cada um dos riscos apontados; - Pendência RESOLVIDA
5. Esclarecer a perspectiva teórico-metodológica de análise dos dados gerados pelas entrevistas (Análise de conteúdo? Análise de discurso? Análise de narrativas?...); - - Pendência RESOLVIDA
6. Explicitar o espaço e os procedimentos de realização da entrevista em todos os documentos, especialmente no RCLE; - Pendência RESOLVIDA
7. Apresentar os Termos de anuência faltantes: Associação Venezuelana em Campo Grande - MS; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS); Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) e Grupo Pereira; - Pendência RESOLVIDA (foram excluídos da pesquisa)
8. Apresentar o CRONOGRAMA de pesquisa como um documento separado na Plataforma Brasil; - Pendência RESOLVIDA
9. Apresentar o ROTEIRO DE ENTREVISTA como documento separado na Plataforma Brasil; - Pendência RESOLVIDA
10. Reescrever o RCLE, considerando adequação de linguagem (ver os comentários do item 09, anteriormente apresentado); - Pendência RESOLVIDA
11. Reescrever o RCLE adequando-o ao Art. 17, da Resolução 510, especialmente sobre o item VII. - Pendência RESOLVIDA

CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES NA VERSÃO 02

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

1..Rever critérios de exclusão; Pendência RESOLVIDA EM PARTES (Sugere-se excluir o trecho ζentidades, e que queira contribuir com a pesquisa de forma livre e espontânea,ζ de todos os documentos)

VERSÃO 03 - TERCEIRA APRECIÇÃO

1..Rever critérios de exclusão; (Sugere-se excluir o trecho ζentidades, e que queira contribuir com a pesquisa de forma livre e espontânea,ζ de todos os documentos) Pendência RESOLVIDA

2. O pesquisador voltou a incluir duas instituições participantes, com apresentação dos termos de anuência como anexo do projeto completo:

- Associação Venezuelana em Campo Grande ζ MS;
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS);

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no 510 de 2016, na Resolução CNS no 466 de 2012 e na Norma Operacional no 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

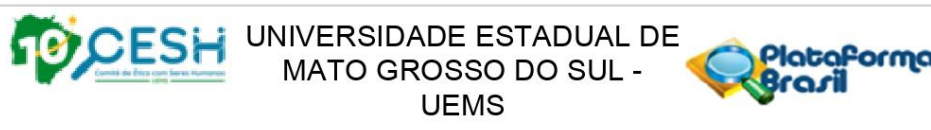
* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2424955.pdf	28/02/2025 12:03:28		Aceito

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 7.481.110

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_Robson_assinado_assinado.pdf	28/02/2025 12:02:39	Robson de Paula Vazes	Aceito
Outros	QUESTIONARIOS_Robson_de_Paula_Vazes_versao3.pdf	27/02/2025 19:30:40	Robson de Paula Vazes	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_7397806.pdf	27/02/2025 18:39:49	Robson de Paula Vazes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Robson_de_Paula_Vazes_versao3.pdf	27/02/2025 18:38:26	Robson de Paula Vazes	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_Robson_de_Paula_Vazes.pdf	09/01/2025 12:19:51	Robson de Paula Vazes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_Robson_de_Paula_Vazes_versao2.pdf	09/01/2025 12:12:30	Robson de Paula Vazes	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_Robson_de_Paula_Vazes.pdf	09/01/2025 12:11:22	Robson de Paula Vazes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 01 de Abril de 2025

Assinado por:
ROSELI PEIXOTO GRUBERT
(Coordenador(a))

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br